TEXTOS SELECIONADOS DO XVIII FÓRUM DE PARTILHA LINGUÍSTICA

Revista NOVALing
Revista do Centro de Linguística
da Universidade NOVA de Lisboa

CLUNL
CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

NOVAFCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Título Textos Selecionados do *XVIII Fórum de Partilha Linguística*

Organização Bruna Bragança
Maria Ribeiro
Ronan Pereira
Alexandre Sousa Carreira

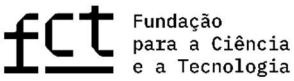
Comissão científica do volume
Alexandra Pinto (Universidade do Porto)
Aline Bazenga (Universidade da Madeira)
Amália Mendes (Universidade de Lisboa)
Ana Luísa Costa (Instituto Politécnico de Setúbal)
Ana Madeira (Universidade NOVA de Lisboa)
Bruno Almeida (Universidade NOVA de Lisboa)
Helena Topa Valentim (Universidade NOVA de Lisboa)
Maria do Carmo Gomes (Universidade do Minho)
Maria João Ferro (Instituto Politécnico de Lisboa)
Matilde Gonçalves (Universidade NOVA de Lisboa)
Rita Gonçalves (Universidade de Lisboa)
Zara Pinto-Coelho (Universidade do Minho)

Revisão e edição Ronan Pereira
Alexandre Sousa Carreira
Maria Ribeiro
Bruna Bragança

Capa João Dinis Fernandes

Data fevereiro de 2025

ISSN 3051-8121



Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL)

Nota prévia

Apresentamos a publicação de um número especial da Revista NOVALing – Revista do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL). Este volume inclui uma seleção de 4 artigos, decorrentes de comunicações orais apresentadas no XVIII Fórum de Partilha Linguística, organizado pelo Núcleo de Jovens Investigadores do CLUNL, que decorreu nos dias 19 e 20 de abril de 2024 em formato híbrido, presencial e online, na Universidade NOVA de Lisboa.

O XVIII Fórum de Partilha Linguística contou com uma conferência plenária, intitulada *When the results surprise us: lessons from an auditory perceptual training*, apresentada pela recém doutorada Professora Doutora Gabriela Tavares, antigo membro do Núcleo de Jovens Investigadores do CLUNL. Para além da conferência plenária, decorreram ainda 17 comunicações orais e 3 pósteres, apresentados por estudantes não doutorados provenientes de diferentes instituições de ensino superior e centros de investigação nacionais e estrangeiros. Os quatro artigos aqui publicados abordam diferentes temas, demonstrando (e reforçando) a versatilidade do Fórum de Partilha Linguística em acomodar a investigação de jovens investigadores das diferentes áreas da Linguística.

Todos os artigos foram submetidos a avaliação científica por pares, tendo cada um sido revisto por dois a três revisores doutorados da respetiva área científica. Agradecemos sinceramente a toda a Comissão Científica envolvida neste longo processo pelo seu contributo; a sua disponibilidade e dedicação foi essencial para o sucesso deste evento. Agradecemos, também, a todos os participantes, moderadoras e conferencistas por tornarem este evento num espaço de partilha e discussão enriquecedoras.

Esperamos que este encontro continue a contribuir para que todos os jovens investigadores e investigadoras possam apresentar e discutir as suas pesquisas entre pares e que o Fórum de Partilha Linguística continue a ser uma importante plataforma de exposição, discussão científica e reflexão para estudantes não doutorados de todas as nacionalidades, convidando-os a dar os primeiros passos em eventos científicos.

Bruna Bragança e Maria Ribeiro

Índice

"Estratégia naval" & "Estratégia marítima": dois termos, um conceito? 4
Alexandre Sousa Carreira

"*Não temeis!" – Sobre as Formas de Tratamento de 2PP no discurso religioso em português europeu: dados de traduções orais e de traduções escritas produzidas durante a Jornada Mundial da Juventude 2023 16
Marcela Faria

A estrutura temporal do lead em notícias de agência em Português Europeu 39
Ana Filipa Pacheco

A ênclise no português brasileiro: conhecimento explícito ou implícito? 60
Ronan Pereira

"Estratégia naval" & "Estratégia marítima": dois termos, um conceito?

Alexandre Sousa Carreira[1]
[1] *Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal*

Resumo

Este artigo centra-se na análise de dois termos plurilexicais pertencentes ao domínio das ciências militares, cujo uso em contexto de comunicação de especialidade levanta-nos problemas para a organização do conhecimento. Os termos aqui focados são: "estratégia naval" e "estratégia marítima" que, numa primeira instância, aparentam designar um mesmo conceito. Além de observarmos um uso indiferenciado dos mesmos em documentos produzidos pelos especialistas, a interpretação da informação veiculada nos contextos em que ocorrem estes termos não nos é clara. Procuramos, assim, no quadro da dupla dimensão da terminologia – linguística e concetual –, clarificar a ambiguidade – uma característica dos (con)textos de especialidade –, que decorre do uso dos termos acima focados. O principal objetivo deste artigo é demonstrar uma metodologia adequada para o procedimento de levantamento de características que nos permitem verificar se, por um lado, estamos perante dois termos que designam o mesmo conceito ou se, por outro lado, estamos perante dois termos que designam conceitos diferentes. Para atingirmos este objetivo compilámos um corpus de especialidade com o programa Sketch Engine, uma ferramenta computacional de tratamento de texto, procedendo, seguidamente, à recolha e análise de alguns contextos dos termos em foco neste estudo. A partir da análise dos contextos selecionados obtivemos dados que nos possibilitaram proceder ao levantamento de um conjunto de características, cujas combinatórias delimitam os conceitos designados pelos termos em análise. É com base nas combinatórias destas características que procuramos inferir o lugar dos conceitos no sistema concetual do domínio das ciências militares e fundamentar a coerência da nossa proposta de organização do conhecimento. O presente estudo encontra-se, atualmente, em desenvolvimento. Neste sentido, deixamos em aberto um aprofundamento do presente artigo, assumindo que o mesmo acaba por retratar mais um passo para uma organização formal do conhecimento do domínio das ciências militares, que culminará com a construção de uma ontologia de domínio.

Palavras-chave

Ciências militares, conceito, estratégia naval, estratégia marítima, terminologia, termo

Abstract

This article focuses on the analysis of two plurilexical terms belonging to the field of military sciences, whose use in the context of specialized communication raises problems for the organization of knowledge. The terms focused on here are: "naval strategy" and "maritime strategy" which, at first, appear to designate the same concept. In addition to observing their undifferentiated use in documents produced by specialists, the interpretation of the information conveyed in the contexts in which these terms occur is unclear to us. Thus, within the framework of the double dimension of terminology – linguistic and conceptual – we seek to clarify the ambiguity – a characteristic of specialty (con)texts – that arises from the use of the terms mentioned above. The main aim of this article is to demonstrate an appropriate methodology for the procedure of identifying characteristics that allow us to check whether, on the one hand, we are dealing with two terms that designate the same concept or whether, on the other hand, we are dealing with two terms that designate different concepts. To achieve this, we compiled a specialized *corpus* using the Sketch Engine program, a computer text processing tool, and then proceeded to collect and analyze the contexts of the terms in focus in this study. From the analysis of the contexts, we obtained data that enabled us to survey a set of characteristics, the combinations of which delimit the concepts designated by the terms under analysis. It is based on the combinations of these characteristics that we seek to infer the place of the concepts in the conceptual system of the Military Sciences domain and to substantiate the coherence of our proposal for the organization

[1] a55264@campus.fcsh.unl.pt
ORCID 0009-0000-7576-8899

Copyright ©2026 The Author(s)

of knowledge. This study is currently under development. We therefore leave this article open to further development, assuming that it ultimately represents a further step towards the formal organization of knowledge in the military sciences domain, which will culminate in the construction of a domain ontology.

Keywords

Concept, naval strategy, maritime strategy, military science, term, terminology

1. Introdução

Este artigo serve para demonstrar uma metodologia desenvolvida sobre o tratamento da terminologia usada em contexto de comunicação de especialidade do domínio das ciências militares, com enfoque no subdomínio da estratégia militar (Carreira, 2023). O enquadramento teórico do presente artigo fundamenta-se na dupla dimensão da terminologia (Costa, Silva e Campos, 2020) – linguística e concetual –, a qual nos permite adotar diversas abordagens, dependendo do ponto de partida escolhido – o termo ou o conceito –, para levarmos a cabo o trabalho terminológico.

Para este estudo focamo-nos em dois termos, nomeadamente, "estratégia marítima" e "estratégia naval" e questionamos se estamos perante dois termos que apontam para dois conceitos diferentes ou se estes termos designam o mesmo conceito. Neste contexto abordamos, como ponto de partida, os textos produzidos em contexto de comunicação especializada com o intuito de aferirmos as escolhas terminológicas dos especialistas para chegarmos à organização do conhecimento do domínio, i.e., dos conceitos e respetivas definições.

Como primeiro passo compilámos um *corpus de especialidade* (Costa, 2002) com a ferramenta Sketch Engine[2] com base em critérios estabelecidos *a priori* como, por exemplo, as fontes e a pertinência do conteúdo.

Depois de explorarmos o *corpus* com o *software* Sketch Engine, analisámos a composição morfolexical dos termos identificados no *corpus* para, seguidamente, procedermos à extração de contextos em que os termos em análise foram utilizados pelos especialistas. Nestes contextos pudemos identificar as características que delimitam, no sistema concetual, os conceitos denotados pelos termos. Por último, confrontamos as características dos conceitos para concluirmos se os termos em análise designam o mesmo conceito ou se, pelo contrário, designam conceitos diferentes.

2. Dupla dimensão da terminologia

A terminologia enquanto ciência tem como ponto de partida as normas ISO 704:2022 – "Terminology work – Principles and methods" e 1087:2019 – "Terminology work and terminology science – Vocabulary". A norma ISO 1087 (2019) apresenta o trabalho terminológico como "work concerned with the systematic collection, description, processing and presentation of concepts and their designations". Por sua vez, a norma ISO 704 (2022) acrescenta que o trabalho terminológico:

> (…) is multidisciplinary and draws support from several disciplines (e.g. logic, epistemology, philosophy of science, linguistics, translation studies, information science, cognitive science). It combines elements from many theoretical approaches that deal with the description, ordering and transfer of knowledge (ISO 704, 2022).

O trabalho desenvolvido pelos terminólogos é de caráter multidisciplinar, dado que estes se apoiam em muitas outras disciplinas como, por exemplo, a epistemologia e as ciências da informação,

[2] https://www.sketchengine.eu

combinando-as com o objetivo de descrição, organização e transferência do conhecimento. Contudo, os objetivos da terminologia não ficam por aqui (ISO 704,2022).

> Terminology work according to this document is concerned with terminology used for unambiguous communication in natural language, in particular special languages. The goal of terminology work as described in this document is, thus, a clarification and standardization of terminology for communication between humans. Terminology work can also support knowledge modelling, information modelling, data modelling and classification (…) (ISO 704, 2022).

Segundo Cabré (1999), diferentes perspetivas estão associadas ao trabalho terminológico que partem da forma como a terminologia é encarada:

> We first need to identify four different points of view which in turn lead to different focuses for terminological work and applications:
>
> 1. For linguists, terminology is a part of the lexicon defined by subject matter and pragmatic usage.
> 2. For subject field specialists, terminology is the formal reflection of the conceptual organization of a special subject and a necessary medium of expression and professional communication.
> 3. For end-users (either direct or intermediary) terminology is a set of useful, practical communication units which are assessed according to criteria of economy, precision, and suitability.
> 4. For language planners, terminology is an area of a language requiring intervention in order to reaffirm its usefulness and survival and to ensure its continuity as a means of expression through modernization (Cabré, 1999:11).

Para o trabalho por nós levado a cabo temos em consideração o primeiro tópico supramencionado proposto por Cabré (1999:11). É neste contexto que temos em conta que são diversos os métodos que podem ser adotados no decurso do trabalho terminológico. Primeiramente, existe a discussão em torno da questão da onomasiologia e da semasiologia; em segundo lugar, os dois pressupostos teóricos relativos à dupla dimensão da terminologia.

A terminologia tem vários objetivos como, por exemplo, a redução da ambiguidade no que concerne à comunicação técnico-científica. De modo a contribuirmos para este mesmo objetivo atendemos aos pressupostos teóricos da terminologia, particularmente, a dupla dimensão da terminologia – a dimensão linguística e a dimensão concetual. Esta dupla dimensão permite-nos uma escolha entre várias abordagens metodológicas, dependendo do ponto de partida – o conceito ou o termo.

Antes de avançarmos neste trabalho tem de ser abordado o que se entende por termo e por conceito. Um termo é a designação verbal de um conceito num domínio específico e, teoricamente, é comum aos indivíduos que constituem uma comunidade de comunicação especializada. Se analisarmos a definição apresentada pela norma ISO 1087:2019, esta define termo como "designation that represents a general concept by linguistic means". Neste sentido, um termo é uma unidade lexical especializada, que pode ser composta por uma ou mais unidades lexicais.

Em relação ao conceito, este é definido pela norma ISO 1087 (2019) como "unit of knowledge created by a unique combination of characteristics".

Relativamente aos tipos de características, considera-se oportuno o esclarecimento do que entendemos por característica, tendo em consideração que estas podem ser de variados tipos. A norma ISO 1087 (2019) define a característica essencial como sendo "[a] characteristic of a concept that is indispensable to understand that concept", porém a norma introduz o conceito de característica

não-essencial, que define como "[a] characteristic of a concept that is not indispensable to understand that concept" (ISO 1087, 2019).

A metodologia adotada para este trabalho requer que seja clarificado o que se entende por abordagem linguística e abordagem concetual. Designada por abordagem semasiológica, a primeira abordagem tem o termo como ponto de partida. Assim sendo, a abordagem semasiológica parte dos termos que se encontram em textos.

A segunda abordagem tem como ponto de partida o conceito, sendo a sua finalidade defini-lo e posicioná-lo no sistema concetual a que pertence, permitindo assim a sua diferenciação face a todos os outros. Esta abordagem é denominada por semasiologia. De acordo com Cabré (1999:38), a perspetiva semasiológica está mais próxima do trabalho lexicográfico e a perspetiva onomasiológica está mais presente no trabalho terminológico, tal como apresentado na Figura 1.

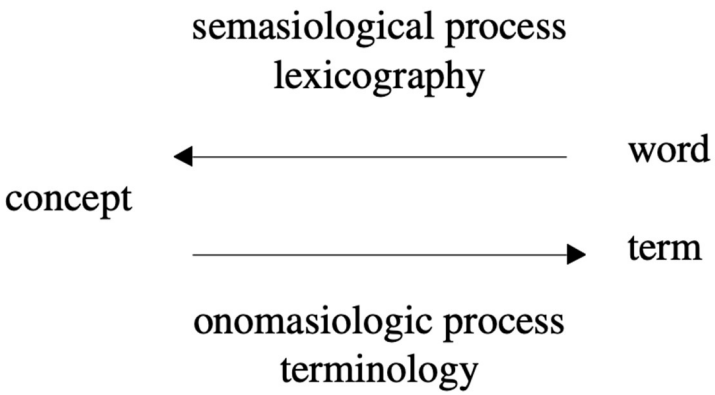


Figura 1: Processos e pontos de partida (Cabré, 1999:38)

No que diz respeito às abordagens, apesar de se poder adotar uma ou outra abordagem, segundo Costa et al. (2020:1), "[q]ualquer trabalho terminológico ancorado nessa bidimensionalidade [linguística/concetual] deve ter em conta essas duas dimensões, independentemente da abordagem metodológica utilizada (...)". Por outras palavras, é necessário ter em atenção que as dimensões linguística e concetual estão intrinsecamente ligadas, quer se opte por uma abordagem onomasiológica quer se opte por uma abordagem semasiológica.

2.1. Terminologia militar

Antes de entrarmos no subdomínio deste estudo, nomeadamente, a estratégia militar, consideramos relevante fazer uma breve abordagem à terminologia militar em geral. Para este trabalho temos em consideração a proposta de terminologia militar apresentada por Ivashchenko e Ivashchenko (2023):

> We define military terminology as a set of terms (words and phrases) to denote general military and special concepts related to military affairs, military science, military equipment (military and technical terms), military legislation, military policy (military and political terms), military diplomacy (military and diplomatic terms), etc (Ivashchenko e Ivashchenko, 2023:48).

Por outras palavras, a terminologia militar diz respeito aos termos que são utilizados em contexto militar, cuja partilha de conhecimento é reconhecida por especialistas e/ou profissionais da área. Diversos termos utilizados no campo militar também se encontram na língua comum. Todavia, no domínio em análise esses termos acabam por adquirir um significado próprio que é partilhado pelos

especialistas e vários utilizadores da terminologia militar. Esta terminologia é comum a todos os ramos das Forças Armadas – Exército, Marinha e Força Aérea. No entanto, existem termos que se aplicam exclusivamente a cada um dos ramos supramencionados. Estes termos podem ser de natureza monolexical ou plurilexical.

Segundo os especialistas do domínio, analisar a terminologia militar obriga a que se tenha em atenção o material, equipamentos e sistemas de armas, assim como considerar a organização militar, a legislação, a disciplina e a subordinação militar, entre outros:

> (...) termos inerentes à conceção e aplicação de materiais, equipamentos e sistemas de armas, assim como termos que se prendem diretamente com a organização militar, nomeadamente com as relações de autoridade e subordinação, a função e relações de comando, a disciplina militar e o exercício da competência disciplinar (IUM, 2020:10).

A terminologia militar é caracterizada por um contexto sensível em que parte do conhecimento veiculado pelos especialistas não está acessível ao público em geral. O facto de muitos documentos serem classificados e confidenciais leva-nos a levantar uma hipótese: será que não temos acesso à totalidade da terminologia militar, mas sim à parte desta que é disponibilizada pelos especialistas e pelas diversas instituições e/ou organizações de caráter militar?

O domínio das ciências militares é, por natureza, uma área de conhecimento multidisciplinar, cujo objetivo é a edificação e emprego de capacidades militares (Academia Militar, s.d.) para fins diversos como, por exemplo, a defesa nacional, a resposta a ameaças, entre outros. Como a Academia Militar (s.d.) identificou, existem vários subdomínios no âmbito das ciências militares, sendo que para este artigo foi selecionado o subdomínio estratégia.

O subdomínio estratégia divide-se em três tipos:

1) estratégia aérea,
2) estratégia marítima, e
3) estratégia militar (IUM, 2020).

Contudo, Ferreira, Valério e Moreira (2018) apresentam uma divisão de estratégia muito mais detalhada como se pode verificar na Figura 2.

Figura 2: Divisões da estratégia quanto à coação segundo Ferreira et al. (2018:259)

De acordo com os mesmos autores, a estratégia divide-se em três níveis:

1) Total,

2) Geral, e

3) Particular.

Sendo o nosso foco a estratégia militar, apenas consideraremos as estratégias que lhe são subjacentes:

a) aeroespacial,

b) naval, e

c) terrestre.

Comparando as duas divisões apontadas por Ferreira et al. (2018) e IUM (2020), surgem diversas questões:

1. Qual a diferença entre os termos "estratégia aérea" e "estratégia aeroespacial"?
2. Por que razão o IUM (2020) não contempla o termo "estratégia terrestre"?
3. Sendo os termos apontados em (1) designações das divisões de "estratégia militar", tratar-se-á a omissão da unidade lexical "militar" de uma redução anafórica ou de uma elipse da unidade lexical nos termos plurilexicais "estratégia [militar] aeroespacial", "estratégia [militar] naval, e "estratégia [militar] terrestre"?
4. Designarão os termos "estratégia marítima" e "estratégia naval" o mesmo conceito?

Devido aos limites de extensão deste artigo focar-nos-emos na última pergunta[3]. A resposta à mesma será possível através da compilação e exploração de um *corpus de especialidade*.

3. Compilação e exploração do corpus

O presente trabalho está ancorado na abordagem mista da terminologia (Costa et al., 2020) de modo que, tendo por base o texto escrito, a dimensão linguística da terminologia ganha relevo quando abordamos a forma como os peritos fazem uso dos termos militares. No nosso caso, enquanto não-especialistas do domínio, essa abordagem será possível com a recolha e compilação de um conjunto de textos escritos produzidos em contexto de comunicação de especialidade.

Não sermos especialistas do domínio do trabalho leva a que tenhamos como ponto de partida a leitura e interpretação de textos que emanam de organizações especializadas e, consequentemente, redigidos por especialistas do domínio em análise. No entanto, ter apenas os textos como base pode induzir o terminólogo em erro e, consequentemente, a produção de um trabalho terminológico também ele erróneo. O texto não contém todas as informações necessárias, visto que os especialistas optam por um discurso adequado ao seu contexto de especialidade utilizando, muitas vezes, expressões que apenas especialistas do ramo conseguem entender. Todavia, só a partir dos textos é que podemos observar o uso dos termos do domínio partilhados pelos especialistas.

Para a constituição do nosso *corpus* realizámos um levantamento de textos de especialidade que resultam dos discursos de especialidade do domínio das ciências militares. Os critérios por nós propostos são os que consideramos como sendo os mais adequados aos objetivos do presente trabalho.

A seleção dos textos a constituírem o *corpus* foi baseada em critérios estabelecidos *a priori*:

a) Quem produziu os textos:
   a. Perito reconhecido pela comunidade especializada em que se insere;
   b. Credibilidade da instituição à qual o perito está associado.
b) Tipo de textos:
   a. Artigos científicos;
   b. Revistas especializadas;
   c. Teses.

[3] As perguntas 1, 2 e 3 não serão consideradas neste trabalho. Neste sentido, nenhum tópico das mesmas será alvo de aprofundamento.

c) Relevância do conteúdo do texto:
    a. Domínio: ciências militares.
d) Data de publicação:
    a. Textos publicados nos últimos 15 anos.
e) Língua:
    a. Português europeu.
f) Outros critérios:
    a. Texto escrito;
    b. Formato Eletrónico;
    c. Textos integrais.

O acesso e recolha dos textos de especialidade foi uma tarefa de difícil execução. Em primeiro lugar, vários textos escritos disponibilizados *online* encontram-se protegidos. Um facto justificado, provavelmente, pelo contexto do domínio militar ser de âmbito sensível e, muitas vezes, classificado. Consequentemente, estes textos não são passíveis de recolha. Em segundo lugar, existe uma escassez de textos escritos que se encontrem disponibilizados *online*, talvez, uma vez mais, justificado pelo contexto específico do domínio do presente trabalho.

Com o início da recolha dos textos escritos obtivemos os mais variados resultados. Contudo, nem todas as fontes foram consideradas como sendo fidedignas. O facto de os textos terem de ser considerados como textos de especialidade levou a que a grande maioria dos mesmos fosse recolhida do Instituto Universitário Militar e da Revista Militar, ambos devidamente credenciados e reconhecidos pela comunidade científica militar. Todavia, fontes cientificamente credenciadas foram igualmente consideradas. As fontes utilizadas para o acesso e recolha dos textos foram as seguintes:

IDN – Instituto de Defesa Nacional[4]

IUM – Instituto Universitário Militar[5]

Universidade Lusíada – Repositório das Universidades Lusíadas[6]

RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal[7]

RDPC-EU – Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora[8]

Revista Militar[9]

Repositório ULisboa – Repositório Institucional da Universidade de Lisboa[10]

RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa[11]

Veritati – Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa[12]

[4] https://www.idn.gov.pt/pt
[5] https://www.ium.pt/reslist
[6] http://repositorio.ulusiada.pt
[7] https://www.rcaap.pt
[8] http://dspace.uevora.pt/rdpc/
[9] https://www.revistamilitar.pt/index
[10] https://repositorio.ul.pt
[11] https://run.unl.pt
[12] https://repositorio.uc.pt

Com a aplicação dos critérios supramencionados, quarenta e seis textos satisfizeram esses mesmos critérios e, consequentemente, foram recolhidos. Posteriormente, foram processados com a ferramenta Sketch Engine, constituindo, deste modo, o nosso *corpus* de análise. No que diz respeito aos números do nosso *corpus*: i) 1.080.504 *tokens*[13], e ii) 55.328 *types.*

Como referido anteriormente, o nosso foco centra-se nos termos "estratégia marítima" e "estratégia naval". Neste sentido, demos início ao processo de análise semiautomática do *corpus* recorrendo à funcionalidade *Concordance*[14] (ver Anexo I) com o objetivo de retirarmos três contextos nos quais os termos em análise ocorrem.

4. Análise de contextos

Com a seleção e análise de diversos contextos pretendemos encontrar elementos linguísticos que representam características dos conceitos designados pelos termos selecionados para a análise de contextos. Antes de avançarmos consideramos necessário o esclarecimento do que se entende por contexto. Neste sentido, adotamos a definição de contexto introduzida por Costa (2001):

> O contexto linguístico, entendido como uma zona de extensão, permite alargar a informação conceptual, semântica e sintáctica da unidade de significação através da sua análise. O contexto linguístico, entendido como uma zona de restrição, define-se como uma zona de localidade, sendo que «[...] *un contexte n'est plus le contexte d'un mot, mais un passage du texte. Un mot peu certes servir à choisir un passage dans une recherche* [...]; *mais ensuite, c'est le passage qui devient l'unité étudiée*» (Rastier, 1998:99) (Costa, 2001:70).

Ou seja, o contexto é parte de um texto em que uma unidade lexical em análise ocorre, permitindo um acesso e análise aos seus coocorrentes diretos e indiretos. O contexto permite ainda observar a unidade lexical em análise, sendo um veículo para identificar ambiguidades, imprecisões, relações léxico-semânticas entre termos, assim como combinatórias lexicais, tais como, por exemplo, colocações e fraseologias.

Comecemos pela análise dos contextos do termo "estratégia marítima":

> **Contexto 1:**
> O Golfo da Guiné é um espaço de confluência de interesses, preocupações em virtude das potencialidades de recursos energéticos que esta zona oferece, porém que transpira instabilidade, traduzidos em terrorismo, atos de pirataria, a exploração ilícita de recursos naturais, imigração clandestina e tráfico ilícito, decorrente dàs [sic] assimetrias económicas, sociais e políticas que se verificam na região e potenciam dificuldades em estabelecer a melhor **estratégia marítima** de Defesa e Segurança (Gaspar, 2014:ix)

A partir da interpretação do Contexto 1 deduzimos que a "estratégia marítima" tem como **objetivo a defesa e a segurança**, sendo esta informação dada pelas formas coocorrentes "Defesa e Segurança". Podemos ainda deduzir que a forma coocorrente "Golfo da Guiné" está relacionada com a "Defesa e Segurança", dado este golfo tratar-se de uma zona conhecida por atos de pirataria marítima.

[13] Os *types* designam o número de unidades lexicais que ocorrem num determinado corpus, não contando as repetições das mesmas. Os *tokens* referem-se ao número total de unidades, incluindo as suas repetições.
[14] De acordo com a terminologia da ferramenta Sketch Engine, concordância é uma "(...) list of all examples of the search word or phrase found in a corpus, usually in the format of a KWIC concordance with the search word highlighted in the centre of the screen and some context to the right and to the left".

Segundo a nossa interpretação do Contexto 1, o termo "defesa" é utilizado em relação ao "terrorismo", "pirataria", "exploração ilícita" e "imigração (...) e tráfico".

Contexto 2:
Dentro dos objectivos principais da **Estratégia Marítima** sobressai a importância cada vez mais relevante do controlo do mar, designadamente, para a manutenção da segurança das comunicações marítimas para fins económicos e militares, e para a garantia da exploração dos recursos económicos do mar (Ferreira, 2015:1039).

Da análise do Contexto 2 obtivemos um dado relevante sobre o significado do termo focado. À semelhança do primeiro contexto, o Contexto 2 veicula a seguinte informação: a "estratégia marítima" **tem como finalidade a segurança das vias de comunicação marítimas**, a qual inferimos a partir da interpretação das formas coocorrentes "manutenção da segurança das comunicações marítimas".

Contexto 3:
A **estratégia marítima** integrada será abordada recorrendo-se da análise dos riscos, preocupações, desafios e ameaças com a articulação dos estados membros da CGG, bem como das organizações regionais. O poder naval enquanto instrumento será abordado tendo em conta as missões de estado de alerta que as marinhas devem estar preparadas a desempenhar e as capacidades e meios a serem desenvolvidas para uma eficaz manutenção da segurança marítima continental (Gaspar, 2014:72).

Passando ao último contexto de "estratégia marítima", primeiramente, retemos **o processo de planeamento** da "estratégia marítima", que tem por base uma análise de riscos e ameaças, sendo esta informação dada pelo texto coocorrente "recorrendo-se da análise dos riscos (...)".

Seguidamente, deduzimos que o poder naval **é um instrumento** da "estratégia marítima" devido à informação veiculada pelo texto coocorrente: "poder naval enquanto instrumento". Uma vez que a expressão "as marinhas" está associada ao poder naval, inferimos que a marinha é o ramo das forças armadas que está associado à "estratégia marítima".

Adicionalmente verificamos que as marinhas têm de **executar missões**, sendo esta informação dada pelo texto: "missões (...) que as marinhas devem estar preparadas a desempenhar". Ou seja, podemos deduzir que um outro objetivo da "estratégia marítima" é realizar missões.

Finalmente, observamos **a finalidade** da "estratégia marítima". Essa informação é veiculada pelo texto: "para uma eficaz manutenção da segurança marítima".

Com a análise dos três contextos consideramos ter identificado as características do conceito designado pelo termo "estratégia marítima":

a) Tem como objetivo garantir a defesa e segurança [de vias de comunicação marítimas]
b) Tem como objetivo realizar missões
c) Tem como instrumento a marinha e o poder naval correspondente à mesma

Passamos à análise dos contextos de "estratégia naval":

Contexto 4:
A actual **Estratégia Naval** dos EUA evidencia alguns argumentos de Mahan, tais como, a importância do poder militar naval, das bases militares no exterior e do controlo das vias de comunicação marítimas (Cagarrinho, 2011:5-6).

A partir do Contexto 4 inferimos que o termo "estratégia naval" está **associado ao poder naval**, sendo esta inferência feita com base no texto coocorrente "evidencia (...) a importância do poder

militar naval". Inferimos ainda que a "estratégia naval" tem um papel evidente para os **objetivos políticos e económicos** serem alcançados. Esta segunda inferência tem suporte no texto: "realização dos objectivos Políticos e Económicos".

Contexto 5:
O advogado, historiador naval e geoestrategista britânico Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922) tendeu para uma visão de **Estratégia Naval** ligada à protecção das vias de comunicação marítimas. Sustentava que o objecto da Guerra Naval era assegurar o Comando do Mar ou negá-lo ao inimigo (Cagarrinho, 2011:6).

A análise do Contexto 5 permite-nos concluir um dos objetivos da "estratégia naval", nomeadamente, "a proteção das vias de comunicação marítimas". Deste modo, podemos deduzir que um dos **objetivos** da "estratégia naval" é a **defesa** e **segurança** das vias de comunicação marítimas.

Contexto 6:
A estratégia naval é traduzida, no essencial, pela política naval conjugada com a doutrina estratégica naval. Nestas circunstâncias, evidencia o que a Marinha fará e como fará, de forma a cumprir a sua missão, que foi fixada ao nível geral militar (Ribeiro, Silva, Palma e Monteiro, 2010:18).

O último contexto permite-nos estabelecer a relação entre a "estratégia naval" e o **ramo das forças armadas** que lhe está subjacente. O ramo das forças armadas que corresponde à "estratégia naval" é a **marinha**, sendo isto transmitido pela forma coocorrente "Marinhas".

Por fim, o texto "a fim de realizar um (...) conjunto de tarefas e missões", revela-nos que uma das **finalidades** da "estratégia naval" é **realizar missões**.

Com os três últimos contextos analisados pudemos identificar as características que definem o conceito designado pelo termo "estratégia naval":

a) Tem como objetivo a defesa e segurança [das vias de comunicação marítima]
b) Tem como objetivo realizar missões
c) Tem como instrumento a marinha e o poder naval correspondente à mesma

Recolhidas as características que julgamos definirem os conceitos designados pelos termos em análise, passaremos à confrontação das mesmas.

5. Confrontação dos dados terminológicos

Com a análise dos contextos e subsequente identificação de diversas características temos reunidas as condições para que possamos fazer uma confrontação de dados terminológicos com o intuito de verificarmos se os termos de análise designam o mesmo conceito ou conceitos diferentes.

Com a comparação das características verificamos que existem características que são comuns aos conceitos designados pelos termos em análise. Duas características remetem para a(s) finalidade(s): ambos pretendem realizar missões e garantir a segurança, neste caso, marítima. A terceira característica denota o instrumento que é adotado: a marinha e o poder naval que lhe é correspondente.

O facto de identificarmos três características que ambos os conceitos têm em comum leva-nos a deduzir que estamos perante dois termos que designam o mesmo conceito. Neste sentido, podemos deduzir que as três características catalogadas como comuns são as características essenciais do conceito designado pelos termos em análise.

O uso da funcionalidade *Concordance* forneceu-nos, adicionalmente, dados sobre a frequência dos termos em análise no *corpus* e verificámos que o termo "estratégia marítima" ocorre quinze (15) vezes, enquanto o termo "estratégia naval" ocorre cinquenta e oito (58) vezes.

Em IUM (2020) apenas o termo "estratégia marítima" é contemplado. Contudo, o que se verifica no *corpus* constituído no âmbito deste trabalho é que o termo "estratégia naval" é utilizado mais frequentemente. O termo "estratégia naval" é o mais utilizado pelos especialistas do domínio, mesmo após a publicação do Glossário de Termos Militares (IUM, 2020) em 2020, no qual apenas consta o termo "estratégia marítima".

Verificámos que os especialistas designam verbalmente o conceito <estratégia naval> com os termos "estratégia marítima" e "estratégia naval" em contexto de comunicação de especialidade, nomeadamente, na produção de textos, nos quais utilizam com mais frequência o termo "estratégia naval". O termo "estratégia marítima" ocorre quinze vezes no *corpus* de análise por nós compilado, enquanto o termo "estratégia naval", não considerado no glossário em questão, ocorre mais frequentemente.

Esta observação levanta uma questão: porque continuam os especialistas a utilizar o termo "estratégia naval" quando o termo "estratégia marítima" foi escolhido pelo Instituto Universitário Militar como sendo o termo designador do conceito? A resposta a esta pergunta requer um contacto com especialistas envolvidos no processo de construção do glossário em questão, algo que poderá vir a ser desenvolvido noutro contexto académico/científico.

6. Conclusão

O facto de Carreira (2023) ter observado dois termos que, à partida, aparentavam designar o mesmo conceito foi a motivação para o desenvolvimento do presente trabalho.

O objetivo principal deste artigo foi demonstrar uma metodologia que nos permitiu, a partir de textos de especialidade produzidos no domínio das ciências militares, identificar as características do(s) conceito(s) designado(s) pelos termos "estratégia marítima" e "estratégia naval" (Carreira, 2023).

Ao confrontarmos as características recolhidas com base na análise de contextos concluímos que as características são partilhadas por ambos. Neste sentido, o facto de estarmos perante dois termos com as mesmas finalidades – realizar missões e garantir a segurança marítima –, e os mesmos instrumentos – a Marinha e o poder naval –, leva-nos a deduzir que os termos em análise designam o mesmo conceito.

Este estudo é parte de um trabalho em progresso (Carreira, 2023), que tem como finalidade o desenvolvimento de uma base de dados terminológica e de uma ontologia de domínio, servindo a última para fundamentar a qualidade das definições da primeira.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/03213/2020 do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

Referências

Academia Militar. (s.d.). Curso de Ciência Militares. https://academiamilitar.pt/curso-de-ciencias-militares-na-especialidade-de-seguranca.html

Cabré, M. T. (1999). Terminology: Theory, Methods, and Applications. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

Cagarrinho, E. (2011). O papel da Estratégia Naval decorrente das novas ameaças e cenários de crise. [Trabalho de Investigação Individual, Instituto de Estudos Superiores Militares]. https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1082

Carreira, A. S. (2023). Metodologia para a proposta de uma definição reformulada do conceito de estratégia militar. [Dissertação de Mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. http://hdl.handle.net/10362/167907

Costa, R. (2001). Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicos multilexémicas. [Tese de Doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa] Repositório da Universidade NOVA de Lisboa. http://hdl.handle.net/10362/12067

Costa, R. (2002). Constituição de corpora de especialidade in *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística,* 253-258.

Costa, R., Silva, R. e Campos, M. I. B. (2020). Terminologia, uma disciplina de interfaces in *Linha D´Água, 33(1)*, 1-8. https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/168211/170390

Ferreira, A. (2015) A Importância e o Valor do Mar in *Revista Militar 2567*, 1039-1048. https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1076

Ferreira, M., Valério, T. e Moreira, S. (2018). Recensão Crítica ao livro "Introdução à Estratégia", de André Beaufre in Proelium, *Série VII(1),* 255-273. https://academiamilitar.pt/images/site_images/Revista_Proelium/SERIE_VIII/Proelium_VIII_1_2018_255_-_273.pdf

Gaspar, R. (2014). Importância Geopolítica da Região do Golfo da Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Para uma Estratégia Marítima Integrada. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23113

IUM. (2020). Glossário de Termos Militares. https://www.ium.pt/files/conteudos/260/Glossario_Termos_Militares_v-online.pdf

ISO 704. (2022). Terminology work – Principles and methods. https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:704:ed-4:v1:en

ISO 1087. (2019) Terminology work and terminology science – Vocabulary. https://www.iso.org/standard/62330.html

Ivashchenko, V. e Ivashchenko, D. (2023). Ukrainian military terminology in conditions of armed aggression: legislative and media discourses in *Terminology Science & Research, 26,* 45-67. https://journal-eaft-aet.net/index.php/tsr/article/view/5000/4585

Ribeiro, A. S., Silva, F. B., Palma, J. N. e Monteiro, N. S. (2010). Estratégia Naval Portuguesa – O processo, o contexto e o conteúdo in *Cadernos Navais 34.* https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Documents/cadernos_navais_n34_julho_setembro_2010.pdf

"*Não temeis!" – Sobre as Formas de Tratamento de 2PP no discurso religioso em português europeu: dados de traduções orais e de traduções escritas produzidas durante a Jornada Mundial da Juventude 2023

Marcela Faria[1] [2]
[1] *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*
[2] *Centro de Linguística da Universidade do Porto*

Resumo

Partindo da ideia de que o pronome pessoal *vós* continua a ser produzido no discurso religioso (cf., entre outros, Lara Bermejo, 2020, p. 71), embora na norma padrão do português europeu (PE) o tratamento por *vós* esteja em "franco decréscimo" (Bacelar do Nascimento, 2013, p. 2713), aproveitámos a visita do Papa Francisco, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude 2023, para prestarmos especial atenção à produção/não produção do referido pronome e de formas do seu paradigma. Será que os discursos de cariz religioso (já) se constroem com elementos de outra série, nomeadamente elementos do paradigma de *vocês*, ou mantém-se o uso tradicional das formas da série de *vós*? Haverá produções híbridas (Segura, 2013, p. 131; Manole, 2021, p. 126)? Com o intuito de dar resposta a estas perguntas, decidimos, por um lado, considerar traduções orais em simultâneo transmitidas em diferentes órgãos de comunicação (RTP, SIC e TVI) e, por outro, considerar as traduções escritas apresentadas na página oficial do evento. Os dados mostram, no que diz respeito às traduções em simultâneo, além das tradicionais produções de formas da série canónica de *vós* – tanto em Formas de Tratamento pronominais como em Formas de Tratamento verbais (estas, todavia, nem sempre gramaticais – p. ex., "*Não temeis!") –, produções do paradigma de *vocês* (p. ex., *os*, *com vocês* e formas verbais de 3PP). De uma forma global, há uma divisão quase igual entre produções das séries canónicas de *vós* (52%) e de *vocês* (48%). Numa análise mais detalhada, considerando a categorização em Cintra (1986 [1972]), os números totais das ocorrências parecem claros: preferência pela série de *vós* em produções de FT pronominais e preferência pela série de *vocês* em produções de FT verbais. No que toca às traduções escritas oficiais, os dados são inequívocos: produção total de formas da série canónica de *vós*. As ocorrências encontradas nos áudios, mais espontâneas do que nos textos escritos, contribuem para a ideia de mudança em curso (cf., por exemplo, Gouveia, 2008), mais acentuada nas FT verbais do que nas FT pronominais e, nestas, mais acentuada na posição de sujeito do que em posições de complemento, em linha com o que avançaram, por exemplo, Aguiar & Paiva (2017). Diferentemente, os dados encontrados nos registos escritos, produções por natureza menos espontâneas, sugerem uma vontade de permanência do uso de elementos da 2PP tradicional no discurso oficial da igreja.

Palavras-chave

Formas de tratamento, segunda pessoa do plural, português europeu, discurso religioso

Abstract

Considering that the personal pronoun *vós* is still produced in religious speech (cf., among others, Lara Bermejo, 2020, p.71), despite its significant usage decrease in the standard variety of European Portuguese (Nascimento, 2013, p. 2713), we took advantage of the Pope's visit to Portugal in the scope of the World Youth Day (WYD) 2023 as an opportunity to focus on the production of the second person plural pronoun and its canon forms. We considered some oral translations from different tv channels (RTP, SIC and TVI) and the official translations of the speeches available in the official WYD page to answer some questions: are the religious speeches (already) constructed with elements of other series, namely *vocês*, or is the traditional *vós* paradigm still preferred? are hybrid constructions present in the *corpus* (Segura, 2013, p. 131; Manole, 2021, p. 126))? Regarding the data collected from the tv channels translations, beyond the traditional forms from the *vós*

[1] up200706938@edu.letras.up.pt
ORCID 0000-0002-0506-7007

Copyright ©2026 The Author(s)

paradigm – pronominal and verbal (the verbal sometimes agrammatical – for instance, "**Não temeis*!"), some occurrences from the *vocês* paradigm (for instance, *os, com vocês* and 3PP verbal forms) were identified. Regarding the official written translations, the data is unanimous: the totality of the productions is from the *vós* paradigm. One the one hand, the productions found in the audios, which are more spontaneous than the written data, contribute to the idea of ongoing change (cf., for instance, Gouveia, 2008), more visible on the verbal forms of address than on the pronominal ones and, inside the pronominal, higher in the subject position than in the complement positions, as presented, for instance, by Aguiar & Paiva 2017). On the other hand, the productions found in the written data may indicate a willingness to preserve the 2PP elements on the Church's official speech.

Keywords

Forms of address, second person plural, European Portuguese, religious speech

1. Introdução

Nos estudos sobre Formas de Tratamento (FT),[2] numa determinada investigação que se leve a cabo, podemos trabalhar no âmbito das FT de singular, isto é, formas de tratamento usadas na interpelação ou referência a uma única entidade, no âmbito das FT de plural, ou seja, formas de tratamento usadas na interpelação ou referência a mais do que uma entidade ou, ainda, se num trabalho mais amplo, de ambas. Além da possibilidade de definirmos mais especificamente o objeto de estudo quanto ao número das entidades consideradas, podemos fazer incidir o nosso foco sobre FT usadas num contexto de alocução, de delocução e/ou de elocução (cf. Carreira, 1997). Relativamente à concretização linguística, tendo em conta a classe de palavras associada, podemos recorrer à categorização como FT pronominais (FTP), FT verbais (FTV) e FT nominais (FTN) (cf. Cintra, 1986 [1972]), que, por sua vez, desempenham funções sintáticas diversas nas construções de que fazem parte (ocupam a posição de sujeito, complemento ou vocativo).

Neste estudo, a nossa análise toma em consideração FTP e FTV em direção a um alocutário plural. Esta delimitação surge por pretendermos contribuir para as reflexões sobre o uso atual dos pronomes *vós/vocês* e formas tradicionais dos respetivos paradigmas em PE.

Partimos de duas ideias abordadas na literatura: uma, a de que, em PE, e de um modo geral (ou seja, com exceções apontadas consoante diferentes variáveis), o pronome pessoal tradicional de segunda pessoa do plural (2PP) – *vós* – já não se usa/o seu uso está em decréscimo[3] (e a consequente problemática sobre o que preenche, então, o seu lugar no sistema); outra, a ideia de que *vós* continua a ser produzido no âmbito dos discursos religiosos,[4] sendo exatamente este um dos contextos apontados como exceção na afirmação anterior.

[2] Sobre o interesse que os estudos sobre FT têm suscitado, ver, por exemplo, Marques (2014b, p. 146).

[3] As afirmações sobre o uso ou não do pronome, na interlocução plural, na norma padrão apresentam tipicamente uma especificação do contexto e do registo em causa, como vemos, por exemplo, em "Quando o falante se dirige a mais de uma pessoa, pode utilizar pronomes de duas séries, ancoradas nas formas nominativas *vós* e *vocês*. A primeira está em desuso no português-padrão, embora se mantenha em dialetos setentrionais e do Centro de Portugal, e no discurso literário e oral, formal ou solene." (Bacelar do Nascimento *et al.*, 2018, p. 252), em Faraco 2017 [1996], p. 123) "Para o tratamento de mais de um interlocutor, *vós* foi abandonado (com exceção de algumas variedades não padrões do português europeu – cf. Casteleiro – e em estilos muito formais, em geral apenas na escrita ou na fala baseada na escrita)" e em Lara Bermejo (2020, p. 71): "Standard European Portuguese, on the contrary, possesses a single pronoun to address a group of people both in an informal and a formal context (*vocês*). However, the northern part still maintains an older system based on the dichotomy of two pronouns: *vós* for informality and *vocês* for formality; *vós* is also resorted to in Church or military speech all throughout the country (Raposo et al. 2013)".

[4] Esclarecemos que estamos a considerar o *vós* somente na sua aceção de alocução plural, ou seja, sem que estejamos a considerar a alocução a uma entidade única (2PS). O referido pronome surge, efetivamente, no discurso religioso em direção a entidades individuais consideradas superiores (Deus, Jesus, Virgem Maria) (cf., por exemplo, Segura, 2013, p. 130 "Para um único interlocutor, os dialetos, de uma maneira geral, comportam-

Em relação à primeira ideia – o decréscimo do uso de *vós* (interlocutor plural) em PE – é interessante que ressalvemos que não só é um tema estudado na Academia (cf., entre outros, Cintra, 1986 [1972]; Faraco, 2017 [1996]; Faria, 2009; Duarte, 2010; Segura, 2013; Marques, 2014; Aguiar & Paiva, 2017; Duarte & Marques, 2023), como é assunto em discussões, por exemplo, em sítios na *internet* nos quais se esclarecem dúvidas linguísticas (cf. Ciberdúvidas[5]) e em livros produzidos para a comunidade em geral (cf. Monteiro, 2018).

Além dos pronomes retos, pretendemos considerar também as formas prototípicas dos respetivos paradigmas, isto é, as formas de tratamento pronominais de base das duas séries (série do pronome *vós* e série do pronome *vocês*) bem como as FT Verbais (2PP gramatical para *vós*; terceira pessoa do plural (3PP) gramatical para *vocês*).

No capítulo "A pessoa desaparecida", em Monteiro (2018), o autor, numa perspetiva normativa, expõe os elementos canónicos das duas séries, instigando os leitores a cumprirem a coerência paradigmática e a produzirem enunciados com recurso ou à 2PP ou à 3PP, mas nunca com recurso a ambas. O autor insta, por exemplo, a que não se produza "*Façam* as *vossas* apostas", mas "*Fazei* as *vossas* apostas" ou "*Façam* as *suas* apostas" (cf. Monteiro, 2018, p. 130).

Contudo, há que referir que na norma padrão a produção, numa mesma construção, de formas de ambos os paradigmas[6] é, resultado do efetivo acolhimento produtivo junto dos falantes (que, aliás, Monteiro (2018) admite), considerada gramatical, como, de resto, vemos se atentarmos nos quadros seguintes, retirados e adaptados de Raposo (2013):

Quadro 1
Reprodução adaptada do *Quadro 1 – Lista tradicional dos pronomes pessoais*, apresentado em Raposo (2013, p. 897)

Função sintática	2PP
SUJ	vós
CD	vos
CI	vos
CP	vós, convosco

Quadro 2
Reprodução adaptada do *Quadro 2 – Pronomes pessoais*, apresentado em Raposo (2013, p. 902)

Função sintática	2PP	2PP
Formas tónicas		
SUJ (nominativo)	vós	vocês
CP (oblíquo)	vós, convosco	vocês, convosco,
Possessivo (genitivo)	vosso(s), vossa(s)	seu(s), sua(s), **vosso(s), vossa(s)**

se como o português-padrão, ou seja, aboliram o uso de *vós* como pronome singular na língua falada, mantendo-o apenas na linguagem religiosa para se dirigir a Deus e a outras entidades religiosas. No entanto, não é de excluir a possibilidade de que ainda se mantenha em uso, em dialetos muito conservadores, na fala das gerações mais velhas, como forma de tratamento de respeito.") e em construções produzidas pelos membros da Igreja em direção aos fiéis.

[5] Ver, por exemplo, as perguntas e respostas em https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/vosvoces/4346# e https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-forma-de-tratamento-voces-o-pronome-atono-vos-e-o-possessivo-vosso-ii/34887 (acesso em 17-06-2024)

[6] Não em todas as posições sintáticas, como verificamos, por exemplo, na agramaticalidade de "Vocês andais a gastar dinheiro" (Aguiar & Paiva, 2017, p. 141, recuperado de Segura, 2013, p. 131 – exemplo original "*Vocês são* uns tolos, *vocês andais* a gastar dinheiro!"), já que *vocês*, apesar de ser semanticamente um pronome de 2PP, é gramaticalmente um pronome de 3PP (cf., por exemplo, Raposo, 2013, pp. 899-902). Construções com a utilização de *vocês* com formas verbais da 2PP são chamadas híbridas (Segura, 2013, p. 131).

Formas átonas (clíticas)		
CI (dativo)		lhes, **vos**
CD (acusativo)	vos	os, as, **vos**, se
	vos	

A exposição destes quadros, em Raposo (2013), bem como a preocupação retificativa de Monteiro (2018) – tal qual no distante *Appendix Probi* – mostram claramente que à data da redação deste último texto do século XXI[7] é inequívoco o uso deste tipo de construções mistas (cf. Raposo, 2013, p. 900), também chamadas 'combinações incoerentes' (Aguiar & Paiva, 2017, p. 147). As observações de Monteiro (2018) mostram, também, que esse uso não é consensualmente aceite, pelo menos pelos normativistas mais tradicionais e, acrescentamos nós, pelos falantes que sigam a mesma linha.

No estudo que fazem sobre a fala bracarense, no qual refletem sobre a problemática do uso de *vós/vocês*, Aguiar & Paiva (2017) deixam, além de observações sobre construções híbridas com *vocês* SUJ + formas verbais de 3PP,[8] notas sobre o decréscimo de *vós* em posição de sujeito ("que perde espaço para a inovadora variante *vocês*", Aguiar & Paiva, 2017, p. 149 – tradução nossa), mas a preferência por formas canónicas deste paradigma nas posições de complemento. Ressaltam, todavia, que nos informantes mais jovens esta preferência não se verifica tão claramente, nomeadamente no que diz respeito ao uso considerável de *vocês* como complemento (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 147). Sobre as FTV relatam ainda que a produção de 2PP se nota essencialmente em verbos muito frequentes na oralidade, havendo cada vez mais espaço para as construções de FTV de 3PP. No que toca às posições de complemento, referem, ainda, como já apontámos, as 'construções incoerentes', com produções nas quais surgem elementos das duas séries canónicas (por exemplo, *vocês* SUJ + *vos* dativo e *vocês* SUJ + *vosso* possessivo – "se *vocês* não arranjarem por *vossa* ... se não conhecem nenhuma empresa para [...] estagiar, a escola não *vos* arranja um [...]" (cf. Aguiar & Paiva, 2017, p. 147)), e apontam a preferência pelo uso dativo *vos* e tónico *convosco* em detrimento dos elementos canónicos da série de *vocês*.

Diante do enquadramento teórico sobre o uso de *vós/vocês* (e respetivos elementos canónicos dos dois paradigmas) que expusemos brevemente, entendemos que interessam algumas perguntas: Será que o discurso religioso mantém a produção dos elementos da série tradicional (*vós*) ou será que apresenta produções da série de *vocês*? Haverá diferenças entre produções pronominais e verbais? Haverá construções com formas de ambos os paradigmas numa mesma intervenção/enunciado ou numa mesma frase? Para responder a estas perguntas, decidimos analisar, no âmbito da visita do Papa a Portugal, durante a Jornada Mundial da Juventude 2023 (JMJ23), por um lado, traduções humanas em simultâneo apresentadas em diferentes órgãos de comunicação e, por outro, as traduções escritas apresentadas na página oficial do evento.

Para cumprirmos os nossos objetivos, expomos, em 2., a *Metodologia*, em 3., os *Resultados e discussão* relativos à procura que fizemos por formas (pronominais e verbais) semânticas de 2PP e, em 4., as *Considerações Finais* que entendemos serem retiráveis. Terminamos o artigo elencando as *Referências bibliográficas* usadas ao longo do texto e, na secção *Apêndice*, a totalidade das ocorrências encontradas (excetuando as já referidas, como exemplos, na secção 3.).

[7] Aliás, na página 123, o autor aponta que nesse mesmo capítulo ("A pessoa desaparecida"), se fala "do erro gramatical omnipresente, do erro que consta de quase, quase, quase todos os livros publicados no século XXI", acrescentando "E o problema vem de longe" (Monteiro, 2018, p. 123).

[8] As autoras sublinham a inexistência, no *corpus* que analisaram, de construções *vós* + formas verbais de 3PP. (Aguiar & Paiva, 2017, p. 141)

2. Metodologia

Para levarmos a cabo este estudo, considerámos, por um lado, os textos apresentados na página oficial do evento e, por outro lado, as gravações (áudios) das dezoito traduções humanas orais e em simultâneo dos discursos do Papa Francisco na JMJ 2023. Por questões práticas relacionadas com restrições de tempo, decidimos considerar somente os discursos que, conforme o nosso conhecimento, foram emitidos em direto e simultâneo pelos três canais públicos de televisão – 6 da RTP, 6 da SIC e 6 da TVI. Esclarecemos, ainda, que as gravações foram feitas com um telemóvel junto ao televisor e que não nos foi possível determinar com exatidão a autoria de cada uma delas. Há casos em que seria possível determinar o/a autor/a da tradução por este/a aparecer nas imagens televisivas imediatamente anteriores ao início da tradução em simultâneo ou por haver uma referência clara à autoria pelo jornalista responsável pela emissão em direto, contudo, como referimos, tal nem sempre foi possível. Por esta razão, decidimos não equacionar observações idiossincráticas.

As traduções humanas em simultâneo foram analisadas individualmente, e com recurso a várias audições, para registo dos excertos nos quais constavam ocorrências relacionadas com o tema em estudo. Com o mesmo intuito, fizemos também, na página da JMJ23, uma leitura atenta dos textos correspondentes a cada tradução gravada em áudio.

3. Resultados e discussão

No que diz respeito aos dados presentes nas transcrições oficiais destes mesmos discursos na página da JM23, ou seja, às traduções apresentadas em registo escrito, notamos que em todas as produções do Papa em alocução aos jovens que se encontram diante dele são usadas as formas (normativas) do paradigma gramatical da 2PP (*vós*), pelo que entendemos que a exposição dessas ocorrências seria aqui desnecessária. Assim, apresentamos, neste ponto do artigo, por discurso (seguimos a ordem temporal em que foram produzidos) e por estação televisiva, os resultados dos registos que fizemos dos dezoito áudios que gravámos.

Em relação a cada um dos discursos (3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6), começamos por expor alguns exemplos de ocorrências encontradas[9] e, seguidamente, apresentamos, em tabelas, as contagens de todas as ocorrências. Esclarecemos que, para facilitar o confronto textual, registámos com o mesmo código numérico (seguindo igualmente a ordem temporal real) e variação alfabética (por exemplo: 1a/1b/1c; 2a/2b/2c, etc.) as diferentes traduções para o mesmo momento/bloco dos textos de partida, isto é, cada uma das produções orais do Papa Francisco. Indicamos, relativamente a cada discurso e a cada tradução, as ocorrências totais de 2PP e 3PP e as respetivas percentagens em relação ao total registado em alocução e, dentro de cada paradigma, apontamos o número de ocorrências de FT pronominais (FTP) e de FT verbais (FTV) e a devida frequência. Por último, olhamos especificamente para as produções de FT pronominais e registamos as suas posições sintáticas.

3.1 Discurso 1 (Centro Cultural de Belém – 02 de agosto)

Dos discursos aqui analisados, este é não só o único proferido em italiano (os outros são proferidos em espanhol) como também o único a ser lido pelo Papa na totalidade (pelo menos, assim nos parece do áudio e da observação das imagens). Desta forma, é aquele no qual é menor ou, até, (praticamente) nula a necessidade de o tradutor traduzir em simultâneo o inesperado. Por conseguinte, neste discurso, é possível que a tradução em português tenha sido preparada aquando do recebimento do texto pela

[9] Deixamos as restantes ocorrências disponíveis para consulta na secção *Apêndice*.

comunicação social. Não obstante, apresentamos, de seguida, as ocorrências encontradas e a respetiva classificação (cf. tabelas 1 e 1.1).

Exemplos:
RTP
1a. Saúdo-*vos* cordialmente.
2a. Gostaria de partilhar *convosco* alguns pensamentos.
3a. Lembro as palavras de Fernando Pessoa (…).
SIC
1b. Saúdo-*vos* cordialmente.
2b. Também eu, (…), gostaria de partilhar algumas preocupações.
3b. *Deixem*-me aproveitar para citar Pessoa (…).
TVI
1c. Saúdo-*vos* cordialmente.
2c. Nesta linha, gostaria também eu de partilhar *convosco* algumas reflexões (…).
3c. Vêm à mente algumas palavras ousadas de Fernando Pessoa (…).

Tabela 1
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 1

RTP (2 ocorrências)				**SIC** (2 ocorrências)				**TVI** (2 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
2		0		1		1		2		0	
100%		0%		**50%**		50%		**100%**		0%	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
2	0	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0
100%	0%	0%	0%	*100%*	0%	0%	*100%*	*100%*	0%	0%	0%

Tabela 1.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 1
Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	2	1	2
SUJ (vós)	0	0	0
CD (vos)	1	1	1
CI (vos)	0	0	0
CObl (convosco)	1	0	1
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	0	0	0
Possessivo (vosso/a(s))	0	0	0
3PP	0	0	0
SUJ (vocês)	0	0	0

CD (os/as/se)	0	0	0
CI (lhes)	0	0	0
CObl (com vocês)	0	0	0
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	0	0	0
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Relativamente a este primeiro discurso, notamos, nos casos em que se expressa a direção direta ao interlocutor plural, maioritariamente a igualdade na escolha de um elemento da série de *vós*, mais especificamente em posição pronominal átona *-vos* (cf. 1a, 1b e 1c) e tónica oblíqua *convosco* (cf. 2a e 2c). Referimos maioritariamente porque há, efetivamente, um registo de uma forma de tratamento verbal de 3PP (3b) embora o mesmo segmento de origem não tenha nas outras traduções em análise uma produção alocutiva. Recordamos, ainda, o que referimos sobre este ser o discurso no qual, por ter hipoteticamente as traduções menos espontâneas, seria menos provável que surgissem formas de 3PP em alocução.

3.2 Discurso 2 (Parque Eduardo VII – 03 de agosto)

Exemplos:

RTP

5a. Fico muito feliz por *vos* ver e também escutar este simpático barulho que *fazem*, contagiando-me com a *vossa* alegria.

6a. É maravilhoso estarmos juntos em Lisboa. *Foram* chamados por mim e pelo patriarca, (…), pelos *vossos* bispos (…).

7a. Vamos agradecer a todos aqueles que *os* chamaram e a todos aqueles (…). Foi o Senhor que *vos* chamou. (…)

8a. Não *estão* aqui sem nenhuma razão, porque foi o Senhor que *vos* chamou, (…) mas desde o início dos *vossos* dias. (…)

10a. E agora *tentem* imaginar (…) e a seguir *pensem* que estão escritas dentro de *vós*, nos *vossos* corações, como se estivesse formando o título da *vossa* vida, a sentir aquilo que *sois*. (…) Sentir aquilo que *sois*.

12a. Quero que cada um de *vós* se aperceba do seguinte (…).

15a. Amigos, gostaria de ser claro com todos, que *são* alérgicos (…).

17a. Também *vós*, esta tarde, me *fizesteis*[10] perguntas.

19a. Queridos rapazes e raparigas, convido-*vos* a *pensarem* nisto tão bonito, *pensarem* que Deus nos ama como somos (…).

SIC

6b. É bom estarmos juntos em Lisboa. *Foram* chamados por mim, pelo patriarca, (…), pelos *vossos* bispos (…).

10b. E *tentem* imaginar (…) e *pensai* em seguida que estão escritas dentro de nós, nos nossos corações, como que formando o título da *vossa* vida, o sentido do que *sois*.

13b. Jesus não é assim. Ele confia em ti, em cada um *de vós*, em cada um de nós.

15b. Amigos, quero ser claro *convosco*, que *são* alérgicos às falsidades (…).

18b. Nunca *se cansem* de perguntar. Não *se cansem*.

21b. Era isto que queria dizer-*vos*: Não *tenham* medo, *tenham* coragem, *sigam* adiante.

TVI

13c. Jesus não é assim. Ele confia em ti, confia em cada um de *vocês*, em cada um de nós. Para Jesus, cada um de *vocês*, cada um de nós importa.

15c. Quero ser claro *com vocês*.

21c. Queria só deixar-*vos* esta mensagem: não *tenham* medo.

[10] Produção não normativa da 2PP do Pretérito Perfeito Simples do indicativo. (i.e. *fizestes*)

Tabela 2
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 2

RTP (38 ocorrências)				**SIC** (34 ocorrências)				**TVI** (31 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
16		22		20		14		21		10	
42%		**58%**		**59%**		41%		**68%**		32%	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
14	2	3	19	14	6	2	12	12	9	5	5
88%	13%	14%	*86%*	*70%*	30%	14%	*86%*	*57%*	43%	50%	50%

Tabela 2.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 2

Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	14	14	12
SUJ (vós)	1	1	0
CD (vos)	5	3	4
CI (vos)	1	1	1
CObl (convosco)	0	1	1
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	2	3	1
Possessivo (vosso/a(s))	5	5	5
3PP	3	2	5
SUJ (vocês)	0	0	0
CD (os/as/se)	3	2	2
CI (lhes)	0	0	0
CObl (com vocês)	0	0	1
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	0	0	2
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Neste segundo discurso, que apresenta claramente um número maior de casos de produções alocutivas no texto de origem, as escolhas dos tradutores já não são tão coincidentes e as ocorrências de formas alocutivas de 3PP tornam-se mais presentes, ainda que em menor frequência total do que as formas de 2PP (cf. Tabela 2). Todavia, notamos que numa das traduções (RTP) há já mais formas de 3PP, especialmente verbais. O recurso à 2PP, em todas as traduções, é, de modo contrário, maioritariamente feito com FT pronominais (em posições de SUJ, CD, CI e possessivo; cf. Tabela 2.1).

Ainda no que diz respeito a FT pronominais, registamos a curiosidade de ser na tradução que mais FT verbais de 2PP apresenta que surgem produções *de vocês* (cf. 13c) e *com vocês* (cf. 15c), enquanto nas outras duas surgem *de vós* (cf. 12a e 13b) e *com todos/convosco* (cf. 15a e 15b). Nesta análise mais pormenorizada, tomando as diferentes alíneas e respetivas ligações entre as sequências alfabéticas, notamos a produção mista com FT pronominais de um paradigma + FT verbais de outro (cf. 5a, 6a, 6b, 8a, 10a, 10b, 15b, 19a, 21b e 21c), com FT pronominais de ambos os paradigmas (cf. 7a) e com FT verbais também de ambos os paradigmas (cf. 10a e 10b).

Neste discurso há ainda a registar, parece-nos,[11] a particularidade da produção de uma forma não normativa (*fizesteis*, cf. 17a), que entendemos ter surgido de uma dificuldade na conjugação verbal na 2PP. Por não ser a forma normativa, não a incluímos na contagem das produções de 2PP que considerámos para a elaboração da tabela.

3.3 Discurso 3 (Parque Eduardo VII – 04 de agosto)

Exemplos:
RTP
22a. Hoje, *vocês vão* caminhar com Jesus. (…) Hoje, *vocês vão*, em colaboração connosco (…).
SIC
22b. *Vós* hoje *ides* caminhar com Jesus. (…) Hoje, *vós*, e eu também através da oração, [sic] renovar o caminho da cruz.
25b. *Deixem*-me colocar-*lhes* uma pergunta, mas não *respondam* em voz alta, *respondam* para si.
TVI
22c. *Vocês* hoje *vão* caminhar com Jesus. *Vão* fazer caminho. Um caminho que vai ficar gravado (…) e vai com a *vossa* oração (…).

Tabela 3
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 3

RTP (15 ocorrências)				**SIC** (12 ocorrências)				**TVI** (10 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
1		14		5		7		1		9	
7%		**93%**		42%		**58%**		10%		**90%**	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
1	0	5	9	3	2	1	6	1	0	3	6
100%	0%	36%	*64%*	*60%*	40%	14%	*86%*	*100%*	0%	33%	*67%*

Tabela 3.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 3

Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	1	3	1
SUJ (vós)	0	3	0

[11] Assumimos aqui alguma dificuldade na perceção do que é dito, não estando certos de que tenha sido exatamente esta a forma produzida.

CD (vos)	0	0	0
CI (vos)	1	0	0
CObl (convosco)	0	0	0
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	0	0	0
Possessivo (vosso/a(s))	0	0	1
3PP	5	1	3
SUJ (vocês)	3	0	2
CD (os/as/se)	2	0	1
CI (lhes)	0	1	0
CObl (com vocês)	0	0	0
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	0	0	0
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

No terceiro discurso, um pouco em contracorrente com o que acabámos de notar, não surgem tantas ocorrências de produções mistas numa mesma frase/passagem do discurso de origem. É apenas na ocorrência registada em 22c que notamos a presença de uma forma do paradigma de *vós* (*vossa*) e de formas do paradigma de *vocês* (*vocês, vão*). Embora se possa argumentar que nessa primeira passagem, tanto em 22a como em 22b, estão presentes apenas duas FT, enquanto em 22c, além da FT pronominal sujeito e da FT verbal, está, ainda – e é nessa que se nota a mistura de paradigmas, o determinante possessivo da série canónica de *vós*. Estando ausente, como referimos, das traduções em 22a e 22b não podemos, de facto, dar um grande destaque à ausência de mistura de paradigmas nos casos apontados. Todavia, 25b surge como prova de duas coisas: por um lado, como exemplo de uma produção totalmente normativa, no sentido de cumprimento da série canónica, ainda que com uso do paradigma de 3PP, e, por outro, como prova de que também as FT pronominais átonas em complemento indireto (e não só as FT verbais e as FT pronominais tónicas em posição de sujeito ou átonas em posição de complemento direto (cf. 18b, 7a)), como vimos até aqui) estão a surgir na alocução (cf. também a Tabela 2.1).

Diferentemente do que vimos acima, as três traduções optam maioritariamente por FT de 3PP; em duas é mesmo uma escolha sólida (90% ou mais) (cf. Tabela 3.). Nestas, em destaque mais notório, a produção de *vocês* na posição de SUJ. Se olharmos para as FT verbais, notamos a prevalência das produções de formas de 3PP.

3.4 Discurso 4 (Fátima – 05 de agosto)

Exemplos:
RTP
29a- Obrigado ao José Ornelas pelas suas palavras e *a vós todos*. Obrigado pela presença e a oração. (…)
SIC
29b- Muito obrigado ao Sr. Ornelas pelas palavras e *a todas e todos vós*, pela *vossa* presença, pela *vossa* oração.

TVI

29c- Obrigado a D. José Ornelas pelas suas palavras e obrigado *a todos vós*, pela presença e pela oração. [… sem produção de tradução em simultâneo]

Tabela 4
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 4

RTP (8 ocorrências)				**SIC** (5 ocorrências)				**TVI** (1 ocorrência)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
5		3		3		2		1		0	
63%		38%		**60%**		40%		**100%**		0%	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
4	1	1	2	3	0	0	2	1	0	0	0
80%	20%	33%	*67%*	*100%*	0%	0%	*100%*	*100%*	0%	0%	0%

Tabela 4.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 4

Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	4	3	1
SUJ (vós)	0	0	0
CD (vos)	0	0	0
CI (vos)	3	0	0
CObl (convosco)	0	0	0
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	1	1	1
Possessivo (vosso/a(s))	0	2	0
3PP	1	0	0
SUJ (vocês)	0	0	0
CD (os/as/se)	0	0	0
CI (lhes)	1	0	0
CObl (com vocês)	0	0	0
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	0	0	0
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Neste discurso, com poucas ocorrências, temos essencialmente em análise duas traduções, já que num dos canais televisivos, por razões que desconhecemos, não é produzida uma tradução total e

simultânea. Nessa tradução, há apenas uma produção de FT pronominal da série de *vós* (29c), semelhante, aliás, às produzidas nas restantes traduções para o português (cf. 29a e 29b). Relativamente a estas duas traduções, o que entendemos ser mais relevante destacar não é a escolha entre formas de 2PP e 3PP, mas, antes, que, sendo necessária uma produção de uma FT pronominal, ela se concretiza maioritariamente com uma forma da série de *vós* e, sendo necessária uma produção de uma FT verbal, ela se concretiza como forma de 3PP.

3.5 Discurso 5 (Parque Tejo – 05 de agosto)

Exemplos:
RTP
33a. Tenho alegria de *vos* ver. Obrigado por *terem* caminhado, chegado aqui.
34a. E eu pergunto *a todos vós, todos vós* que *estão* aqui que *vieram se* encontrar, (…).
35a. Isto… vão ficar *para vós* ou *vão* levar a alguém?
36a. Vamos fazer um segundo de silêncio e *cada um de vós* vai pensar (…).
38a. Eu faço-*vos* uma pergunta: já *se cansaram* alguma vez?
42a. *Digam*-no vo… *digam*-no.
43a. Não sei *se alguém de vocês* gosta de futebol, eu gosto.
44a. Deixo-*vos* com esta ideia. Não *tenham* medo.
SIC
33b. Que bom ver-*vos*. Obrigado por *terdes* viajado, caminhado e *estarem* aqui.
34b. E o que *vos* pergunto a *vós*, que *estão* aqui (…).
38b. E faço-*vos* uma pergunta: alguma vez *se cansaram*?
40b. *Vós creis*[12] [sic] que uma pessoa que cai na vida (…).
43b. Não sei *se a vós… se vocês gostam* de futebol (...). *Pensem*: o que é que está por detrás de um golo?
44b. Deixo-*vos* apenas com esta última ideia. Não *tenham* medo.
TVI
39c. *Pensem* o que sucede quando *algum de vós* está cansado.

Tabela 5
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 5

RTP (25 ocorrências)				**SIC** (26 ocorrências)				**TVI** (6 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
7		18		9		17		1		5	
28%		**72%**		35%		**65%**		17%		**83%**	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
7	0	3	15	8	1	2	15	1	0	2	3
100%	0%	17%	*83%*	*89%*	11%	12%	*88%*	*100%*	0%	40%	*60%*

Tabela 5.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 5

Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	7	8	1

[12] Produção não normativa da 2PP do Presente Simples do indicativo (i.e. *credes*).

SUJ (vós)	1	1	0
CD (vos)	2	2	0
CI (vos)	1	2	0
CObl (convosco)	0	0	0
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	3	3	1
Possessivo (vosso/a(s))	0	0	0
3PP	3	2	2
SUJ (vocês)	0	1	1
CD (os/as/se)	2	1	1
CI (lhes)	0	0	0
CObl (com vocês)	0	0	0
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	1	0	0
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Na totalidade das traduções deste discurso, é maioritária a produção de FT de 3PP (cf. Tabela 5.), ao contrário do que sucedeu no discurso anterior (cf. Tabela 4.). Não obstante, se considerarmos apenas as FT pronominais, vemos que, como referimos em relação aos discursos 2 e 4, estas se produzem maioritariamente com elementos da série canónica de *vós* (especialmente em posição de complemento; cf. Tabela 5.1). Também neste discurso, notamos a mistura na escolha dos paradigmas, com 33a, 34a, 35a, 38a, 44a, 33b, 34b, 38b e 39c a serem exemplos de ocorrências nas quais se verificam produções de FT, de diferentes categorias (pronominais e verbais), de um e de outro paradigmas. O exemplo 33b mostra a alternância 2PP/3PP em diferentes e numa mesma categoria da FT: ver-*vos*, *terdes* e *estarem* mostram a inconstância própria de algo que não se entende bem definido (cf. 'combinações incoerentes' em Aguiar & Paiva, 2017).

Consideramos que é também interessante chamar a atenção para uma interrupção que nos pareceu curiosa e que está expressa em 42a, na qual um dos tradutores produz o conjuntivo de 3PP com valor de imperativo e, em seguida, desiste de expressar totalmente o vocativo, que seria *vós* ou *vocês*. Ficámos, com essa interrupção, sem saber que opção iria tomar. Esta desistência na produção poderá indicar uma dúvida quanto à adequação da forma a produzir; não estando certo do que seria mais adequado, ficou pelo reforço do conjuntivo que escolhera (*digam-no* em vez de *dizei-o*). Contudo, mais à frente, o mesmo tradutor, em 43a, opta por *de vocês*, em oposição ao que até aí fizera (cf., por exemplo, 36a). Esta alternância, que, na sequência temporal da tradução feita por este locutor, termina com uma produção mista (cf. 44a) parece-nos ser bastante importante para a discussão para a qual pretendemos contribuir com este artigo. Num contexto, de certa maneira, análogo, notamos a ocorrência 43b, na qual o locutor desiste de uma construção com *vós* e reformula para *vocês,* seguindo daí com a FT verbal na 3PP. Assim como o colega da outra estação, este locutor, na sua sequência temporal de tradução, termina com uma produção mista (cf. 44b).

Ainda com o olhar sobre este discurso papal, e de certa forma evocando o que apontámos no discurso 2 (mas, aqui, com a certeza daquilo que ouvimos), há a registar uma produção de uma forma não normativa (cf. 40b). Tal como já tínhamos referido em 3.2, parece sugerir uma dificuldade na

conjugação verbal de 2PP. Entendemos que estes casos são indícios da menor frequência de uso destas formas por parte dos falantes (em conformidade com o que é apontado em Aguiar & Paiva, 2017, p. 144), isto é, se são formas pouco produzidas, pouco escutadas (ao contrário das de 3PP – notemos, apenas como exemplo: eles são/vocês são), acabam por propiciar, diante de uma necessidade espontânea, o aparecimento de formas agramaticais.

3.6 Discurso 6 (Parque Tejo – 06 de agosto)

Exemplos:
RTP

46a. *Escutem*-no. *Escutai*-o. Escutar a Jesus. *Escutai* a Jesus. *Escutai*-o.

48a. *Vocês* que *são* jovens, que *viveram* este gozo, esta glória, *vocês* que *cultivam* sonhos grandes (…), *vocês* que às vezes *pensam* que não *serão* capazes. às vezes, *têm* um pouco de pessimismo. *Vocês*, jovens, tentados neste tempo do desânimo por *pensarem* que *fracassaram* ou, às vezes, *escondem* a dor, disfarçando-a com um sorriso. *Vocês*, jovens, que *querem* mudar o mundo. *A vós* que *quereis* mudar o mundo e *querem* lutar pela justiça. *A vós*, jovens, que *fazem* um esforço e que parece que tudo o que *fazem* não é suficiente. *A vós*, jovens, a Igreja tem necessidade *de vós* como a terra da chuva. *A vós*, jovens, que *sois* o presente e o futuro.

51a. Mas anuncio-*vos* algo muito mais belo: já não sou eu é Jesus que está a olhar *para vós*, (…) ele *vos* conhece, (…), conhece o *vosso* coração, (…) conhece o *vosso* coração. E ele diz-*vos*, aqui em Lisboa, nestas jornadas, diz-*vos* "Não *tenham* medo. Não *tenham* medo. *Animem-se*. Não *tenham* medo."

SIC

46b. *Escutem*-no. (…) *Escutai*-o. (…) *Escutem*-na. Escutar Jesus. *Escutai* Jesus.

47b. Não *temam*. Não *temei*[13] [sic], não *temeis*[14] [sic]. (…) no momento da transfiguração, diz aos discípulos: "Não *temei* [sic]."

51b. É Jesus que olha para nós (…) e ele conhece o coração *de cada um de vós*, (…) conhece o *vosso* coração. E é isso que ele hoje diz, aqui em Lisboa, (…) "Não tenhas medo. Não tenhas medo. *Animem-se*. Não *tenham* medo."

TVI

51c. Anuncio-*vos* algo muito mais belo: o próprio Jesus agora olha *para vós*, ele que *vos* conhece e lê no *vosso* íntimo, no *vosso* coração, olha também para o *vosso* coração, sorri e repete que ele *vos* ama sempre e infinitamente, conhece o coração *de vós*.[15] E ele hoje, aqui, diz*, a cada um de vós*, nesta jornada mundial da juventude, "Não tenhas medo. Não tenhas medo."

Tabela 6
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP nas traduções do discurso 6

RTP (53 ocorrências)				**SIC** (38 ocorrências)				**TVI** (37 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
27		26		22		16		34		3	
51%		49%		**58%**		42%		**92%**		8%	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
17	10	6	20	17	5	1	15	22	12	1	2
63%	37%	23%	*77%*	*77%*	23%	6%	*94%*	*65%*	35%	33%	*67%*

Tabela 6.1 – Especificação da posição sintática das FTP nas traduções do discurso 6

Formas de Tratamento Pronominais

[13] Produção não normativa da 2PP do imperativo (i.e. *não temais*)
[14] Produção não normativa da 2PP do imperativo (i.e. *não temais*)
[15] cf. produção normativa "o *vosso* coração"

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	17	17	22
SUJ (vós)	0	0	0
CD (vos)	2	0	4
CI (vos)	5	2	2
CObl (convosco)	0	0	0
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	8	14	11
Possessivo (vosso/a(s))	2	1	5
3PP	6	1	1
SUJ (vocês)	5	0	1
CD (os/as/se)	1	1	0
CI (lhes)	0	0	0
CObl (com vocês)	0	0	0
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	0	0	0
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Relativamente ao discurso com o maior número de ocorrências alocutivas nas traduções para português, começamos por notar a prevalência, em cada estação e também geral, de FT de 2PP (cf. Tabela 6). Cerca de 60% do total das ocorrências (na soma das três traduções) são de FT de 2PP, percentagem que, apesar de maioritária, não se revela tão assertiva como os 92% se tomássemos apenas em consideração as ocorrências numa das traduções apresentadas (TVI). Para a prevalência das formas de 2PP contribuem especialmente as formas de tratamento pronominais de 2PP, já que, mais uma vez, notamos que diante da necessidade de se produzir uma FT pronominal a escolha recai preferencialmente nas de 2PP (mais precisamente nas posições de complemento e nos possessivos; cf. Tabela 6.1). Recuperando o que também já referimos noutros pontos (3.3 e 3.4), perante a necessidade de produção de uma FT verbal – e excetuando apenas uma das traduções, na estação televisiva que, aliás, também registou essa exceção no discurso 2 (cf. Tabela 2) – a produção faz-se preferencialmente com recurso a formas de 3PP.

Também nas traduções deste discurso verificamos ocorrências com produções mistas, das quais são exemplos 46a e 46b (FT verbais de 2PP e de 3PP) e 51a e 51b (FT pronominais de 2PP[16] e FT verbais de 3PP).

Remetendo novamente para o que referimos em 3.2 e também em 3.5 sobre produções de formas verbais de 2PP não normativas, temos de sublinhar a passagem que registámos em 47b. Depois de formular o imperativo normativo de 3PP na forma negativa – *Não temam* – o tradutor procura produzir a correspondente de 2PP: *Não temais*. Contudo, não chega nunca a concretizar essa produção normativa, titubeando entre *Não temei*, *Não temeis* (cf. Figura 1, abaixo) e, de novo, *Não temei*. Parece-nos claro (desde logo, por já nos ter sucedido semelhante) que ao produzir a forma não normativa o

[16] Com exceção, de certa maneira (porque condicionado pelo verbo), do *"se"* em *Animem-se*.

seu conhecimento linguístico intrínseco não reconheceu a produção como gramatical, pelo que foi tentando chegar à forma normativa. Cremos que a confusão resultou, por um lado, da presença do advérbio de negação, já que, diante de uma frase na afirmativa, teríamos, de facto, *Temei*, e, por outro, da presença do conjuntivo com valor de imperativo e não do indicativo (eu temo, tu temes, ele teme, nós tememos, vós *temeis*, eles temem). Esta dificuldade na produção gramatical resulta, na nossa perspetiva, da falta de agilidade na produção das formas verbais de 2PP, por estarem, efetivamente, em desuso no PEC.

Numa das traduções deste discurso (cf. 51c), há ainda um ponto curioso a notar (que já registámos na nota de rodapé n.º 15), no qual, em cotexto totalmente construído com recurso a formas de 2PP, se produz "conhece o coração de *vós*", em detrimento de "*vosso* coração" (cf. 51a) e de "de cada um *de vós*" (cf. 51b).[17]

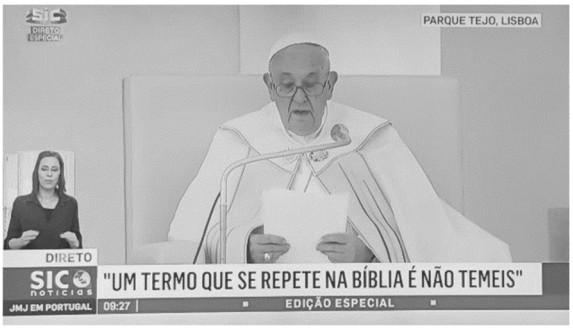


Figura 1: "Não temeis" aparece no oráculo de uma das estações televisivas.

3.7 Resumo (tabelas gerais)

Tabela 7
Totais das ocorrências de FT das séries canónicas de 2PP e de 3PP na totalidade das traduções consideradas

RTP (141 ocorrências)				**SIC** (117 ocorrências)				**TVI** (87 ocorrências)			
2PP		**3PP**		**2PP**		**3PP**		**2PP**		**3PP**	
58		83		60		57		60		27	
41%		**59%**		**51%**		49%		**69%**		31%	
FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV	FTP	FTV
45	13	18	65	46	14	6	51	39	21	11	16
78%	22%	22%	*78%*	*77%*	23%	11%	*89%*	*65%*	35%	40%	*60%*
FTP= 45%				FTP= 44%				*FTP=57%*			
FTV= 55%				*FTV=56%*				FTV=43%			

Total nas três estações: 345 ocorrências
2PP = 178 = **52%**
3PP = 167 = 48%

[17] Conforme uma sugestão que nos foi apresentada por um dos revisores anónimos deste trabalho, esclarecemos que, efetivamente, não abordamos neste estudo "o tipo de erros gramaticais mais frequentes na tradução simultânea, embora haja estudos nessa matéria e embora fosse interessante fazer o cruzamento destas duas análises."

Tabela 7.1 – Especificação da posição sintática das FTP na totalidade das traduções

Formas de Tratamento Pronominais

	RTP	**SIC**	**TVI**
2PP	45	46	39
SUJ (vós)	2	5	0
CD (vos)	10	6	9
CI (vos)	11	5	3
CObl (convosco)	1	1	2
CObl (prep + vós; ex. de vós, para vós)	14	21	14
Possessivo (vosso/a(s))	7	8	11
3PP	18	6	11
SUJ (vocês)	8	1	4
CD (os/as/se)	8	4	4
CI (lhes)	1	1	0
CObl (com vocês)	0	0	1
CObl (prep + vocês; ex. de vocês, para vocês)	1	0	2
Possessivo (seu(s)/sua(s))	0	0	0

Genericamente, podemos referir que o facto de as palavras do Papa, em alocução clara aos jovens, terem sido traduzidas ora com recurso a formas de 2PP ora com recurso a formas de 3PP[18] demonstra claramente a pertinência da análise levada a cabo, no âmbito da variação e mudança das formas de alocução plural em português europeu contemporâneo.

Numa primeira análise geral, vemos que em duas estações televisivas há prevalência de produções de FT de 2PP (SIC e TVI), enquanto no outro canal de televisão (RTP) a maioria das FT produzidas é da série canónica *vocês*. Numa análise ainda mais geral, sem tomar em consideração os diferentes canais, percebemos que a escolha é, efetivamente, equilibrada com 52% das ocorrências a pertencerem ao paradigma *vós* e 48% ao paradigma *vocês* (cf. Tabela 7). Entendemos que esta quase igualdade é bastante indicativa da situação atual de mudança por que passamos em português europeu contemporâneo (ainda para mais tendo em conta o contexto religioso dos discursos aqui traduzidos). O facto de a variação na utilização tanto de formas do paradigma *vós* como do paradigma *vocês* não ser apenas notada em diferentes momentos do discurso ou sob a influência de determinado modo (indicativo/imperativo), mas suceder numa mesma frase, num mesmo excerto, como, por exemplo, 48a ("A *vós*, jovens, que *quereis* mudar o mundo e *querem* lutar pela justiça (…)") é um argumento na mesma linha. Há também a ressaltar, no que diz respeito à categoria das FT produzidas, a prevalência por formas da série canónica *vocês* em FTV e FTP em posição de sujeito e por formas da série canónica

[18] Existem, ainda, várias traduções de alocuções diretas com recurso a produções em 1PP (*nós*), as quais, precisamente por não corresponderem a uma tradução exata de alocução, optámos por não elencar.

vós em FTP em posição de complemento e possessivos (cf. Tabela 7.1). Entendemos, ainda, que é curioso que seja na estação televisiva que mais produz FT verbais de 2PP que ocorra o maior número de FT pronominais de 3PP (cf. Tabela 7).

4. Considerações finais

À luz dos dados expostos e analisados, vamos agora responder às perguntas de que partimos e tecer algumas considerações que entendemos pertinentes.

Em primeiro lugar: Será que os discursos de cariz religioso (já?) se constroem com elementos de outra série, nomeadamente elementos do paradigma de *vocês*, ou mantém-se o uso tradicional das formas da série de *vós*? Os discursos produzidos no âmbito religioso analisados neste estudo já apresentam formas de tratamento do paradigma de *vocês*. Embora, claro, tenhamos de notar que estas inovações se registam nas traduções dos discursos apresentadas por canais de televisão e não nas transcrições oficiais da Igreja apresentadas na página oficial na *internet*, que, como tivemos oportunidade de referir, se constroem totalmente com formas do paradigma de *vós*. Acreditamos que estas inovações mostram que, efetivamente, *vocês* está a assumir um papel tão relevante como FT que, numa tradução em simultâneo, ou seja, um discurso efetivamente espontâneo, acaba por emergir mesmo em discursos aos quais se associa tipicamente o uso de *vós*. É de sublinhar que esta emersão não acontece de igual forma em todos os elementos do paradigma. Em linha, entre muitos outros, por exemplo, com Aguiar & Paiva (2017), registámos também no nosso *corpus*, a prevalência da série canónica de 3PP no recurso a FT pronominais em posição de sujeito ou a FTV e a prevalência da série canónica de 2PP no recurso a uma FT pronominal nos restantes casos (CD, CI, CObl e possessivo).

Em segundo lugar: Haverá produções híbridas (Segura, 2013, p. 131; Manole, 2021, p. 126)? Apesar de não registarmos nenhuma construção híbrida na concretização *vocês* + forma verbal de 2PP, também neste *corpus* se comprova a produtividade das construções chamadas 'incoerentes' em Aguiar & Paiva (2017) e desaconselhadas em Monteiro (2018). A grande frequência destas construções reforça a ideia de que são entendidas como plenamente produtivas, o que poderá levar a que, de facto, no futuro, deixem de ser notadas como estranhas por uma franja dos falantes de PE. Não tão simples será, provavelmente, a afirmação dos elementos canónicos da série de *vocês* nas posições de complemento CD e CI, que, como vimos, continuam a ser fortemente lideradas por produções da 2PP gramatical. Para tal atrito poderá estar a contribuir, entre outros,[19] o princípio de economia, já que *vos* funciona como CD e CI, enquanto na série de *vocês* temos, respetivamente, *os/as/se* e *lhes*.[20] No caso dos possessivos, poderemos estar diante de uma aproximação fonética[21] das formas *vocês-vosso/a(s)* em oposição ao afastamento fonético entre *vocês-seu(s)/sua(s)*.

Como em todos os casos de mudança, aqui está a língua a mostrar a sua vitalidade.

Agradecimentos

[19] A inexistência da necessidade de concordância entre sujeito e complementos, diferentemente da exigência de concordância entre sujeito e forma verbal (cf., por exemplo, Lara Bermejo, 2020, p. 96 ou Aguiar & Paiva, 2017, p. 149)

[20] Esta reflexão resultou, em certa medida, de uma observação neste âmbito partilhada pelo Professor Paul O' Neill na apresentação de um trabalho seu, a que assistimos em Cádis, em junho de 2023.

[21] Esta reflexão resulta de uma análise de dados que recolhemos junto de estudantes do 4.º e 12.º ano, no âmbito de outro trabalho. Nos referidos dados, verificámos que vários estudantes escreveram "vossês" e "voço"/"voça", o que nos fez pensar que, de facto, podem estar a estabelecer uma associação sistémica nos pares *vocês* + determinante ou pronome possessivo de 2PP: "vocês"-"voça" e "vossa"-"vossês".

Apresentamos os nossos agradecimentos aos revisores anónimos que comentaram o título e o resumo deste trabalho numa fase inicial, aos públicos do XVIII Fórum de Partilha Linguística do CLUNL e do Encontro Nacional da APL e aos revisores anónimos que leram a primeira versão deste artigo. Este trabalho teve o apoio da FCT por ter sido realizado durante o período de vigência da bolsa 2022.09541.BD.

Referências

Aguiar, J. & Paiva, M. C. (2017). Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso. In P. Barbosa, M. da C. Paiva, & C. Rodrigues (Eds.), *Studies on variation in Portuguese* (pp.135-150). John Benjamins.

Bacelar do Nascimento, M. F. (2013). Formas de Tratamento. In E. B. P. Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do português* (pp. 2701-2730). Fundação Calouste Gulbenkian.

Bacelar do Nascimento, M. F.; Mendes, A. & Duarte, M. E. L. (2018). Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro. *Diadorim*, *20* – Especial, 245-262.

Carreira, M. H. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris: Peeters.

Casteleiro, J. M. (1961). *A expressão da 'ordem' na língua portuguesa do século XX: estudo sintáctico-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros*. Dissertação de licenciatura em filologia românica. Lisboa: Faculdade de Letras.

Cintra, L. F. (1986 [1972]). *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Livros Horizonte.

Duarte, I. M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In Ana Maria Brito (Ed.) *Gramática: história, teorias, aplicações* (pp. 133-146). Porto: Universidade do Porto.

Duarte, I. M., & Marques, A. (2023). Vós and other pronominal forms of address (tu, você, vocês): speakers' perceptions of Brazilian and European Portuguese. In N. Baumgarten & R. Vismans (Eds.), *It´s different with you: contrastive perspectives on address research* (pp. 272-293). John Benjamins Publishing Company.

Faraco, C. A. (2017 [1996]). O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico, 3*(2). 114–132. https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17150

Faria, R. (2009). *O fenómeno da delicadeza linguística em português e inglês*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Gouveia, C. (2008). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu. In I. M. Duarte & F. Oliveira (Eds.) *O fascínio da Linguagem* (pp. 91-100). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6695.pdf

Lara Bermejo, V. (2020). Forms of address in the south-western Sprachbund of the Iberian Peninsula: one hundred years of evolution in western Andalusian and European Portuguese. In M. Hummel & C. dos S. Lopes (Eds.), *Address in Portuguese and Spanish. Studies in diachrony and diachronic reconstruction* (pp. 71-109). Mouton de Gruyter. https://www.academia.edu/43735161/Forms_of_address_in_the_south_western_Sprachbund_of_the_Iberian_Peninsula_one_hundred_years_of_evolution_in_western_Andalusian_Spanish_and_European_Portuguese

Manole, V. (2021). O legado da perda: o pronome vós no português europeu atual. In C. Papahagi (cord.) *Disparitions, effacements, oublis dans les langues romanes II* (pp. 119-132). Presa Universitară Clujeană.

Marques, M. A. (2014a). Formas de tratamento em Português e discurso televisivo: usos de você. In Yana Andreeva (Ed.) *Horizontes do Saber Filológico*, 62-73. Sófia: Editora Universitária Sveti Kliment Ohridski.

Marques, M. A. (2014b). Cortesia, Formas de Tratamento e Géneros discursivos – condições de ocorrência e de uso. In I. R. Seara (Ed.) *Cortesia: Olhares e (re)invenções* (pp. 145-172). Lisboa: Chiado Editora.

Monteiro, M. (2018). *Por amor à Língua – Contra a linguagem que por aí circula*. Lisboa: Objectiva.

O'Neill, P. (2023). Portugal is different… o por lo menos su imperio lo fue. Paradigmas mixtos en el español y el português. [comunicação]. IVCCFT Congresso Universidad de Cádiz.

Raposo, E. P. (2013). Pronomes. In E. B. P. Raposo *et al. Gramática do Português* vol. I (pp. 883-918). Fundação Calouste Gulbenkian.

Raposo, E. P.; Bacelar do Nascimento, M. F.; Coelho da Mota, M. A.; Segura, L. & Mendes, A. (Eds.) (2013). *Gramática do Português*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Segura, L. (2013). Variedades dialetais do Português Europeu. In E. B. P. Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do português* (pp. 85-142). Fundação Calouste Gulbenkian.

Apêndice

Discurso 1
(todas as ocorrências foram expostas em 3.1)

Discurso 2
RTP[22]
4a- Bem-vindos e muito obrigado por *estarem* aqui.
9a- Ele chamou-*vos* pelo nome.
11a- *Entendem* isto?
13a- Jesus não é assim, devo dizer-*vos*.
14a- *Pensem* nisto.
16a- Jesus (…) disse "*Vão* e *tragam* todos."
18a- Nunca *se cansem* de perguntar. Não *se cansem* de o fazer.
20a- *Confiem* porque Deus é pai.
21a- Não *tenham* medo, *sejam* corajosos, *sigam* em frente.
SIC[23]
4b- *Sede* bem-vindos e obrigado por *estardes* aqui.
5b- Fico feliz por *vos* ver e escutar este simpático alvoroço que *fazeis*, e senti-me contagiado pela *vossa* alegria.
7b- E, sobretudo, quem nos chamou foi Jesus. Agradeçamos-lhe (…).
8b- *Vós* não *estais* aqui por acaso. O senhor chamou-*vos* (…) desde o início dos *vossos* dias.
9b- E chamou pelos *vossos* nomes.
11b- *Entendam* isso.
12b- Gostaria que cada um de *vós* conseguisse ver o seguinte.
14b- *Pensem* bem nisto.
16b- Há lugar para mim, há lugar para *vós*, há lugar para todos. [24]
17b- Esta tarde, *fizeram*-me várias perguntas.
19b- Queridos amigos e amigas, convido-*vos* a pensar nesta beleza (…).
20b- *Confiem* porque Deus é pai.
TVI[25]
4c- *Sede* bem-vindos e obrigado por *estardes* aqui.
5c- Fico feliz por *vos* ver e também por escutar o simpático barulho que *fazeis*, contagiando-me com a *vossa* alegria.
6c- É bom estarmos juntos em Lisboa, para aqui *fostes* chamados por mim, pelo patriarca (…), pelos *vossos* bispos (…).
7c- Mas, sobretudo, foi Jesus quem *vos* chamou. Agradeçamos-lhe também, com o *vosso* aplauso.
8c- Amigos, não *estais* aqui por acaso. O senhor chamou-*vos*, não só nestes dias mas desde o início dos *vossos* dias.
9c- Sim, ele chamou-*vos* pelo nome, a todos.
10c- *Tentai* imaginar estas palavras (…) e em seguida *pensai* que estão escritas dentro de *vós*, dos *vossos* corações como que formando o título da *vossa* vida, o sentido do que *sois*.
16c- *Repitam* comigo. [26]
17c- Esta tarde, *fizeram*-me perguntas, muitas perguntas.
18c- Nunca *se cansem* de perguntar. Não *se cansem* de perguntar.
19c- *Descobrireis* uma coisa nova e surpreendente: o amor de Deus é uma surpresa. [27]

[22] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[23] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[24] As traduções 16a-16b-16c não são semelhantes, embora correspondam praticamente à mesma passagem da produção oral de partida.
[25] Tradução simultânea em discurso direto, todavia com algumas pausas na tradução (daí que pareça estarem em falta algumas ocorrências, por exemplo, 11c, 12c e 14c) e com alguns comentários sobre o que é dito, sobre o ambiente envolvente, etc.
[26] Ver nota n.º 24.
[27] As traduções 19a-19b-19c não são semelhantes, embora correspondam praticamente à mesma passagem da produção oral de partida.

Discurso 3
RTP[28]
23a- *Lembram-se*?
24a- Não *se esqueçam* disto.
25a- Agora tenho uma pergunta, mas não *respondam* em voz alta, cada um responda para si mesmo.
26a- *Vocês sabem* melhor do que eu.
27a- Queria dizer-*vos* mais coisas.
28a- Não *tenham* medo. *Pensem* nelas. E *pensem* na vontade que temos que a nossa alma volte a sorrir.
SIC[29]
26b- *Vós* todos *sabeis* isso melhor que eu.
27b- Gostaria de falar em mais coisas.
28b- Cada um de nós pense no seu próprio sofrimento, pense nas suas ansiedades, misérias… naquilo que *entendam*. *Pensem* nisso e *pensem* na vontade que a alma tem de voltar à raiz.
TVI[30]
23c- *Recordam-se*?
-E não *tenham* medo. Não *tenham* medo.[31]
26c- E *vocês sabem* melhor do que eu.
27c- Queria abordar mais coisas (…)
28c- Cada um que pense nas suas próprias misérias.

Discurso 4
RTP[32]
30a- "*Façam* o que ele *vos* disser."
31a- Eu peço-*vos* que colaboramos [sic] com ele.
32a- Queridos irmãos, sintamos hoje a presença de Nossa Senhora, a mãe que sempre pede que *façam* o que Jesus *lhes* diz. Porém, a mãe que diz a Jesus *fazei* o que ele *vos* pedir.
SIC[33]
30b- "*Sigam* a Jesus."
32b-Queridos irmãos, sintamos, ouçamos hoje o apelo da Virgem Maria: "*Façam* sempre o que Jesus nos diz".
TVI[34]
(apenas uma ocorrência, já exposta em 3.4)

Discurso 5
RTP[35]
37a- Já *encontraram*? Já *encontraram* os rostos? Já *encontraram* alguma história?
39a- Então *pensem* no que acontece quando estamos cansados.
40a- *Acham* que uma pessoa que cai na vida (…).
41a- Uma coisa muito linda e que gostava que *levassem* como lembrança (…) *Reparem* que (…).
SIC[36]
35b- Isto, *estão* a fazê-lo *para vós* ou para levar para outros? O que *acham*?
36b- *Pensem*, se olharmos para trás (…).
37b- *Encontraram*? *Encontraram* os rostos, as histórias?
39b- *Pensem*, pois, então, o que acontece quando uma pessoa está cansada.
41b- É uma coisa muito bonita que eu hoje gostaria que *levassem* como recordação (…) *Pensem* que (…).

[28] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[29] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[30] Tradução simultânea em discurso direto, todavia com algumas inexatidões no conteúdo (mais do que é dito e menos do que é dito) e alguns comentários. Referimos estas observações apenas como esclarecimento para as diferenças entre a quase correspondência total entre as passagens registadas nas traduções da RTP e da SIC e a dissemelhança entre essas e as passagens registadas nas traduções da TVI.
[31] Inexistente neste texto de origem, ideia presente noutro discurso e recuperada pelo tradutor.
[32] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[33] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[34] Não há uma tradução em simultâneo do início ao fim. Há tentativas de tradução de partes, por vezes, sem conclusão da ideia, alguns comentários com tentativa de paráfrase e traduções que não correspondem àquilo que é dito pelo Papa Francisco. Alterna-se indiscriminadamente entre discurso direto e discurso relatado, o que, pela dificuldade de gestão do tempo inerente às traduções em simultâneo, faz com que se perca sempre alguma informação presente na mensagem de origem.
[35] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.
[36] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.

42b- *Digam.*

TVI[37]

38c- Por isso deixo uma pergunta: *cansaram-se* alguma vez?

43c- (…) se calhar *vocês* não *têm* vontade de estudar (…).

Discurso 6

RTP[38]

45a- Quero dizer-*vos* também que (…).

47a- Não *tenham* medo. Não *tenham* medo. (…) E diz aos discípulos "*Levantai-vos* e não *tenhais* medo."

49a- *A vós*, jovens, é que Jesus diz "Não *tenhais* medo. Não *tenhais* medo." Cada um repita para si mesmo, no seu coração, esta palavra: "Não *tenhais* medo"

50a- Queridos jovens, queria olhar para os olhos de *cada um de vós* e dizer-*vos* "Não tenhas medo. Não tenhas medo."

SIC[39]

45b- Quero dizer-*vos* também que (…).

- Não *esqueçam*: basta ser luz (…).

48b- *A vós*, jovens - isto está aqui algo de glória, que temos aqui - *A vós* que *cultivais* sonhos grandes (…), *a vós*, jovens, que às vezes *pensam* que não *vão* conseguir por causa do pessimismo, *a vós*, jovens, que nesta altura, por vezes, se tentam cair no desânimo por *pensarem* que *fracassaram*, *a vós*, jovens, que *investem* e *exigem* mudar o mundo; *a vós*, jovens, que *querem* justar pela justiça e pela paz; *a vós*, jovens, que *têm* vontade de seguir na vida; *a vós*, jovens, que a Igreja e o mundo precisam *de vós*, a Terra precisa *de vós*. *A vós*, jovens, que *são* o presente e o futuro.

49b- Sim, precisamente *a vós*, jovens, Jesus diz-*vos* hoje "Não *tenhais* medo." (…) que cada um repita para si mesmo, nos seus corações, estas palavras: "Não *tenhais* medo."

50b- Queridos jovens, gostaria de olhar *cada um de vós* nos olhos e dizer "Não tenhas medo. Não tenhas medo."

TVI[40]

45c- Quero-*vos* dizer (…).

46c- *Escutai*-o.

- *Tenham* cuidado com os egoísmos.

47c- Estas foram as últimas palavras que Jesus pronuncia no monte para animar os discípulos assustados "*Levantai-vos* e não *tenhais* medo."

48c- *Vocês* que *cultivam* sonhos grandes (…); *a vós*, jovens, que às vezes *pensais* que não *ides* conseguir; *a vós*, jovens, tentados neste tempo a desanimar, a julgar-*vos* inadequados ou a esconder a *vossa* dor, disfarçando com um sorriso; *a vós*, jovens, que *quereis* mudar o mundo e *lutais* pela justiça e pela paz; *a vós*, jovens, que *investis* o melhor do *vosso* esforço e imaginação, ficando, porém, com a sensação de que não bastam; *a vós*, jovens, de quem a Igreja e o mundo têm necessidade como a terra da chuva. *A vós*, jovens, que *sois* o presente e o futuro.

49c- Precisamente *a vós*, jovens, é que Jesus diz "Não *tenhais* medo. Não *tenhais* medo." (…) "Não *tenhais* medo."

50c- Queridos jovens, gostaria de poder fixar nos olhos em *cada um de vós* e dizer "Não tenhas medo. Não tenhas medo.

[37] Não percebemos porquê, mas, até determinado momento (durante cerca de cinco minutos), não é apresentada uma tradução em simultâneo. Há um jornalista que é chamado pelo responsável da emissão a fazer a tradução, mas que acaba por não a produzir de forma efetiva, antes, e apenas em alguns momentos, comenta o que o Papa vai dizendo. Entretanto, ouve-se uma voz diferente que começa a apresentar a tradução simultânea, embora com pausas na tradução, inexatidões, e nem sempre em discurso direto, o que prejudica a produção das FT alocutivas. Por estas razões, são apenas três os excertos registados.

[38] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.

[39] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.

[40] Tradução simultânea total ou maioritariamente em discurso direto.

NOVALing – ISSN 3051-8121 – n.º 1, 2026: Número Especial
Pacheco, A. – *A estrutura temporal do lead em notícias de agência em Português Europeu*
DOI: https://doi.org/10.34619/r6aj-b6lf

A estrutura temporal do lead em notícias de agência em Português Europeu

Ana Filipa Pacheco[1]
[1] *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Resumo

O presente artigo pretende explorar as relações temporais que se estabelecem entre as situações representadas em notícias de agência, em português europeu. Para tal, recorreu-se a um *corpus* composto por trinta notícias, cujos *leads* foram anotados com recurso à ferramenta BRAT (brat rapid annotation tool). O processo de anotação seguiu a proposta de algumas das etiquetas e atributos do esquema de anotação proposto por Silvano et al. (2021), desenvolvido com base na norma ISO 24617-1:2012 (SemAF-Time, ISO-TimeML). Os resultados encontrados mostram que o *lead* se caracteriza por apresentar situações representadas, predominantemente, por nomes e verbos; os verbos encontram-se, sobretudo, no pretérito perfeito do indicativo. As relações temporais mais frequentes dizem respeito a relações de anterioridade, inclusão, identidade e simultaneidade, não se verificando sucessividade temporal.

Palavras-chave

Estrutura temporal, relações temporais entre situações, anotação, *corpus* de notícias

Abstract

The aim of this paper is to explore the temporal relations established between the situations represented in agency news stories in European Portuguese. To achieve this, we used a corpus made up of thirty news items, whose leads were annotated using the BRAT tool (brat rapid annotation tool). The annotation process followed the proposal of some of the labels and attributes of the annotation scheme presented by Silvano et al. (2021), developed using the ISO 24617-1:2012 standard (SemAF-Time, ISO-TimeML). The results show that the lead is characterised by situations represented predominantly by nouns and verbs; the verbs are mainly in the past perfect tense. The most frequent temporal relations are those of anteriority, inclusion, identity, and simultaneity, but no temporal succession.

Keywords

Temporal structure, temporal relations between situations, annotation, news corpus

1. Introdução

A análise linguística dos elementos que constituem as narrativas tem fomentado um interesse crescente na comunidade científica. As notícias de natureza predominantemente narrativa constituem uma fonte rica de informação, pela sua organização e apresentação particulares, quando em comparação com as narrativas de outros géneros textuais. Este tipo de notícias fornece dados cuja análise permite explorar, por exemplo, a forma como as situações que nelas são relatadas se organizam e apresentam face à sua cronologia e relevância temporal.

Bell (1995) defende que as notícias incluem um tipo particular de narrativa em que se verifica uma ordem não cronológica de situações, que são apresentadas tendo em consideração uma pirâmide invertida: as situações mais relevantes são introduzidas e posteriormente retomadas, uma e outra vez, em maior detalhe. Esta especificidade tem levantado questões (cf. Bell, 1995: 319) sobre a organização temporal das notícias e a forma como as situações se estruturam dentro das mesmas. Por outro lado,

[1] anafilipasrpacheco@gmail.com
ORCID 0009-0003-6135-8479

Copyright ©2026 The Author(s)

a escassez de estudos no que respeita à estrutura temporal das notícias de agência, tal como Silvano et al. (2021) constata, expõe a necessidade de aprofundamento linguístico a este nível.

A linguística e, particularmente, a semântica e a análise da estrutura temporal podem contribuir para um melhor entendimento das narrativas do género notícia.

Propõe-se, por isso, com este artigo, analisar o modo como os *leads* das notícias se organizam temporalmente, ao proceder-se à averiguação das relações temporais mais frequentes entre as situações do *lead* de notícias de agência em português europeu. Os objetivos específicos focam-se em: por um lado, (i) identificar as situações do *lead* de notícias e algumas das suas propriedades aspetuais; e, por outro, (ii) identificar as relações temporais que se estabelecem entre essas situações, determinando-se, no processo, as relações mais frequentes e analisando-se a presença (ou ausência) de sucessividade temporal.

Nesse sentido, centrar-nos-emos nas seguintes questões de investigação:

i. Que tipo de situações caracterizam o *lead* de notícias de agência?
ii. Que tipo de relações temporais se estabelecem no *lead* de notícias de agência?
iii. Quais as relações temporais mais frequentes no *lead* de notícias de agência?
iv. Há sucessividade temporal no *lead* de notícias de agência?

Ao longo das próximas páginas, será feita a contextualização teórica sobre o tema, que começa com uma breve revisão sobre notícias e as suas características (ponto 2), e continua com algumas questões sobre tempo e aspeto (ponto 3) e sobre anotação da informação temporal (ponto 4). Segue-se a apresentação do estudo desenvolvido, na parte cinco, através da qual far-se-á a descrição do *corpus* utilizado e descrever-se-ão o esquema e o processo de anotação desenvolvidos. No ponto 6, apresentar-se-ão detalhadamente os resultados do estudo, assim como a sua análise e discussão. Por fim, o presente trabalho culmina com as considerações finais, em que se concluem sucintamente os pontos levantados e abordados no decurso deste artigo (cf. ponto 7).

2. Notícias: algumas características

Os textos de van Dijk (e.o. 1983, 1985, 1988) assumem uma grande importância para a compreensão do género notícia. Um dos seus contributos teóricos faz menção à superestrutura em que a notícia se encontra organizada: (i) o sumário/introdução, constituído pelas partes título e *lead*; (ii) os episódios, que incluem as situações e as reações; e (iii) os comentários, que são tecidos face aos dois anteriores e estão relacionados com as crenças do jornalista/jornal. Por outras palavras, a notícia apresenta um título e um *lead,* seguidos de um corpo. O *lead* corresponde ao primeiro parágrafo da notícia, que visa captar a atenção do leitor e resumir os principais aspetos da notícia de forma sucinta e relevante (Lusa, 2019), e procura responder às perguntas quem, o quê, quando, onde, como e porquê – os 5W1H ("who, what, when, where, why, how") (e.o. Carnaz et al., 2021; Público, 2005), seguindo-se uma ordem decrescente de importância de acordo com a qual a informação é apresentada e organizada – a chamada pirâmide invertida (e.o. Bell, 1995; Bendler et al., 2018).

A pirâmide invertida é, assim, um estilo jornalístico de escrita em que a informação mais importante é apresentada no início, seguida de outros elementos de importância decrescente. Bell (1991) salienta o modo como esta estrutura ajuda a captar rapidamente a atenção do leitor, ao apresentar as informações mais significativas no início da notícia. Este método ajuda os leitores a apreenderem os factos essenciais – os tópicos discursivos – mesmo que só leiam o início do texto.

Bell (e.o. 1991, 1995, 2006) menciona, ainda, que a especificidade inerente às narrativas presentes nas notícias fornece uma base para o entendimento da importância do estudo linguístico no contexto dos *media*. No seguimento, o autor menciona que o parágrafo *lead* atua na notícia como um resumo,

sumarizando a ação central e estabelecendo o âmbito do que está a ser contado, e assumindo-se como o seu personagem principal.

Nas palavras de Silvano et al. (2021: 2), "news may frequently assume the format of a story that reports on current events[2] involving one or more entities in given time and place", apresentando, igualmente, conteúdo que permite estabelecer relações entre essas situações e contextualizar as circunstâncias da sua ocorrência. A ordenação das situações torna-se, consequentemente, de elevada importância para a compreensão da complexidade temporal de um texto (cf. ISO, 2012).

Espera-se, por isso, que o *lead* relate a situação que motiva a notícia, mas, também, outras que procuram responder às questões referidas, expondo relações entre elas e contribuindo, do mesmo modo, para a compreensão da estrutura temporal do género.

É relevante, igualmente, mencionar o que Silva (2002: 184) argumenta na sua análise sobre os valores temporais nas sequências narrativas: "narrar consiste em estruturar verbalmente um conjunto de experiências, geralmente perspetivadas a partir de um intervalo de tempo posterior àquele em que ocorreram". A narrativa é, por isso, e de acordo com Adam (1999 (2017)), uma sequência textual que encerra uma sucessão de situações e organiza o texto tendo em consideração as situações inicial e final e as fases narrativas que acontecem entre ambas.

3. Sobre tempo e aspeto

Dois dos conceitos fundamentais para a análise linguística das narrativas são as noções de tempo e de aspeto. Para este trabalho, consideraram-se, fundamentalmente, as questões que permitem esclarecer sobre a localização temporal das situações que ocorrem nas frases ou nas orações.

O tempo e o aspeto são duas categorias semânticas que se relacionam entre si, partilhando propriedades comuns, mas distintas a nível da sua classificação, ainda que interdependentes (Cunha, 2004). Oliveira (2003: 129) apresenta o primeiro como o localizador de "situações (eventos ou estados) expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados" e o segundo como a dimensão que "fornece informações sobre a forma como é perspetivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular, pela sua predicação". O tempo, atómico, que permite ordenar, de forma linear, unidades temporais; o aspeto, subatómico, que perspetiva as situações a partir do seu interior (cf. Oliveira, 2003).

Reichenbach (1947) apresenta uma teoria bidimensional para descrever o tempo linguístico, expressa em três pontos fundamentais: (i) o tempo da fala (S), que corresponde ao momento de enunciação; (ii) o tempo da situação (E – *event*, em inglês), que diz respeito ao intervalo de tempo em que ocorre a situação; e (iii) o tempo de referência (R), que expressa o tempo tomado como referência e a partir do qual a situação é considerada.

Kamp & Reyle (1993), por seu turno, contribuem para a semântica das línguas naturais, particularmente no que diz respeito às questões de tempo e aspeto, à luz da *Discourse Representation Theory* (DRT). Dentro da semântica dinâmica, a DRT estabelece um ponto de perspetiva temporal ("temporal perspective time"), que permite localizar as situações, tentando desenvolver os pressupostos e limitações inerentes ao tempo de referência de Reichenbach (cf. Kamp et al., 2011: 199).

Saeed (2003) afirma que o tempo permite localizar uma situação relativamente a um ponto de referência numa linha temporal e diz respeito a um sistema dêitico cujo ponto de referência é,

[2] Silvano et al. (2021) fazem uso da palavra *events* considerando o contexto da ISO 24617 – *Language Resource Management – Semantic Annotation Framework (SemAF)* (ISO, 2012: 2), que declara o seguinte: "the term "event" is used here with a very broad notion of event, which includes all kinds of actions, states, processes, etc. It is not to be confused with the more narrow notion of event as something that happens at a certain point in time (such as the clock striking 2, or waking up) or during a short period of time (such as laughing)".

normalmente, o momento da enunciação. Nas palavras de Oliveira (2013: 510) "o tempo é concebido como um eixo linearmente ordenado" e "articula-se em três domínios, passado, presente e futuro, relativamente a um ponto ou a um intervalo tomado como referência, nomeadamente o momento em que o falante produz o enunciado". É marcado na frase ou na oração por tempos verbais, adjuntos adverbiais de valor semântico temporal e verbos auxiliares ou semiauxiliares que operam no domínio do tempo.

O tipo de relações temporais que podem ser estabelecidas entre as situações representadas na frase levam em consideração a localização temporal da situação descrita, que se estabelece em função do ponto de referência temporal e que permite determinar relações de anterioridade ou posterioridade, quando está implícita uma relação sequencial, ou de simultaneidade, sempre que se verifica sobreposição temporal (cf. Oliveira, 2013).

4. Anotação da informação temporal

Ao nível da anotação da informação temporal, importa fazer referência à ISO 24617 – *Language Resource Management – Semantic Annotation Framework (SemAF)* (ISO, 2012), norma internacional criada para anotação semântica. Esta norma fornece diretrizes e especificações para a representação temporal estruturada e sistemática de dados linguísticos, promovendo a interoperabilidade entre diferentes sistemas de processamento de linguagem e esquemas de representação temporal. A parte um – *Language Resource Management – Semantic Annotation Framework (SemAF) – Part 1: Time and Events (SemAF-Time, ISO-TimeML)* (ISO 24617-1:2012) – está diretamente relacionada com o tempo e as situações (ou os *eventos*, a terminologia abrangente empregada pela norma) e foi usada como base para o desenho do esquema de anotação que conduziu o presente trabalho

A norma ISO 24617-1:2012 foi criada com base no sistema *TimeML* (e.o. Bunt & Pustejovsky, 2010; Pustejovsky et al., 2003a), uma linguagem de marcação desenvolvida para a anotação temporal de textos, que possibilita a identificação e classificação de informações temporais.

As diretrizes do TimeML foram aplicadas para a anotação de um *corpus* amplamente utilizado, o TimeBank (Pustejovsky et al., 2003b), cujo conteúdo foi utilizado para a formulação da norma ISO 24617-1:2012 (ISO, 2012). A versão portuguesa, apresentada por Costa & Branco (2012), foi apelidada de *TimeBankPT* e diz respeito ao primeiro *corpus* em português com anotações referentes, não apenas às expressões temporais, mas, também, às situações e às relações temporais estabelecidas entre elas, algo que, à data da publicação do estudo, constituiu uma novidade. Para criarem o TimeBankPT, Costa & Branco (2012) adaptaram os dados anotados com recurso ao TimeML e usados para o primeiro exercício de categorização de relações temporais em inglês, o *TempEval* (Verhagen et al., 2007).

5. O estudo

Neste ponto, começamos por descrever o *corpus* utilizado, fazendo menção ao *dataset* a partir do qual o mesmo foi recolhido (ponto 5.1). Seguidamente, passamos a apresentar o esquema de anotação adotado, partilhando partes do manual de anotação orientativo (ponto 5.2) e terminamos com a explicação detalhada do processo de anotação dos dados em análise para o presente estudo (ponto 5.3).

5.1. Descrição do corpus

Os dados recolhidos e apresentados neste trabalho correspondem a um *corpus* constituído por trinta notícias, selecionadas aleatoriamente a partir de um *dataset* chamado *Text2Story Lusa* (Nunes et al., 2023).

Este *dataset*, desenvolvido no contexto do projeto *Text2Story: Extracting journalistic narratives from text and representing them in a narrative modeling language* (Campos et al., 2020), é formado por 358 notícias da agência Lusa, escritas em português europeu e publicadas entre outubro e dezembro de 2020, no site da agência[3]. O projeto *Text2Story*[4] pretende extrair e representar as narrativas de notícias escritas em português europeu para facilitar a produção de *media* visual.

As notícias que integram o *dataset* são de natureza narrativa, com não mais de duzentas palavras cada, sendo que as suas temáticas variam entre o crime (na sua grande maioria), a política, o desporto e a sociedade local. O enfoque da análise contemplou, especificamente, a parte *lead* das notícias selecionadas.

5.2. Esquema de anotação

O esquema de anotação utilizado para este estudo seguiu as orientações do manual de anotação orientativo do projeto *Text2Story*, que diz respeito a uma combinação e harmonização de cinco partes da norma ISO 24617 – *Language Resource Management – Semantic Annotation Framework (SemAF)* (apresentada anteriormente no ponto 4), proposta por Silvano et al. (2021). A parte da norma usada para este estudo constitui a ISO 24617-1:2012 (*SemAF-Time, ISO-TimeML*) (ISO, 2012) e refere-se ao tempo e aos eventos[5].

O manual de anotação *Text2Story* introduz graficamente o esquema de anotação semântica multicamadas (ver figura 1), bem como, sucintamente, as fases do processo de anotação (apresentadas em detalhe no ponto 5.3.).

[3] Disponível na *internet* em: https://www.lusa.pt.
[4] Disponível na *internet* em: https://storysense.inesctec.pt.
[5] Como mencionado anteriormente, *evento* constitui a terminologia usada na norma ISO e, do mesmo modo, no manual de anotação *Text2Story*, cuja definição corresponde a "eventualidade ou situação, de natureza dinâmica ou não dinâmica, que é temporalmente relevante".

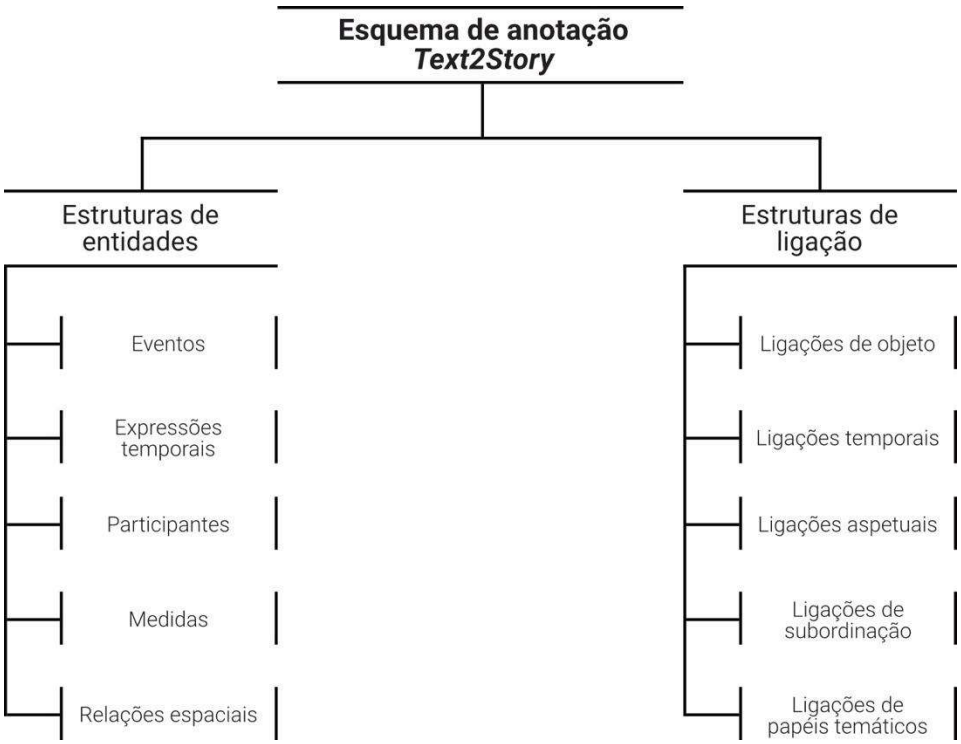


Figura 1: Esquema de anotação semântica multicamadas *Text2Story* (fonte: Silvano et al., 2023)

A secção correspondente às diretrizes de anotação divide-se em duas grandes áreas: (i) as estruturas de entidades, que se subdividem em eventos, expressões temporais, participantes, medidas e relações espaciais; e (ii) as estruturas de ligação, que se fragmentam em ligações de objeto, temporais, aspetuais, de subordinação e de papéis temáticos. É, também, nesta secção que se estabelece o que é "marcável" (*markable* – passível de ser anotado), determinando-se, igualmente, o valor dos atributos para o processo de anotação.

Para o presente estudo, foram utilizadas as etiquetas e os valores das estruturas de entidades e de ligação apresentados na figura 2 (ver abaixo). A saber: ao nível das estruturas de entidades, concretamente, em relação às situações, recorreu-se às etiquetas *POS* (classe gramatical), *tense* (tempo verbal) e *aspect* (valor aspetual), e respetivos valores; por outro lado, no que respeita às estruturas de ligação, utilizou-se a etiqueta *temporal links* e os valores correspondentes (BEFORE, AFTER, INCLUDES, IS_INCLUDED, SIMULTANEOUS, DURING, IDENTITY, BEGINS, ENDS, BEGUN_BY e ENDED_BY).

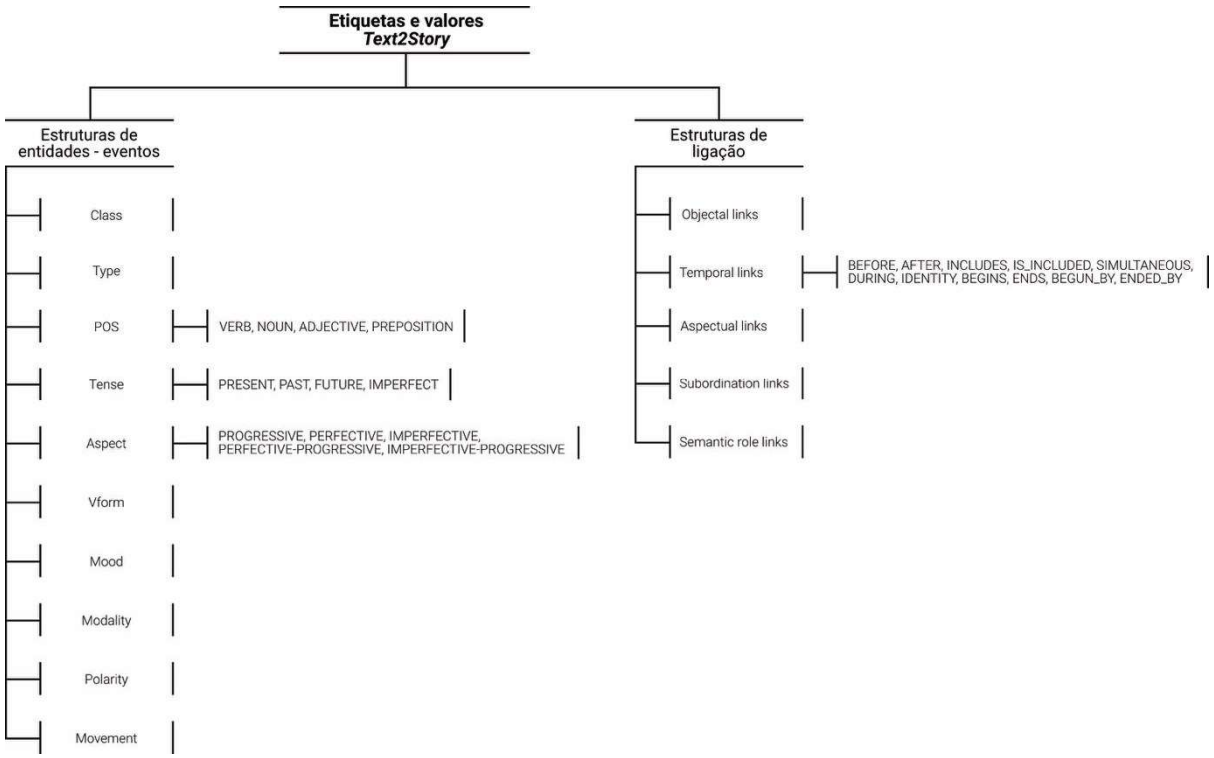


Figura 2: Etiquetas e valores das estruturas de entidades – eventos e das estruturas de ligação – ligações temporais (fonte: Silvano et al., 2023)

A tabela 1 apresenta as definições, tanto para as estruturas de entidades – eventos como para as estruturas de ligação – ligações temporais das etiquetas e dos valores a elas associados, dos atributos alvo da anotação. Para efeitos de facilitação da leitura, as definições que constam na tabela 1 serão retomadas em nota de rodapé, ao longo da parte da discussão.

Tabela 1
Definições dos valores dos atributos das estruturas de entidades – eventos e das estruturas de ligação – ligações temporais

Estruturas de entidades – eventos		
Atributos	parts of speech (POS)	VERB NOUN ADJECTIVE PREPOSITION
	tense	PRESENT – localiza a situação no momento presente, num futuro próximo ou num intervalo de tempo que começa no passado e se mantém no presente. Também pode representar situações habituais. PAST – localiza as situações num tempo passado. FUTURE – localiza as situações no futuro. IMPERFECT – localiza situações contínuas no passado.
	aspect	PROGRESSIVE – situação contínua. PERFECTIVE – situação terminada. IMPERFECTIVE – situação contínua, habitual ou iterativa. PERFECTIVE-PROGRESSIVE – combinação dos significados do progressivo e do perfetivo. IMPERFECTIVE-PROGRESSIVE – combinação dos significados do progressivo e do imperfetivo.
Estruturas de ligação – ligações temporais		
Atributos	BEFORE – situação que ocorre antes de outra. AFTER – situação que ocorre depois de outra. INCLUDES – situação que inclui outra.	

IS_INCLUDED – situação que está incluída noutra.
SIMULTANEOUS – situação que ocorre ao mesmo tempo que outra.
DURING – situação que ocorre durante outra.
IDENTITY – duas situações que correspondem à mesma situação.
BEGINS – situação que começa outra.
ENDS – situação que termina outra.
BEGUN_BY – situação que é começada por outra.
ENDED_BY – situação que é terminada por outra.

5.3. O processo de anotação

Para este estudo, a anotação das relações temporais entre as situações presentes no *lead* de notícias de agência tornou-se tarefa central. Para tal, e após definir-se o esquema de anotação a utilizar, o enfoque da análise contemplou o conteúdo do *lead* das notícias selecionadas.

A ferramenta de anotação e visualização de texto utilizada foi o BRAT (brat rapid annotation tool). Esta ferramenta foi desenvolvida e apresentada por Stenetorp et al. (2012) para suporte de anotação de dados em linguística computacional e tarefas de processamento da linguagem natural. O BRAT fornece uma interface web intuitiva que possibilita aos utilizadores rotular e destacar partes de texto de forma interativa (cf. Stenetorp et al., 2012).

O processo de anotação na ferramenta BRAT desenvolveu-se do seguinte modo: (i) numa primeira fase, efetuou-se um treino de anotação (com enfoque no procedimento descrito nas alíneas do ponto (ii), adiante), para aumento da competência de uso, tanto da ferramenta como do método de anotação, com recurso a dez notícias; (ii) ao longo da segunda fase, e após seleção aleatória das notícias, procedeu-se a:

a) a identificação do *lead* de cada notícia;
b) a identificação e anotação de todas as situações do *lead* de cada notícia;
c) a seleção dos atributos de cada situação, de acordo com as etiquetas e valores das estruturas de entidades – eventos selecionados para este trabalho (cf. 5.2);
d) o estabelecimento das relações temporais entre as situações de cada *lead*, da última para a imediatamente anterior, numa ordem linear, de acordo com as etiquetas e valores das estruturas de ligação – ligações temporais (cf. 5.2).

O *corpus* foi anotado considerando a classe gramatical, o tempo verbal e o valor aspetual das situações – *POS*, *tense* e *aspect* (cf. figura 2) e as relações temporais estabelecidas entre cada uma das situações identificadas e anotadas. Para este estudo, não foram consideradas as situações que representam relatos, como *anunciar*, *comunicar*, *informar*, *dizer*, *noticiar*, etc., nem as expressões temporais, como *hoje*, *o início da noite de terça-feira*, *a madrugada de hoje*, *o passado dia 13 de setembro*, etc.

Ao longo das duas primeiras fases do processo, a anotação realizada foi orientada e validada por um anotador mais experiente neste esquema de anotação e foram corrigidos alguns problemas.

A anotação obedeceu a critérios específicos elencados no manual do *Text2Story*. Os critérios mais relevantes para a elaboração deste trabalho são apresentados na lista abaixo:

i. são apenas anotados os verbos principais (os verbos auxiliares não são considerados);
ii. nos casos de construções predicativas, somente o adjetivo/nome/complemento preposicional é anotado (os verbos copulativos não são considerados), atribuindo-se ao adjetivo/nome/preposição os valores de *tense* e *aspect* do verbo copulativo;
iii. se o verbo estiver incluído numa expressão (semi)lexicalizada (e.g. *será presente a tribunal*) marcar essa expressão como o predicador;
iv. a anotação dos nomes é feita sem especificadores, complementos e modificadores;

v. no caso de nomes que representam situações e que são seguidos de modificadores adjetivais ou de um adjetivo formando uma expressão (semi)lexicalizada, marca-se a expressão completa (e.g. *fiscalização rodoviária*, *prisão efetiva*);
vi. a anotação dos adjetivos é feita sem complementos e modificadores.
vii. todas as situações retomadas posteriormente no texto serão anotadas, estabelecendo-se entre elas uma relação de identidade. Nos casos do pronome *que,* que retoma uma situação anterior (cf. (10)), é-lhe atribuído os valores do nome ao qual se liga.

Chegou-se, do mesmo modo, a consensos de análise e estabeleceram-se reajustes à anotação, como os exemplos apresentados seguidamente. Assim: (i) quando perante casos do tipo "crimes de X", considerou-se "crimes" e "de X" como uma única situação (cf. (1)), por se tratar de um tipo de crime e não de duas situações distintas, por oposição a existirem duas situações diferentes ligadas pela relação de identidade; (ii) a relação estabelecida entre "prática" e "suspeito" foi de simultaneidade, uma vez que as duas situações ocorrem ao mesmo tempo (cf. (2)), e a relação entre "detido" e "suspeito" ou "suspeito" e "detido" foi de inclusão, pois o estado de ser "suspeito" inclui a culminação referente à detenção (cf. (3)); (iii) em contextos em que se verificou uma listagem de situações sem qualquer indicação da sua ordenação, optou-se por não se estabelecer relação temporal entre elas (cf. (4)). Por último, é de referir-se o excerto da notícia em (5), que exemplifica um contexto em que se verifica não estabelecimento deliberado de relação temporal entre duas situações. Neste caso, não há relação temporal entre [tentado] e [matar] mas, de facto, uma ligação de subordinação com o atributo INTENSIONAL[6], que está fora do escopo deste trabalho.

As situações analisadas e expressas nos exemplos que serão dados ao longo das próximas páginas, estão assinaladas no texto das alíneas através do sublinhado. Por outro lado, as situações retiradas dos exemplos das alíneas e mencionadas no corpo de texto, são apresentadas entre parêntesis retos [].

(1) Um homem de 71 anos foi detido e está em prisão preventiva, por fortes indícios da prática de crimes de abuso sexual de crianças (…). (lusa_60)
(2) Um homem de 37 anos de idade, suspeito da prática de (…). (lusa_59)
[prática] – SIMULTANEOUS – [suspeito]
(3) Um homem de 52 anos foi detido na ilha cabo-verdiana de São Vicente suspeito da autoria (…). (lusa_61)
[suspeito] – INCLUDES – [detido]
(4) (…) por suspeita de burla qualificada e falsidade informática, praticados de forma continuada (…). (lusa_73)
(5) (…) suspeito de ter tentado matar uma mulher (…). (lusa_62)

Tipicamente, o processo de anotação é feito da última situação para a imediatamente anterior, numa ordem linear, como ilustrado no manual de anotação. Contudo, casos houve em que a ligação mais relevante não seguiu esta ordem, como o exemplifica (6). De facto, a relação temporal é estabelecida entre [suspeita] e [deteve] ao invés de entre [suspeita] e [em flagrante delito], por existir entre os dois primeiros uma relação causal mais forte (cf. Setzer, 2001).

[6] No manual de anotação *Text2Story*, o atributo INTENSIONAL está associado às estruturas de ligação – ligações de subordinação, cuja definição denota uma situação que introduz uma referência a mundos possíveis, principalmente I_ACTION e I_STATE (estruturas de entidades – eventos). (i) O João prometeu à Maria comprar uma casa nova.

(6) A Polícia Judiciária (PJ) deteve em flagrante delito, nos arredores de Aveiro, dois indivíduos, de 19 e 36 anos, por suspeita de (…). (lusa_73)

Por via de regra, considerou-se, apenas, a leitura do *lead* para análise dos dados. No entanto, é relevante mencionar o caso da notícia expressa em (7), que expôs a necessidade de recorrer-se à leitura do corpo da notícia para a codificação da informação temporal, demonstrando-se, dessa forma, nem sempre ser possível processar toda a informação relevante apenas pela leitura do título e do *lead*. Segundo van Dijk (1983), as leituras do título e do *lead* serão suficientes para se processar a informação mais importante constante na notícia. No entanto, nesta situação, a leitura da informação contida no *lead* não permitiu, por si só, inferir que o momento da detenção foi anterior ao momento da declaração do homicida, como é possível observar-se em (7a); é a informação explicitada no corpo da notícia que clarifica a relação de posterioridade de [admitiu] face a [deteve], em (7b), contrapondo o que van Dijk defende.

(7) a. A Polícia angolana deteve, na província da Huíla, um homem que admitiu ter matado a sua segunda mulher (…). (lusa_64, excerto do *lead*)

b. (…) O suspeito, de 55 anos, foi detido apenas na quarta-feira. Fernando Tongo, citado pela agência noticiosa angolana Angop, explicou que, durante o interrogatório, o homem admitiu que matou a mulher (…). (lusa_64, excerto do corpo da notícia).

Decorridas todas as etapas elencadas acima, a anotação foi compilada e analisada e os seus resultados são apresentados no ponto que se segue.

6. Discussão e resultados

Nos *leads* das trinta notícias anotadas e analisadas, registou-se a ocorrência de 133 situações e de 104 relações temporais (representadas como TLINK), com uma média de 4,43 situações e de 3,46 TLINKs por *lead*, resultados que podem ser confirmados na Tabela 2. No que concerne ao número de palavras por *lead*, verifica-se uma média de 33,73, obedecendo-se ao valor orientado pela Lusa no seu livro de estilo (Lusa, 2019), de 35 palavras por *lead*. O valor máximo de palavras por *lead* foi de quarenta (ver lusa_57) e o mínimo de 25 (ver lusa_339, lusa_340, lusa_344). Face aos valores máximos e mínimos de situações e relações temporais estabelecidas, é possível observar: (i) um valor máximo de oito situações e de sete TLINKs, por *lead* (cf. (8)); e (ii) um valor mínimo de uma situação e zero TLINKs, por *lead* (cf. (9)), cuja circunstância constitui caso único em toda a amostra analisada.

(8) O Presidente da República promulgou hoje o decreto da Assembleia da República que determina o uso obrigatório de máscara na rua, por um período de 70 dias, sempre que não seja possível cumprir o distanciamento físico recomendado.
(lusa_337, oito situações, sete TLINKs)

(9) A Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR apreendeu quase três toneladas de berbigão imaturo, em Vagos, no distrito de Aveiro (…).
(lusa_34, uma situação, zero TLINKs)

Tabela 2
Dados estatísticos dos *leads* analisados, das suas situações e das relações temporais estabelecidas

	Lead	Situações	*TLINKs*
Total	30	133	104
Média	33,73 (palavras/*lead*)	4,43 (situações/*lead*)	3,46 (*TLINKs*/*lead*)
Valores máximos	40 (palavras/*lead*)	8 (situações/*lead*)	7 (*TLINKs*/*lead*)
Valores mínimos	25 (palavras/*lead*)	1 (situações/*lead*)	0 (*TLINKs*/*lead*)

Considerando os dados expostos na Tabela 3, pode, igualmente, afirmar-se que, das 133 situações analisadas, 57 são nomes (representados pelo valor NOUN) (cf. (10)), 55 são verbos (representados pelo valor VERB) (cf. (10), (12) e (13)), 12 são adjetivos (representados pelo valor ADJECTIVE) e sete são preposições (representados pelo valor PREPOSITION) (cf. (11)). Verificaram-se, ainda, duas ocorrências (registadas na Tabela 3 como "Outros") cuja anotação, face ao atributo *parts of speech* não é, à data da publicação deste trabalho, possível de representar na ferramenta BRAT, embora seja relevante mencioná-las aqui. As duas ocorrências correspondem ao sintagma nominal com função de predicativo do sujeito [outro na forma tentada] (ver lusa_61) e ao pronome [que] (cf. (10)).

Tabela 3
Total de ocorrência dos atributos das situações e das relações temporais analisadas

Atributos			Total de ocorrências
Situações	parts of speech (POS)	VERB	55
		NOUN	57
		ADJECTIVE	12
		PREPOSITION	7
		(Outros)	2
	tense	PRESENT	5
		PAST	34
		FUTURE	0
		IMPERFECT	1
	aspect	PROGRESSIVE	0
		PERFECTIVE	42
		IMPERFECTIVE	1
		PERFECTIVE-PROGRESSIVE	0
		IMPERFECTIVE-PROGRESSIVE	0
TLINKs	BEFORE		22
	AFTER		10
	INCLUDES		22
	IS_INCLUDED		11
	DURING		0
	SIMULTANEOUS		15
	IDENTITY		22
	BEGINS		0
	ENDS		0
	BEGUN_BY		2
	ENDED_BY		0

A localização verbal mais frequente é o passado (representado pelo valor PAST[7]) (cf. (10)), presente em 34 situações. Anotaram-se, ainda, cinco situações com localização temporal no presente (representados pelo valor PRESENT[8]) (cf. (12) e (13)) e apenas um com *tense* no imperfeito

[7] PAST – localiza as situações num tempo passado.
[8] PRESENT – localiza a situação no momento presente, num futuro próximo ou num intervalo de tempo que começa no passado e se mantém no presente. Também pode representar situações habituais.

(representado pelo valor IMPERFECT[9]) (cf. (14)). As ocorrências relacionadas com PAST caracterizam-se por 33 verbos/sintagmas verbais e por um sintagma preposicional (ver lusa_57). No que diz respeito a PRESENT, as frequências de situações são representadas por dois sintagmas preposicionais (ver lusa_56, 60), dois verbos (ver lusa_337, lusa_344) e um adjetivo (ver lusa_337). A única ocorrência IMPERFECT refere-se a [coabitava] (cf. (13)), verbo *coabitar* no pretérito imperfeito do indicativo, na terceira pessoa do singular.

Em termos aspetuais, o perfetivo (representado pelo valor PERFECTIVE[10]) é a ocorrência mais comum, registando-se em 42 situações (cf. (11)), em comparação com apenas uma ocorrência no imperfetivo (representado como IMPERFECTIVE[11]) (cf. (14)).

(10) O chinês Quanhai Li foi hoje eleito para a presidência da Federação Internacional de Vela, em assembleia-geral realizada online, num escrutínio em que venceu o anterior presidente (…). (lusa_338)
[eleito] e [venceu]: POS: VERB, tense: PAST, aspect: PERFECTIVE
[realizada]: POS: VERB
[assembleia-geral] e [escrutínio]: POS: NOUN
[que]: (pronome)

(11) Um homem de 71 anos foi detido e está em prisão preventiva, por fortes indícios da prática de crimes de abuso sexual (…). (lusa_60)
[em prisão preventiva]: POS: PREPOSITION

(12) O Presidente da República promulgou hoje o decreto da Assembleia da República que determina o uso obrigatório de máscara (…). (lusa_337)
[determina]: POS: VERB, tense: PRESENT

(13) (…) um homem de 34 anos "fortemente" indiciado pelo abuso sexual de uma menina de 12 anos, uma familiar com quem coabitava (…). (lusa_68)
[coabitava]: POS: VERB, tense: IMPERFECT, aspect: IMPERFECTIVE)

Os resultados obtidos mostram que a maioria dos tempos verbais das situações do *lead* corresponde ao pretérito perfeito do indicativo, corroborando os resultados apresentados por Tavares (1997) no seu estudo sobre o verbo no texto jornalístico. Segundo Cunha (2021: 112), o pretérito perfeito do indicativo constitui um "tempo do passado que localiza uma dada eventualidade terminada num intervalo anterior ao momento da enunciação", sendo, por isso, considerado um tempo terminativo. Por seu turno, a ocorrência do pretérito imperfeito do indicativo, em (14), diz respeito a um estado, que se sobrepõe a um ponto de perspetiva temporal anterior ao do momento da enunciação (Cunha, 2004, 2021), traduzida no tempo verbal [coabitava].

De assinalar, também, o facto de, de entre todos os verbos que representam situações, o verbo *deter* ser o que se repete mais frequentemente (18 ocorrências), que surge tanto no pretérito perfeito do indicativo, na terceira pessoa do singular "deteve", como no particípio passado "detido". A natureza relacionada com a temática da criminalidade, e que caracteriza a maior parte das notícias que fazem parte do *corpus* deste trabalho, poderá justificar estas ocorrências. Verbos como *cometer*, *esfaquear*, *abusar*, *apreender* (cf. (14), (15), (16) e (17), respetivamente), entre outros, para além de apresentarem uma conotação muitas vezes atribuída ao crime, evidenciam, igualmente, o facto de as notícias lidarem com factos, informações precisas e objetividade (cf. Tavares, 1997).

[9] IMPERFECT – localiza situações contínuas no passado.
[10] PERFECTIVE – situação terminada.
[11] IMPERFECTIVE – situação contínua, habitual ou iterativa.

(14) (...) 200 crimes de violação e um crime de abuso sexual de crianças, cometidos maioritariamente sobre as suas quatro filhas (...). (lusa_57)
(15) (...) homem de 65 anos suspeito de ter esfaqueado outro (...). (lusa_71)
(16) (...) ambos suspeitos de abusarem sexualmente de uma menor (...). (lusa_65)
(17) A Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR apreendeu quase três toneladas (...). (lusa_34)

O facto de as notícias comunicarem situações localizadas num passado recente faria prever que grande parte dos tempos verbais correspondesse ao pretérito perfeito do indicativo e que fosse maioritariamente perfetiva quanto ao aspeto, o que se verifica. Do mesmo modo se compreende que, sendo o *corpus* usado para este trabalho constituído por notícias de natureza narrativa, o tempo verbal predominante seja o pretérito. A propriedade canónica de relação de anterioridade ao momento da enunciação prevalece clara, em concordância com o que Silva (2002) redige (cf. ponto 2).

Do ponto de vista de **relações temporais**, e de acordo com o que Bell (1991) declara, não é esperada no *lead* uma ordem cronológica de situações. Considerando os pressupostos de Setzer (2001), pode afirmar-se, de igual forma, que as relações temporais podem ocorrer entre um evento e uma expressão temporal ou entre dois ou mais eventos. Considerando os resultados da Tabela 3, as relações temporais mais frequentes são as que dizem respeito a relações de anterioridade e de inclusão (representadas pelos valores BEFORE[12] e INCLUDES[13], respetivamente) (cf. (18)), bem como a relações de identidade (representadas pelo valor IDENTITY[14]) (cf. (19)), presentes, cada uma, em 22 das 104 relações temporais que se estabelecem entre as situações. Seguem-se as relações de simultaneidade (representadas pelo valor SIMULTANEOUS[15]), que surgem 15 vezes nos *leads* analisados (cf. (19)). As relações de sucessividade temporal (representadas pelo valor AFTER[16]) (cf. (19) e (20)) verificam-se em, somente, dez das 104 relações temporais analisadas, confirmando a proposta de Bell (2006) de não sucessividade temporal. Registam-se, ainda, 11 relações representadas pelo valor IS_INCLUDED[17] (cf. relação INCLUDES e (21)) e duas representadas pelo valor BEGUN_BY[18] (cf. (22)).

(18) A GNR deteve três homens por suspeitas de sequestro à mão armada de um homem de 42 anos (...). (lusa_70)
[sequestro à mão armada] – BEFORE – [suspeitas]
[suspeitas] – INCLUDES – [deteve]
(19) O Presidente da República promulgou hoje o decreto da Assembleia da República que determina o uso obrigatório de máscara na rua, por um período de 70 dias, sempre que não seja possível cumprir o distanciamento físico recomendado. (lusa_337)
[recomendado] – SIMULTANEOUS – [distanciamento físico]
[distanciamento físico] – IDENTITY – [cumprir]
[cumprir] – SIMULTANEOUS – [possível]
[possível] – SIMULTANEOUS – [uso]
[obrigatório] – IS_INCLUDED – [uso]
[uso] – IDENTITY – [determina]

[12] BEFORE – situação que ocorre antes de outra.
[13] INCLUDES – situação que inclui outra.
[14] IDENTITY – situações que correspondem à mesma situação.
[15] SIMULTANEOUS – situação que ocorre ao mesmo tempo que outra.
[16] AFTER – situação que ocorre depois de outra.
[17] IS_INCLUDED – situação que está incluída noutra.
[18] BEGUN_BY – situação que é começada por outra.

[determina] – AFTER – [promulgou]

(20) O homem de 62 anos suspeito de matar a ex-companheira com uma arma de fogo em Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, na quarta-feira, foi detido pela Polícia Judiciária (PJ) (…). (lusa_69)
[detido] – AFTER – [matar]
[matar] – BEFORE – [suspeito]

(21) (…) em estado muito grave foram hoje encontrados (…). (lusa_6)
[encontrados] – IS_INCLUDED – [em estado muito grave]

(22) (…) tomou hoje posse como Presidente da Bolívia, para os próximos cinco anos, sucedendo no cargo a Jeanine Áñez. (lusa_339)
[sucedendo] – BEGUN_BY – [posse]

Os resultados encontrados permitiram, igualmente, perceber a variedade de relações temporais que podem estabelecer-se num mesmo *lead*. Exemplo disso é o *lead* parcialmente apresentado em (23), em que se verificam as relações de inclusão, entre [liberdade sexual] e [crimes] e entre [fortes indícios] e [em prisão preventiva], de identidade, entre [crimes] e [prática], de simultaneidade, entre [prática] e [fortes indícios], e de posterioridade, entre [em prisão preventiva] e [detido].

(23) (...) detido e encontra-se já em prisão preventiva por fortes indícios da prática de dezenas de crimes contra a liberdade sexual (…). (lusa_56)
[liberdade sexual] – INCLUDES – [crimes]
[crimes] – IDENTITY – [prática]
[prática] – SIMULTANEOUS – [fortes indícios]
[fortes indícios] – IDENTITY – [em prisão preventiva]
[em prisão preventiva] – AFTER – [detido]

A narrativa é uma sequência textual que se caracteriza por uma organização, que pode ser cronológica, das situações representadas (cf. Silva, 2002). Os resultados da análise deste trabalho permitiram concluir que tal fenómeno não se verifica nos *leads* das notícias, tal como já havia sido mencionado anteriormente, com a referência a Bell (1991, 2006). Na amostra analisada, as evidências são claras, como facilmente o ilustra o conteúdo da Tabela 3.

Ainda que o uso da etiqueta TLINK e dos seus valores tenha permitido, sem grande dificuldade e na sua grande maioria, especificar as relações que se estabeleceram entre as várias situações do *lead*, registaram-se, todavia, circunstâncias em que o processo de anotação necessitou de maior ponderação para se determinarem as relações implicadas. Os exemplos que se seguem são disso prova:

i. **A escolha entre relação de anterioridade e relação de simultaneidade:** estabeleceu-se uma relação de anterioridade nas situações que diziam respeito a circunstâncias referentes a um crime/vários crimes, isolados ou não, mas facilmente circunscritos e de menor duração (cf. (24)). Por seu turno, em situações como a de (25), que diziam respeito a uma "prática", i.e., uma situação continuada, de maior duração, a relação determinada foi a de simultaneidade.

(24) (...) suspeito de mais de 200 crimes de violação e um crime de abuso sexual de crianças (…). (lusa_57)
[crime de abuso sexual] – BEFORE – [suspeito]
[crimes de violação] – BEFORE – [suspeito]

(25) (…) suspeito da prática de crimes de coação sexual (…). (lusa_59)
[prática] – SIMULTANEOUS – [suspeito]

ii. **A escolha entre os valores INCLUDES, DURING e SUMULTANEOUS devido à sua proximidade semântica:** constatou-se uma dificuldade em circunscrever os limites referentes a situações de INCLUDES e DURING.

A norma, na qual o manual de anotação se baseia, também não é muito esclarecedora. Senão, veja-se: "One including the other (INCLUDES): as is the case between the temporal expression and the event in the following example: (82) John arrived in Boston last Thursday." *versus* "One holds during the other (DURING): Similar to INCLUDES, but used to relate one event included within another event. (83) Mary sneezed while running." (ISO, 2012: 57). Para o valor SIMULTANEOUS, a norma assume a seguinte definição: "Two events are judged simultaneous if they happen at the same time, or are temporally indistinguishable in context, i.e., they occur close enough so that further distinguishing their times makes no difference to the temporal interpretation of the text. This is also used for expressing the duration of an ongoing event, as in (79) Mary taught from 2 to 4." (ibidem: 56).

De volta ao *corpus*, no caso (26), optou-se pelo estabelecimento da relação de inclusão entre [crimes de homicídio qualificado na forma tentada] e [festa familiar], considerando o facto de haver uma tentativa de homicídio que tentou ser concretizada por parte de um participante a outro, dentro do contexto de uma situação que estava, já, a decorrer (a [festa familiar]).

(26) (…) deteve um homem de 34 anos suspeito de dois crimes de homicídio qualificado, na forma tentada, durante uma festa familiar (…). (lusa_67)
[festa familiar] – INCLUDES – [crimes de homicídio qualificado na forma tentada]

No ponto 5.3, foi mencionado o facto de nem sempre se verificar uma anotação das relações temporais feita da última situação para a imediatamente anterior, na ordem linear. Tal como Silva (2002: 184) declara "uma narrativa consiste basicamente numa sucessão de eventos, processo caracterizado por relações de causalidade". E são estas que motivam a não linearidade relacional dos exemplos (27) e (28), o que constitui uma exceção face ao que o manual preconiza: em (27), a relação temporal é estabelecida entre [em prisão preventiva] e [detido]; em (28), entre [detido] e [suspeito].

(27) (…) foi detido por fortes indícios da prática de mais de 700 crimes de abusos sexuais a uma criança atualmente com 9 anos, encontrando-se já em prisão preventiva (…). (lusa_58)
[em prisão preventiva] – AFTER – [detido]

(28) (…) suspeito da prática de crimes de coação sexual, importunação sexual e tentativa de violação em agosto na área metropolitana de Lisboa, foi detido (…). (lusa_59)
[detido] – IS_INCLUDED – [suspeito]

7. Considerações finais

A análise temporal das notícias permite investigar a forma como as situações se organizam e estruturam ao longo do texto e elucida sobre o tipo de relações temporais que podem estabelecer-se entre essas situações.

Com este estudo, procurou-se estudar as relações temporais que se estabelecem entre as situações do *lead* de notícias de agência com carácter narrativo. Para tal, construiu-se um *corpus*, que foi anotado

considerando a classe gramatical, o tempo verbal e o valor aspetual das situações, bem como o estabelecimento das relações temporais.

Constatou-se que o *lead* das notícias se caracteriza por possuir situações representadas, predominantemente, por nomes e verbos, ainda que se tenham verificado algumas ocorrências de adjetivos, preposições e, ainda, um sintagma nominal com função de predicativo do sujeito e um pronome. Os verbos do *lead* encontram-se, maioritariamente, no pretérito perfeito do indicativo (valor PAST) e apresentam aspeto perfetivo (valor PERFECTIVE).

As relações temporais que se estabelecem entre as situações dos *leads* analisados disseram respeito a relações com os valores de BEFORE, INCLUDES, IDENTITY, SIMULTANEOUS, AFTER, IS_INCLUDED e BEGUN_BY, sendo as mais frequentes as relacionadas com anterioridade, inclusão, identidade e simultaneidade.

Apesar de as narrativas se caracterizarem por apresentar uma organização cronológica das suas situações, tal não se verifica na narrativa do *lead* das notícias: a baixa ocorrência de relações de posterioridade leva a afirmar-se que, de um modo geral, se não verifica sucessividade temporal no *lead*.

No *lead*, relata-se a situação principal juntamente com as situações que a contextualizam e justificam; a situação principal é, assim, retomada com frequência, de forma a responder-se às perguntas a que o *lead* se propõe responder, o que poderá justificar, igualmente, as relações de identidade verificadas.

Verificou-se, igualmente, a necessidade de se descrever em maior detalhe e contrastar as definições das relações temporais com os valores de INCLUDES, DURING e SIMULTANEOUS (por apresentarem semelhanças nas suas designações e, consequentemente, poderem levar a ambiguidades durante o processo de anotação), o que constituirá trabalho futuro. Do mesmo modo, pretendemos estender, futuramente, a análise ao corpo da notícia, analisando-se, por exemplo, se as situações do *lead* são retomadas no corpo da notícia, e de que forma, ou que tipo de informações adicionais são introduzidas e como são apresentadas. Em trabalho posterior, incluir-se-ão as expressões temporais bem como as situações de relato e as relações de ambas com as situações representadas nas notícias.

Ficam por explorar situações que criam contextos intensionais, como [tentar matar], que podem expressar uma vontade ou um desejo, sem necessariamente implicarem a sua concretização. Situações como as expressadas pelo sintagma preposicional [sem o seu consentimento], também representam circunstâncias que implicam uma não concretização. A reflexão futura sobre o tratamento deste tipo de situações no processo de anotação é pertinente, pois a sua consideração terá implicações, também, na representação visual da narrativa, um dos domínios para os quais se pretende contribuir.

Para além do contributo semântico do escopo do trabalho, os resultados encontrados podem, igualmente, contribuir para o campo das ciências de computação, uma vez que o tratamento da informação temporal é relevante para o desenvolvimento de métodos de extração de linhas temporais narrativas e para a criação de visualizações que permitam representar situações de um modo relacionado e causal.

Agradecimentos

Um agradecimento especial à Professora Doutora Purificação Silvano, docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e minha orientadora, e à equipa do *Text2Story*/*StorySense*, pelo apoio constante na elaboração deste trabalho.

Referências

Adam, J. M. (1999 (2017)). *Les textes: types et prototypes*. Armand Colin. Disponível em https://www.cairn.info/les-textes-types-et-prototypes--9782200617288.htm.

Bell, A. (1991). *The language of news media*. Blackwell.

Bell, A. (1995). News time. *Time and Society*, *4*(3), 305–328.

Bell, A. (2006). News language. In K. Brown (Ed.), *Encyclopedia of language & linguistics* (pp. 615–617). Elsevier. https://doi.org/10.1016/B0-08-044854-2/00716-1

Bendler, J. R., Davenport, L. D., Drager, M. W. & Fedler, F. (2018). *Writing and reporting for the media* (12th ed.). Oxford University Press.

Bunt, H. & Pustejovsky, J. (2010). Annotating temporal and event quantification. *Proceedings of the Fifth Joint ACL-ISO Workshop on Interoperable Semantic Annotation ISA-5*, 15–22. Hong Kong.

Campos, R., Jorge. A. M., Jatowt, A., Bhatia, S., Pasquali, A., Cordeiro, J. P., Rocha, C., Mansouri, B. & Santana, B. (2020). *Report on the third international workshop on narrative extraction from texts* (Text2Story 2020).

Carnaz, G., Antunes, M. & Nogueira, V. B. (2021). An annotated corpus of crime-related portuguese pocuments for NLP and machine learning processing. *Data*, *6*(7). https://doi.org/10.3390/data6070071

Costa, F. & Branco, A. (2012). TimeBankPT: A TimeML annotated corpus of portuguese. In N. Calzolari, K. Choukri, T. Declerck, M. Uğur Doğan, B. Maegaard, J. Mariani, A. Moreno, J. Odijk & S. Piperidis (Eds.), *Proceedings of the Eighth International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC'12)* (pp. 3727–3734). Istanbul.

Cunha, L. F. (2004). *Semântica das predicações estativas para uma caracterização aspetual dos estados* [Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18379

Cunha, L. F. (2021). Tempos do passado e tempos do futuro em confronto: diferenças e paralelismos. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, *8*, 105–120.

International Organization for Standardization (2012). *Language Resource Management – Semantic Annotation Framework (SemAF) – Part 1: Time and Events (SemAF-Time, ISO-TimeML)* (ISO 24617-1:2012). https://www.iso.org/standard/37331.html

Kamp, H., van Genabith, J. & Reyle, U. (2011). Discourse representation theory. In D.M. Gabbay & F. Guenthner (Eds.). *Handbook of philosophical logic* (Vol. 15, pp. 124–394). Springer.

Kamp, H. & Reyle, U. (1993). *From discourse to logic – Introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and discourse representation theory* (Vol. 42). Springer.

Lusa – Agência de Notícias de Portugal (2019). *Livro de estilo*. Retirado de https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf.

Nunes, S., Jorge, A., Leal, A., Amorim, E., Sousa, H., Cantante, I., Silvano, P., Campos, R. (2023). *Text2Story Lusa* [Data set]. INESC TEC. https://doi.org/10.25747/ET95-BX90

Público (2005). *Livro de estilo* (2.ª ed.). Retirado de https://static.publico.pt/files/provadosfactos/livro-de-estilo.pdf.

Oliveira, F. (2003). Tempo e aspeto. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva (Eds.). *Gramática da língua portuguesa* (pp. 127–168). Editorial Caminho.

Oliveira, F. 2013. Tempo verbal. In M. B. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.). *Gramática do português* (pp- 509–553). Fundação Calouste Gulbenkian.

Pustejovsky, J., Castaño, J., Ingria, R., Saurí, R., Gaizauskas, R., Setzer, A., Katz, G. & Radev, D. (2003a). TimeML: Robust specification of event and temporal expressions in text. *IWCS-5, Fifth International Workshop on Computational Semantics*, 28–34. Tilburg.

Pustejovsky, J., Hanks, P., Saurí, R., See, A., Gaizauskas, R., Setzer, A., Radev, D., Sundheim, B., Day, D., Ferro, L. & Lazo, M. (2003b). The TIMEBANK corpus. *Proceedings of the Corpus Linguistics 2003 conference*, 647–656. Lancaster.

Reichenbach, H. (1947). *Elements of symbolic logic*. Macmillan.

Saeed, J. I. (2003). *Semantics* (2nd ed.). Blackwell Publishing.

Setzer, A. (2001). *Temporal information in newswire articles: An annotation scheme and corpus study* [PhD Thesis, University of Sheffield].

Silva, P. N. (2002). A expressão de valores temporais numa sequência narrativa. *Vidya*, *37*, 179–195.

Silvano, P., Amorim, E., Leal, A., Cantante, I., Silva, F., Jorge, A., Campos, R. & Nunes, S. (2023). Annotation and visualization of reporting events in textual narratives. In R. Campos, A. Jorge, A. Jatowt, S. Bhatia & M. Litvak (Eds.), *Proceedings of the Text2Story'23 Workshop* (pp. 47–62). Dublin.

Silvano, P., Leal, A., Silva, F., Cantante, I., Oliveira, F. & Jorge, A. (2021). Developing a multilayer semantic annotation scheme based on ISO standards for the visualization of a newswire corpus. *Proceedings of the 17th Joint ACL – ISO Workshop on Interoperable Semantic Annotation*, 1–13. Groningen.

Stenetorp, P., Pyysalo, S., Topić, G., Ohta, T., Ananiadou, S. & Tsujii, J. (2012). BRAT: a web-based tool for NLP-assisted text annotation. *Proceedings of the Demonstrations at the 13th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics*, 102–107. Avignon: Association for Computational Linguistics. Retrieved from https://www.aclweb.org/anthology/E12-2021.pdf

Tavares, M. A. (1997). O verbo no texto jornalístico: a notícia e a reportagem. *Working Papers em Linguística*, *1*, 123–142.

van Dijk, Teun A. (1983). Discourse analysis: its development and application to the structure of news. *Journal of Communication*, *33*(2), 20–43.

van Dijk, Teun A. (1985). Structures of news in the press. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse and communication: new approaches to the analysis of mass media discourse and communication* (Vol. 10, pp. 69–93). de Gruyter.

van Dijk, Teun A. (1988). *News as discourse*. Lawrence Erlbaum Associates.

Verhagen, M., Gaizauskas, R., Schilder, F., Hepple, M. & Pustejovsky, J. (2007). SemEval-2007 task 15: TempEval temporal relation identification. *Proceedings of the Fourth International Workshop on Semantic Evaluations (SemEval-2007)*, 75–80. Association for Computational Linguistics.

Anexo A – *Corpus*

Designação da notícia	Título	*Lead*
lusa_56	*Dirigente de associação de apoio a carenciados detido por suspeita de crimes sexuais*	Um dirigente de uma associação de apoio a pessoas carenciadas foi detido e encontra-se já em prisão preventiva por fortes indícios da prática de dezenas de crimes contra a liberdade sexual de seis vítimas, anunciou hoje a Polícia Judiciária.
lusa_57	*Prisão preventiva para suspeito de 200 crimes de violação sexual sobre as filhas*	Um homem de 55 anos ficou em prisão preventiva por ser suspeito de mais de 200 crimes de violação e um crime de abuso sexual de crianças, cometidos maioritariamente sobre as suas quatro filhas, anunciou hoje a Polícia Judiciária (PJ).
lusa_58	*Detido homem por mais de 700 crimes de abuso sexual a criança de 9 anos*	Um homem, de 49 anos, foi detido por fortes indícios da prática de mais de 700 crimes de abusos sexuais a uma criança atualmente com 9 anos, encontrando-se já em prisão preventiva, anunciou hoje a Polícia Judiciária (PJ).
lusa_59	*Detido homem por suspeita de crimes de natureza sexual em Lisboa*	Um homem de 37 anos de idade, suspeito da prática de crimes de coação sexual, importunação sexual e tentativa de violação em agosto na área metropolitana de Lisboa, foi detido pela Polícia Judiciária (PJ), comunicou hoje esta força policial.
lusa_6	*Um morto e um ferido grave encontrados em Peniche com ferimentos de arma de fogo*	Um homem morto e uma mulher em estado muito grave foram hoje encontrados numa caravana, em Peniche, no distrito de Leiria, ambos com ferimentos de arma de fogo, disse à Lusa fonte policial.
lusa_60	*Homem de 71 anos em prisão preventiva por crimes sexuais contra crianças e adolescentes*	Um homem de 71 anos foi detido e está em prisão preventiva, por fortes indícios da prática de crimes de abuso sexual de crianças, atos sexuais com adolescentes e importunação sexual de duas menores, anunciou hoje a Polícia Judiciária.
lusa_61	*Homem detido na ilha cabo-verdiana de São Vicente por crimes de homicídio*	Um homem de 52 anos foi detido na ilha cabo-verdiana de São Vicente suspeito da autoria de um crime de homicídio e de outro na forma tentada, divulgou hoje a Polícia Judiciária (PJ).
lusa_62	*PJ deteve suspeito de tentar matar mulher em Vila Real*	A Polícia Judiciária (PJ) deteve um homem de 24 anos, em Vila Real, suspeito de ter tentado matar uma mulher e de a atingir por "diversas vezes" e "violentamente" com uma faca, anunciou hoje aquela força policial.
lusa_63	*GNR deteve em Paredes dois homens por furto em estaleiro de construção civil*	A GNR de Paredes anunciou hoje ter detido, em flagrante delito, dois homens de 30 e 35 anos, por furto qualificado em estaleiro de proteção civil, naquele concelho do distrito do Porto.
lusa_64	*Polícia angolana deteve homem que matou a mulher por gastar 3,9 euros sem permissão*	A Polícia angolana deteve, na província da Huíla, um homem que admitiu ter matado a sua segunda mulher, por esta supostamente ter gasto 3.000 kwanzas (3,9 euros) sem o seu consentimento.
lusa_65	*PJ deteve mãe de menina de 13 anos e o ex-companheiro por abuso sexual da menor*	A Polícia Judiciária (PJ) de Setúbal deteve um homem de 60 anos e a ex-companheira, de 50, ambos suspeitos de abusarem sexualmente de uma menor, filha do elemento feminino do casal, foi hoje anunciado.
lusa_66	*PSP do Porto deteve três homens suspeitos de exploração ilícita de jogo*	Três homens foram detidos em Vila Nova de Gaia e na Maia no âmbito de operações policiais relacionadas com o combate à prática de jogo de fortuna ou azar, revelou hoje o Comando Metropolitano da PSP do Porto.
lusa_67	*Polícia Judiciária deteve de dupla tentativa de homicídio em Almada*	A Polícia Judiciária (PJ) deteve um homem de 34 anos suspeito de dois crimes de homicídio qualificado, na forma tentada, durante uma festa familiar no passado dia 13 de

		setembro, em Almada, no distrito de Setúbal, foi hoje anunciado.
lusa_68	*PJ deteve suspeito de abusar de menina de 12 anos em Ílhavo*	A Polícia Judiciária (PJ) de Aveiro deteve um homem de 34 anos "fortemente" indiciado pelo abuso sexual de uma menina de 12 anos, uma familiar com quem coabitava, informou hoje aquela polícia.
lusa_69	*Polícia Judiciária deteve suspeito de matar ex-mulher em Vila Nova de Gaia*	O homem de 62 anos suspeito de matar a ex-companheira com uma arma de fogo em Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia, na quarta-feira, foi detido pela Polícia Judiciária (PJ), revelou hoje aquela força policial.
lusa_70	*GNR deteve três homens suspeitos de sequestro na Costa de Caparica*	A GNR deteve três homens por suspeitas de sequestro à mão armada de um homem de 42 anos, na madrugada de hoje na Costa de Caparica.
lusa_71	*PJ deteve suspeito de esfaquear homem em Braga*	A Polícia Judiciária (PJ) deteve um homem de 65 anos suspeito de ter esfaqueado outro homem em Braga, ao início da noite de terça-feira, anunciou hoje aquela força policial.
lusa_72	*GNR deteve nove pessoas no distrito de Aveiro por suspeita de tráfico de droga*	A GNR deteve em Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha, no distrito de Aveiro, nove pessoas, com idades entre os 24 e 57 anos, por suspeita de tráfico de droga, informou hoje aquela força militar.
lusa_73	*PJ deteve dupla em Aveiro por burla na Internet*	A Polícia Judiciária (PJ) deteve em flagrante delito, nos arredores de Aveiro, dois indivíduos, de 19 e 36 anos, por suspeita de burla qualificada e falsidade informática, praticados de forma continuada, informou hoje aquele órgão de polícia criminal.
lusa_74	*GNR deteve homem por posse de 160 doses de canábis em Seia*	A GNR deteve um homem de 28 anos, por alegado tráfico de estupefacientes, que estava na posse de 160 doses de canábis, na localidade de Loriga, no concelho de Seia, foi hoje anunciado.
lusa_337	*Presidente da República promulga uso obrigatório de máscara na rua por 70 dias*	O Presidente da República promulgou hoje o decreto da Assembleia da República que determina o uso obrigatório de máscara na rua, por um período de 70 dias, sempre que não seja possível cumprir o distanciamento físico recomendado.
lusa_338	*Chinês Quanhai Li eleito presidente da Federação internacional de vela*	O chinês Quanhai Li foi hoje eleito para a presidência da Federação Internacional de Vela, em assembleia-geral realizada online, num escrutínio em que venceu o anterior presidente, o dinamarquês Kim Andersen.
lusa_339	*Luis Arce tomou posse como Presidente da Bolívia*	O economista Luís Arce, de 57 anos, tomou hoje posse como Presidente da Bolívia, para os próximos cinco anos, sucedendo no cargo a Jeanine Áñez.
lusa_34	*GNR apreendeu cerca de três toneladas de berbigão imaturo em Vagos*	A Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR apreendeu quase três toneladas de berbigão imaturo, em Vagos, no distrito de Aveiro, informou hoje aquela força militar.
lusa_340	*Ex-Presidente francês Giscard d'Estaing foi hospitalizado no domingo*	O ex-Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, 94 anos, foi hospitalizado no domingo, noticiam hoje os 'media' franceses, que não especificam o motivo do seu internamento.
lusa_341	*Presidente da federação haitiana banido pela FIFA por abuso sexual*	O presidente da Federação Haitiana de Futebol, Yves Jean-Bart, foi banido para sempre de toda a atividade ligada ao futebol, por ter sido considerado culpado de abuso sexual sistemático de jogadoras, anunciou hoje a FIFA.
lusa_342	*Vice-presidente angolano em São Tomé para funeral do antigo presidente do parlamento*	O vice-presidente de Angola, Bornito de Sousa Diogo, chegou esta manhã a São Tomé e Príncipe para participar hoje nas cerimónias fúnebres do antigo presidente do parlamento são-tomense, Alcino Pinto, falecido na quinta-feira vítima de paragem cardiovascular.

lusa_343	*Morreu Manuel Nobre, ex-presidente da Câmara de Rio Maior e fundador das Carnes Nobre*	O antigo presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Manuel Sequeira Nobre morreu sexta-feira, aos 93 anos, tendo o município decretado três dias de luto municipal, disse hoje à Lusa o atual presidente, Filipe Dias.
lusa_344	*Presidente da República do Congo em Bissau na terça-feira para visita oficial*	O Presidente da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, realiza terça e quarta-feira uma visita oficial à Guiné-Bissau, informou hoje, em comunicado, a Presidência guineense.
lusa_345	*Covid-19: Presidente francês infetado pelo novo coronavirus - Oficial*	O Presidente francês, Emmanuel Macron, testou positivo para a covid-19, após ter apresentado os "primeiros sintomas da doença", anunciou a presidência, diagnóstico confirmado hoje, um dia depois de uma reunião com o primeiro-ministro português, António Costa.

A ênclise no português brasileiro: conhecimento explícito ou implícito?

Ronan Pereira[1]

[1] *Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), Lisboa, Portugal*

Resumo

Embora o português brasileiro (PB) seja caracterizado pela generalização da colocação pré-verbal (próclise) dos pronomes clíticos, a colocação pós-verbal (ênclise) é ensinada nas escolas brasileiras, muito pela persistência no ensino de regras baseadas no português europeu. A literatura sugere que, apesar da explicitação das regras, em dados orais, os falantes mantêm a preferência pela próclise e a ênclise emerge principalmente em situações de fala mais monitorizada ou na modalidade escrita sem que a configuração sintático-discursiva desempenhe um papel central na colocação pronominal. Tais afirmações são corroboradas pelo estudo de Pereira (2023a), que constatou que ambas as colocações são aceites pelos falantes do PB inobstante o contexto sintático. No entanto, a origem desse conhecimento ainda levanta dúvidas: visto que a colocação pronominal é abordada em salas de aula, questiona-se se o produto da aquisição da ênclise via escolarização é somente o conhecimento explícito, o qual é passível de ser acedido conscientemente, ou se é, também, o conhecimento implícito (tácito e intuitivo). Vinte e oito nativos do PB escolarizados julgaram frases com o clítico em próclise ou em ênclise em diferentes contextos sintáticos durante uma tarefa de juízos de aceitabilidade com pressão de tempo, recolhendo, além dos juízos, o tempo de reação para a tomada de decisão. Similarmente ao estudo de Pereira (2023a), os itens com próclise foram mais bem avaliados do que aqueles com ênclise, à exceção do caso de frases negativas; porém, os itens com próclise tiveram um tempo de reação maior do que o dos itens com ênclise, embora esta diferença não tenha sido significativa. Os dados sugerem a aquisição da ênclise como parte do conhecimento implícito dos falantes do PB escolarizados (mas sem que haja, em princípio, a aquisição das restrições sintáticas para o seu uso), indicando que poderá ser a variante mais facilmente acessível em determinados contextos/modalidades, o que instiga a investigações futuras.

Palavras-chave

Português brasileiro, pronomes clíticos, colocação pronominal, conhecimento implícito e explícito.

Abstract

Although Brazilian Portuguese (BP) is characterized by the generalization of pre-verbal clitic placement (proclisis), post-verbal placement (enclisis) is a topic taught in Brazilian classrooms because of the persistence in teaching rules based on European Portuguese. Literature has suggested that, despite teaching the rules, in oral data, speakers keep their preference for proclisis and enclisis emerges mainly in more monitored speech situations or in the written modality without the syntactic-discursive configuration of the sentence playing a central role in clitic placement. Such affirmations were corroborated by Pereira's (2023a) study, which found out that both positions are accepted by BP speakers, regardless of the syntactic environment. However, the origin of this knowledge still raises doubts: since clitic placement is studied in classrooms, it is asked if the product of the acquisition of enclisis via schooling is only explicit knowledge, which can be accessed consciously, or if it is, as well, implicit knowledge (tacit and intuitive). Twenty-eight schooled BP native speakers judged sentences with clitic pronouns in proclisis or in enclisis in diffferent syntactic contexts during a speeded acceptability judgement task, gathering, besides their judgement, the reaction time to make their decisions. Similarly to Pereira's (2023a) study, items with proclisis were better evaluated than those with enclisis, except for negative sentences; nonetheless, items with procisis had higher reaction times than items with enclisis, although this difference was not significant. Data suggest that enclisis is acquired as part of BP speakers'

[1] a57730@campus.fcsh.unl.pt
ORCID 0000-0003-2675-6378

Copyright ©2026 The Author(s)

implicit knowledge (but, in theory, without the acquisition of the syntactic restrictions for its use), indicating that it might be the most easily accessible variant in certain contexts/modalities, which instigates future studies.

Keywords

Brazilian Portuguese, clitic pronouns, pronominal placement, implicit and explicit knowledge.

1. Introdução

O sistema linguístico do português brasileiro (PB) difere, entre outros aspetos, do português europeu (PE) pela generalização da colocação pré-verbal (próclise) dos pronomes clíticos, especialmente na oralidade (*cf.* Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016; Moraes & Ribeiro, 2005; entre outros). Contudo, a colocação pós-verbal (ênclise) é tema de ensino nas escolas brasileiras (Lobo, 2002), muito pela persistência no ensino das regras de colocação pronominal baseadas no PE (Romeo, 2019). No entanto, o que a literatura demonstra é que, apesar de o ensino se basear no PE, em dados orais, os falantes mantêm a sua preferência pela próclise (*cf.* Carneiro, 2016; entre outros) e a ênclise emerge principalmente em situações de fala mais monitorizada ou na modalidade escrita sem que a configuração sintático-discursiva desempenhe um papel central na colocação pronominal (*cf.* Azeredo, 2008) como ocorre no PE.

Tais resultados são corroborados pelo estudo de Pereira (2023a) sobre a aceitabilidade da próclise e da ênclise. O autor observou que ambas as colocações são permitidas inobstante o contexto sintático. Apesar disso, admite que a metodologia empregada possibilitava o acesso ao conhecimento explícito dos falantes. Neste sentido, este estudo teve como objetivo utilizar um teste de juízos de aceitabilidade com pressão de tempo à procura de pistas que ajudem a perceber se a ênclise, embora adquirida por via escolar, faz parte do conhecimento implícito dos falantes nativos do PB.

Este artigo está dividido da seguinte forma: na secção 2 explicita-se resumidamente o padrão de colocação pronominal no português contrastando as variedades brasileira e europeia, além de abordar, resumidamente, o ensino da colocação pronominal no PB e apresentar dados de estudos que investigaram este tópico; na secção 3 apresenta-se o conceito de conhecimento implícito e explícito; na secção 4 são apresentadas as questões de investigação e hipóteses para que na secção 5 se descreva a metodologia empregada; na secção 6 apresentam-se os resultados e, por fim, na secção 7 discutem-se os dados obtidos e apresentam-se as conclusões.

2. A colocação pronominal no português

Um dos pontos em que se encontram divergências nas gramáticas do PB e do PE tem que ver com o padrão de colocação dos pronomes clíticos (Duarte, 2020; Luís & Kaiser, 2016). Em ambas as variedades os clíticos pronominais ocorrem obrigatoriamente em adjacência a um verbo; contudo, essa adjacência, que pode ocorrer em posição pós-verbal (ênclise), pré-verbal (próclise) ou no interior da forma verbal (mesóclise[2]), apresenta distribuições distintas em cada variedade. No PB, o que se

[2] A mesóclise é a inserção do clítico entre o radical verbal e o morfema flexional quando o verbo se encontra conjugado no futuro do indicativo ou no condicional:

a. A Rita ajudar-me-á com a tarefa amanhã.

b. A Rita ajudar-me-ia com a tarefa amanhã se estivesse na cidade.

No entanto, a mesóclise não será abordada no desenho experimental deste estudo por ser quase inexistente no PB. Como bem pontua um revisor anónimo, visto que no contexto do PE a mesóclise depende do ensino escolar para ser adquirida, pode ser interessante investigar o comportamento dos falantes do PE relativamente a esta colocação pronominal por meio de metodologias similares.

observa é uma generalização da próclise: o clítico é realizado, quase categoricamente[3], em posição pré-verbal em relação ao verbo principal da oração:

(1) a. A Rita me ajudou com a tarefa.[4]
b. A Rita não me ajudou com a tarefa.
c. A Rita me ajudará com a tarefa amanhã.
d. A Rita vai me ajudar.
e. A Rita tem me ajudado bastante com a tarefa.

O contraste com o padrão de colocação do PE surge no momento em que se observa que nesta variedade o padrão enclítico é muito mais produtivo. De facto, no PE, a posição pós-verbal é considerada a colocação padrão (*cf.* Martins, 2013) e emerge em frases afirmativas neutras simples:

(2) A Rita ajudou-me com a tarefa.

A próclise, por outro lado, dependerá de contextos sintáticos específicos. Tais contextos envolvem, na sua maioria, a presença de proclisadores, isto é, elementos que, em posição pré-verbal, atraem o clítico resultando em próclise.[5] Enquadram-se neste quesito, por exemplo, palavras negativas (3), conjunções que introduzam orações subordinadas ou adverbiais (4), alguns quantificadores (5) e alguns advérbios (6), entre outros elementos:

(3) a. A Rita não me ajudou com a tarefa.
b. Ninguém me ajudou com a tarefa
(4) a. Acho que a Rita me ajudará com a tarefa.
b. Quero que a Rita me ajude com a tarefa.
c. Terminei as tarefas cedo porque a Rita me ajudou.
(5) Todos me ajudaram com a tarefa.
(6) Já me ajudaram com a tarefa.

Estas regras de colocação pronominal do PE, em princípio complexas, ainda que não se apliquem ao PB coloquial, são alvo de ensino e constam nas matrizes curriculares das escolas brasileiras, com um maior foco sobre este tópico gramatical a ocorrer durante o Ensino Médio, que corresponde aos últimos três anos da escolarização obrigatória (idealmente entre os 14 e 17 anos de idade). Em geral, aborda-se o padrão de colocação pronominal por meio de exemplos retirados de textos que contenham clíticos e por meio da chamada de atenção às diferentes posições de colocação desses pronomes, fazendo-se, tendencialmente, um paralelo entre aquilo que os alunos utilizam normalmente quando falam e aquilo que podem encontrar em materiais escritos.

Por exemplo, no livro *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso* (Cereja, Dias-Vianna & Damien, 2016), livro didático utilizado no último ano do ensino regular brasileiro, os alunos são confrontados com a dualidade fala/escrita já nos primeiros passos da lição que aborda a colocação pronominal quando se estimula uma reflexão entre aquilo que falam (a próclise) e aquilo que podem encontrar em registos mais formais (a ênclise ou a mesóclise), apontando para o facto de que quanto mais formal for o registo, mais respeitada a norma é, especialmente na modalidade escrita.

[3] Excluem-se desta generalização os clíticos acusativos de terceira pessoa. Assim como a ênclise, estes clíticos quase desapareceram do sistema do PB, sendo outro caso mediado pela escolarização e atrelados a um registo mais formal ou ao uso duma linguagem mais cuidada. Curiosamente, quando em adjacência a um verbo no infinitivo, tendem a ocupar a posição pós-verbal (*vd.* Nunes, 2015, para uma análise formal acerca da idiossincrasia destes clíticos e Pereira, 2023b, para um estudo experimental relativamente às suas particularidades).

[4] Os exemplos trazidos nesta secção foram obtidos de Pereira (2023a).

[5] Note-se que salientar a presença do proclisador é meramente uma maneira de verbalizar aquilo que parece ser uma estrutura sintática específica (*vd.* Martins, 1994, e Duarte, Matos & Faria, 1995, para análises sintáticas do padrão de colocação pronominal no PE). Ademais, não existe a necessidade de o proclisador estar imediatamente antes do verbo, como se pode ver pelos exemplos em (4), que possuem material lexical entre o proclisador *que* e o clítico-verbo.

O foco da lição supracitada cinge-se às regras de colocação pronominal. Em início absoluto de frase (7a), na presença duma vírgula anterior ao verbo (7b) ou em imperativas afirmativas (7c), para citar as regras que envolvem frases finitas, foco deste estudo, a ênclise é a colocação devida. Excetuam-se os casos em que o verbo se encontre no futuro do indicativo ou no condicional, quando a mesóclise deverá ser usada (8):

(7) a. Sentei-me na primeira fila.[6]
b. Se chegar cedo, sento-me na primeira fila.
c. Amanhã sentem-se todos na primeira fila.

(8) a. Dir-se-á que somos loucos.
b. Sentar-se-ia na primeira fileira se tivesse chegado cedo.

Relativamente à próclise, traz-se o conceito de proclisadores como elementos que atraem o clítico para a posição pré-verbal. Neste grupo encontram-se os advérbios (9a, b), os pronomes relativos e indefinidos (9c, d) e as conjunções subordinativas (9e, f):

(9) a. Não se queixe.
b. Antes me encontrei com ela.
c. Tudo o que me propus a fazer...
d. Ninguém me avisou...
e. Disse que me deixariam ficar.
f. Se me contassem...

Ainda assim, mesmo com a explicitação das regras e com exercícios que procuram reforçá-la, nunca se deixa de comparar aquilo que os alunos efetivamente usam no seu quotidiano com aquilo que podem encontrar em registos mais formais de uso da língua. De facto, o que se observa em dados de produção é que a próclise segue sendo a colocação padrão dos falantes, mesmo que sejam escolarizados, e a ênclise surge na modalidade escrita.

Por exemplo, Carneiro (2016) recolheu dados de produções orais de indivíduos de Feira de Santana (Bahia) e não encontrou casos de ênclise na língua falada por esses informantes. Isto deu-se independentemente do tipo de fala – culta, semiculta ou popular (p. 146). Por outro lado, num estudo posterior realizado na mesma cidade, desta vez com recolha de dados de produção escrita, Lacerda, Lemos & Carneiro (2021) puderam observar uma taxa de 32% de ênclise em frases simples sem proclisadores, as quais a exigem segundo a tradição normativa mencionada anteriormente. Com uma estratificação semelhante à de Carneiro (2016), as autoras constataram que os indivíduos cultos eram os que mais se apegavam à norma: estes falantes nunca usaram a próclise em início absoluto de frases, enquanto os outros participantes a utilizaram em cerca de 35% das ocorrências de clíticos neste contexto.

Contudo, as autoras, assim como Carneiro (2005), também detetaram o uso da ênclise em contextos que exigem o uso da próclise[7] (i.e., com proclisadores). Isto parece ir ao encontro daquilo que afirma Azeredo (2008, p. 259). Para o autor, a ênclise no PB não tem que ver com gramaticalidade como ocorre no PE; ela está atrelada a fatores sociocomunicativos ou estilísticos. Destarte, poderá ocorrer quando um elevado nível de monitorização for empregado ou se for necessária uma maior formalidade no discurso, mesmo que o seu uso possa soar artificial.

[6] Exemplos retirados do livro didático.

[7] Pereira (2023a) salienta que, tanto durante a aquisição dos clíticos por crianças nativas do PE, quanto na sua aquisição como língua segunda, existe uma sobregeneralização da ênclise nos primeiros estágios do desenvolvimento e os contextos de próclise são adquiridos gradualmente (*vd.* Costa, Fiéis & Lobo, 2016; Duarte, Matos & Faria, 1995; Madeira & Xavier, 2009; Pereira, 2022; entre outros). Neste sentido, se, como afirma Kato (2005, p.131), a "gramática da fala e a 'gramática' da escrita apresentam uma distância de tal ordem que a aquisição desta pela criança pode ter a natureza da aprendizagem de uma segunda língua" (*vd.* os últimos parágrafos da Secção 3), tais evidências de sobregeneralização da ênclise não serão estranhas e possivelmente refletirão a tendência do processo aquisitivo.

Visto que a maioria dos estudos que trouxeram dados sobre a colocação pronominal no PB se basearam em dados de *corpora* (orais ou escritos), Pereira (2023a) realizou uma tarefa de juízos de aceitabilidade com o intuito de complementar os dados acerca de tal tópico. O teste, realizado com uma escala de Likert de seis pontos, sendo o valor 0 correspondente a uma frase "péssima" e o valor 5 correspondente a uma frase "ótima", foi aplicado a 79 participantes que tinham concluído pelo menos o Ensino Médio. Eles julgaram frases com os clíticos *se* e *me* em ênclise e próclise em cinco contextos sintáticos, sendo que, destes, um não apresentava proclisadores, ao passo que os outros quatro apresentavam os proclisadores *não*, *porque*, e *que* (este último a introduzir orações subordinadas completivas ora no indicativo, ora no conjuntivo), que se encontravam em adjacência ao verbo.[8] Além disso, o autor também se preocupou em avaliar se o aumento da escolaridade influenciaria nos resultados.

Os resultados mostraram que, globalmente, os itens com próclise (M = 4,26; DP = 0,60) foram mais bem avaliados do que aqueles com ênclise (M = 3,39; DP = 1,13). Na análise por contexto sintático, observou-se a mesma tendência em todos eles: em frases afirmativas simples (o único contexto que exige a ênclise segundo as gramáticas normativas), a ênclise foi avaliada com uma média de 3,67 (DP = 1,07) e a próclise com uma média de 4,23 (DP = 0,79). Nos contextos com proclisadores, o que se viu em frases negativas foi uma média de 3,53 (DP = 1,11) para a ênclise e de 4,28 (DP = 0,64) para a próclise; em frases com o proclisador porque, a média foi de 3,20 (DP = 1,34) para a ênclise e de 4,38 (DP = 0,55) para a próclise; no caso do proclisador que, a média da ênclise foi de 3,31 (DP = 1,33) e a da próclise foi de 4,02 (DP = 0,70) quando introduzia orações subordinadas no indicativo e a média da ênclise foi de 3,36 (DP = 1,22) e a da próclise foi de 4,14 (DP = 0,74) quando introduzia orações subordinadas completivas no conjuntivo.

O primeiro passo da análise estatística (teste de Kruskal-Wallis) demonstrou haver diferenças estatisticamente significativas quando se cruzavam os contextos sintáticos e a colocação (χ^2 = 103.17(9), p < 0,001). No segundo passo (teste de Wilcoxon corrigido pela correção de Benjamini-Hochberg), identificou-se que essas diferenças estão dentro do mesmo contexto sintático (p < 0,003). Ou seja, existem diferenças entre os valores de próclise e ênclise supracitados dentro de cada contexto sintático, mas não há diferenças entre a ênclise ou a próclise entre os diversos contextos utilizados no referido estudo. Por fim, a análise estatística pelo teste de Dunn corrigido pela correção de Šidák não demonstrou haver diferenças entre os grupos de acordo com a sua escolarização (Ensino Médio, Superior/Técnico e Pós-Graduação)[9] (p > 0,05).

É de se salientar que, ainda que a próclise tenha sido mais bem avaliada, o que é corroborado pelos testes estatísticos, os falantes julgaram ambas as colocações como aceitáveis. Isto é, em ambos os casos a média dos juízos encontrou-se acima de 2,5, o ponto central da escala utilizada. Contra o argumento de que talvez o próprio teste falhasse em detetar efeitos de inaceitabilidade e os falantes simplesmente julgaram globalmente as frases com valores altos, o autor comenta que os distratores que eram agramaticais (*e.g.*, com ordem de palavras alteradas; *vd.* Secção 4 para exemplos de itens de teste), tiveram julgamentos abaixo de 2, a rondar o valor 1. Ademais, também apresenta os resultados duma pesquisa em andamento que fez uso do mesmo teste, mas aplicado a falantes nativos do PE. Os dados apresentados mostram que os falantes desta variedade do português têm sensibilidade a violações na colocação dos clíticos, o que se nota pelo facto de aceitarem a ênclise e rejeitarem a próclise nos

[8] Como explica Pereira (2023a), este ponto tem especial importância, visto que os materiais didáticos produzidos no Brasil salientam a necessidade de adjacência do proclisador ao verbo com o clítico. Ainda que, pela norma do PE, isto não se aplique, manteve-se a adjacência entre os elementos para evitar possíveis interferências da existência de material lexical interposto entre o proclisador e o verbo com o clítico.

[9] Salienta-se que, dos 79 participantes, apenas 12 compunham o grupo que tinha concluído somente o Ensino Médio (contra 35 dos que tinham concluído um curso superior ou técnico e 32 que tinham concluído uma pós-graduação), pelo que a falta de diferença estatística pode ter sido originada no desequilíbrio no número de participantes no primeiro grupo.

contextos que exigem a ênclise e aceitarem a próclise e rejeitarem a ênclise nos contextos que exigem a próclise, julgando as colocações adequadas com médias acima de 4 e as inadequadas abaixo de 2. Conjuntamente, tais dados sugerem que ambas as colocações são aceites pelos falantes do PB e a ênclise ser menos bem avaliada do que a próclise pode ter que ver com as instruções que os participantes receberam: o valor 5 correspondia a uma frase que fosse natural, fizesse sentido e seguisse a estrutura da língua. Neste sentido, a avaliação mais baixa da ênclise pode ser oriunda do facto de não ser tão produtiva, sendo vista como menos natural, embora aceitável.

O autor conclui que o ensino da colocação pronominal em salas de aula brasileiras apresenta a ênclise como uma possibilidade de colocação do clítico, mas não desenvolve nos falantes o conhecimento sintático específico (de acordo com a gramática do PE em que se baseiam os materiais didáticos) para cada uma das colocações, visto que tanto a ênclise quanto a próclise foram aceites pelos falantes. O autor segue afirmando que, ao mesmo tempo, o ensino das regras de colocação pronominal tampouco parece atingir os seus objetivos, já que, se tivessem feito uso do conhecimento relativamente a essas regras tal qual são explicitadas na escola, os juízos deveriam ser similares àqueles emitidos pelos falantes nativos do PE. Portanto, à partida, o conhecimento que os falantes provavelmente têm não envolve configurações sintáticas específicas para o uso da próclise e da ênclise sem que estejam em distribuição complementar.

Neste sentido, o autor indaga a que tipo de conhecimento os falantes nativos do PB acedem para julgar/produzir a ênclise. Sobre este ponto, a próxima secção trará, brevemente, as definições de conhecimento implícito e explícito de modo que se possam enquadrar tais conceitos no estudo da colocação pronominal no PB.

3. Conhecimento implícito e conhecimento explícito

Krashen (1981), num importante estudo sobre a aquisição de língua segunda (L2), descreve a aquisição da linguagem como o processo que ocorre inconsciente e espontaneamente quando o aprendente participa em interações na língua alvo com foco no significado. Para o autor, a aquisição da linguagem contrasta com a aprendizagem, a qual decorre do ensino explícito da estrutura da língua com foco na forma. Em outras palavras, a aquisição ocorre sem que se note o que está a ser internalizado, não estando disponível conscientemente e podendo ser utilizado automaticamente (Paradis, 1994). Neste sentido, o produto da aquisição será o conhecimento implícito – conhecimento tácito e intuitivo –, ao passo que a aprendizagem desenvolverá o conhecimento explícito, o qual é passível de ser acedido conscientemente e verbalizado[10] (Ellis, 2009a, p. 11).

Ellis (2009a) exemplifica a diferença da seguinte maneira: um falante que se depare com uma frase agramatical com, por exemplo, a ordem das palavras trocada, deverá saber intuitivamente que aquela ordem está incorreta (conhecimento implícito), podendo até mesmo identificar que aquela não é uma sequência possível (ou aceitável) na sua língua. Porém, não necessariamente saberá explicar que regra em particular está a ser violada, o que exigiria o conhecimento explícito da descrição gramatical daquela língua[11] (p. 11). O autor continua a diferenciar os dois tipos de conhecimento explicando que

[10] Como bem salienta um revisor anónimo, os conceitos de conhecimento implícito e conhecimento explícito diferem de acordo com a área de estudo. Neste artigo, consideram-se os conceitos utilizados em aquisição de L2 em linha com os autores citados nesta Secção, pois, assume-se, em concordância com Kato (2005, 2017), que o ensino de certas regras gramaticais que não fazem parte do PB coloquial se assemelha ao ensino duma L2. Devido ao espaço restrito para o texto deste artigo, sugere-se a leitura da Subsecção 1.1.1 de Castelo (2012) (e referências aí citadas) para outras definições de conhecimento implícito e conhecimento explícito.

[11] De facto, o estudo de Green & Hecht (1992) demonstrou exatamente isso. Falantes nativos do alemão que estavam a aprender inglês tiveram de corrigir diversas frases nesta língua que continham um erro e explicar a regra gramatical por detrás da estrutura em questão. Os autores observaram que a habilidade que os

o conhecimento implícito é procedimental, no sentido em que é automático, enquanto o explícito é declarativo e não difere do conhecimento enciclopédico que se tem sobre qualquer outro assunto. Destarte, enquanto o conhecimento implícito pode ser rápida e naturalmente empregado, o uso do conhecimento explícito só poderá ser feito por meio de processos que envolvam a atenção (*ibidem*, p. 12-13).

Para Krashen (1981), o conhecimento explícito serve para "editar" a linguagem utilizada em momentos de maior controlo da expressão linguística (*e.g.*, ao escrever um texto), isto é, o conhecimento metalinguístico adquirido por meio da instrução só poderá ser utilizado em momentos mais monitorizados. No mesmo sentido, Paradis (1994) assume que o conhecimento gramatical só serve para verificar a correção dos enunciados que são produzidos automaticamente – este conhecimento não faz parte do processo automatizado de produção. A utilização das regras durante a produção reduziria a velocidade de produção dos enunciados devido à necessidade de aceder ao conhecimento das regras e de as aplicar ao mesmo tempo. Portanto, as produções partem do conhecimento implícito. O conhecimento explícito pode, no entanto, ser usado em situações em que uma linguagem mais cuidada deva ser usada (i.e., situações de maior formalidade), às custas duma diminuição da fluência. Segundo Schmidt (1990), a produção controlada envolve a atenção a diversas componentes. Logo, focar em uma significa não focar nas outras, pelo que a atenção deve ser dada a cada uma individualmente. Por outro lado, a produção a partir do conhecimento implícito não tem essa restrição, podendo atuar em paralelo com outras atividades que requerem atenção e o uso do conhecimento explícito só ocorrerá após a elaboração do enunciado pelo conhecimento implícito, não fazendo parte da microgénese automática do enunciado (Paradis, 1994).

Assim como Krashen (1981), Paradis (1994) não acredita que o conhecimento explícito se possa tornar conhecimento implícito. No entanto, tarefas que forem deliberadamente repetidas parecem automatizar-se com o tempo (Parkin, 1990, p. 40). Paradis (1994), contudo, aponta que o que se torna automatizado não é o conhecimento explícito da regra e sim a sua aplicação. Em outras palavras, o que é automatizado é a capacidade de produção duma estrutura adequada às regras (*e.g.*, uma frase com a ordem de palavras correta).

Schmidt (1990) salienta que, apesar de certas habilidades poderem tornar-se automatizadas pela prática, não é o conhecimento explícito que se transforma em conhecimento implícito. A atenção foca-se na forma (o resultado da aplicação duma regra explicitamente aprendida), enquanto a prática se foca no processo (no caso da linguagem, a prática de enunciados que possuem a estrutura alvo, independentemente do conhecimento da regra em termos metalinguísticos pelo aprendente). É a prática, nos moldes descritos anteriormente, o processo envolvido na automatização (Paradis, 1994). Consequentemente, o que o aprendente produz a partir do momento em que "adquire" uma regra não é a automatização do conhecimento explícito e sim a capacidade de "agir". Esta capacidade pode ser descrita como o uso da regra em questão, independentemente do facto de a regra explícita descrever fielmente a representação mental da estrutura (Sharwood-Smith, 1981).

De facto, Bialystok (1981) considera que a prática funcional (i.e., exposição à linguagem em situações comunicativas) é o fator mais importante para o desenvolvimento da linguagem. Note-se que a prática funcional não tem que ver com o contexto no qual a linguagem é usada, e sim com o tipo de atividade realizada. Por exemplo, é mais provável que um aprendente tenha a oportunidade

participantes tinham de corrigir os erros excedia a habilidade que tinham de explicar as regras, pois, globalmente, conseguiram corrigir as frases em 78% dos casos, embora somente em 46% deles tenham conseguido explicar a regra violada. Contudo, é de se salientar que uma tarefa de correção de erros, especialmente se não houver pressão de tempo, não parece ser uma boa maneira de avaliar o conhecimento implícito dos falantes, dada a natureza da tarefa que estimula o acesso ao conhecimento explícito. Neste sentido, a dificuldade que os falantes encontraram para explicar as regras pode ser oriunda da falta de metalinguagem (Ellis, 2009b, p. 63).

de prática funcional quando estiver a conversar com um falante nativo numa festa do que na sala de aula. A prática funcional neste último ambiente ocorre quando o professor e os alunos utilizam a língua alvo e é isto o que promove a aquisição (i.e., o desenvolvimento do conhecimento implícito) em contextos de sala de aula (e não o ensino explícito de regras) (Paradis, 1994).

Como sugere Kato (2005, 2017), o facto de as crianças nativas do PB terem contacto com regras gramaticais diferentes daquelas que configuram o conhecimento gramatical que levam para a escola pode ser uma experiência análoga à aquisição duma L2. Destarte, a aprendizagem dessas regras deverá desenvolver o seu conhecimento explícito sobre elas e somente com a prática o conhecimento implícito acerca das estruturas que essas regras descrevem será desenvolvido. No entanto, pelo menos no que tange à colocação pronominal, a prática deste tópico fica restrita a situações formais de ensino. Ademais, o *input* oral a que estão expostas as crianças tampouco contém a estrutura alvo (*cf.* Pereira, 2023a), pelo que a oportunidade dessa "prática" não existe ou é raríssima. Logo, isto pode ser uma das razões por que os falantes não desenvolvem, aparentemente, o conhecimento específico do padrão de colocação tal qual preconizado pelos materiais didáticos, mas desenvolvem o conhecimento de que a ênclise é uma possibilidade de colocação dos clíticos.

Não obstante, não se pode concluir se a ênclise é efetivamente adquirida como parte do conhecimento implícito dos falantes. De facto, o seu uso quase nulo na oralidade, com exceção de casos em que a linguagem é altamente monitorizada, e a sua presença em produções escritas, especialmente por falantes mais escolarizados, parecem indicar uma maior probabilidade de que faça parte do seu conhecimento explícito, já que tais contextos propiciam o uso desse conhecimento para a "edição" do enunciado (*cf.* Krashen, 1981). Assim, o uso da ênclise não deverá fazer parte do processo automatizado de produção linguística e sim duma posterior "edição" da produção para adequação ao contexto, em teoria, mais formal em que o falante estará inserido.

Tendo isto em conta, relembra-se que o estudo de Pereira (2023a) se baseou num teste de juízos de aceitabilidade. Embora seja uma das metodologias mais utilizadas no âmbito dos estudos da linguagem, esses juízos tradicionais apresentam certas desvantagens (*cf.* Ellis 1991; Schütze 1996), como, por exemplo, o acesso facilitado ao conhecimento metalinguístico quando o que se tenta é aceder ao conhecimento implícito que os falantes têm. Logo, uma das lacunas existente nos estudos acerca da ênclise no PB tem que ver com o lugar que esse conhecimento ocupa na gramática dos falantes escolarizados nativos do PB. Ainda que os dados de produção obtidos até agora aparentem apontar para o conhecimento explícito, a aplicação de um juízo de aceitabilidade com pressão de tempo pode trazer dados referentes a essa questão, visto que o limite de tempo para a leitura da frase e para a emissão do juízo imprime uma carga de processamento aumentada, dificultando a análise da estrutura sintática e o acesso ao conhecimento explícito (*vd.* Godfroid *et al.*, 2015). É na aplicação duma metodologia que considere os aspetos mencionados que se baseia este estudo.

4. Questões de investigação e hipóteses

Partindo da posição de Kato (2005, 2017) de que a exposição por via escolar a estruturas não adquiridas precocemente (*e.g.*, a ênclise) se assemelha à aquisição duma L2 e dos dados de produção que demonstram taxas baixas da colocação pronominal enclítica em situações de fala espontânea, realizou-se um estudo com o objetivo central de perceber se a ênclise faz parte do conhecimento implícito dos falantes nativos do PB. Para tal, elaboraram-se as seguintes questões de investigação:

Questão 1: Existem diferenças na aceitabilidade da ênclise e da próclise pelos falantes nativos escolarizados do PB entre uma tarefa com pressão de tempo e uma sem pressão de tempo?

Questão 2: Existem diferenças no processamento da próclise e da ênclise por esses falantes quando o acesso ao conhecimento explícito é dificultado?

Levantam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Deverá haver diferenças entre a aceitabilidade da ênclise e da próclise no sentido em que não só a próclise será mais bem avaliada do que a ênclise, mas, diferentemente do que ocorreu no estudo de Pereira (2023a), devido à restrição de tempo para o juízo (que serve como dificultador do acesso ao conhecimento explícito), a ênclise será rejeitada pelos falantes.

Hipótese 2: A ênclise, por fazer parte do conhecimento explícito dos falantes, será processada mais lentamente do que a próclise, por ser adquirida pela via natural e por fazer parte do seu conhecimento implícito. Isto será refletido por tempos de reação mais longos para o juízo dos itens que contenham a ênclise do que para aqueles que contenham a próclise.

Em ambos os casos, seguindo aquilo que Azeredo (2008) indica e os resultados do teste de Pereira (2023a) corroboram, a ênclise é meramente um fator estilístico e não gramatical, pelo que a presença ou ausência de proclisadores não deverá ser motivo para alterações tanto no tempo de reação, quanto no valor atribuído aos itens com ênclise e com próclise, pois qualquer resquício do conhecimento sintático específico da colocação pronominal deverá fazer parte do seu conhecimento explícito, ao qual o acesso é dificultado com o uso desta metodologia (*cf.* Godfroid *et al.*, 2015).

A descrição da metodologia encontra-se na secção a seguir.

5. Metodologia

No total, 42 voluntários participaram no estudo. No entanto, os dados de apenas 28 deles foram considerados para análise por terem chegado até ao fim da tarefa. A Tabela 1 resume o perfil sociolinguístico da amostra:

Tabela 1
Perfil sociolinguístico da amostra

n	28	
Faixa Etária (em anos)	18 – 29 = 5 (18%)	40 – 49 = 7 (25%)
	30 – 39 = 10 (36%)	50 ou mais = 6 (21%)
Género	Feminino = 18 (64%)	Masculino = 10 (36%)
Escolaridade (último grau obtido)	Ensino Secundário = 6 (21%)	
	Ensino Superior = 5 (18%)	
	Ensino Pós-Graduado = 17 (61%)	
Região de Residência	Nordeste = 1 (4%)	Sul = 18 (64%)
	Sudeste = 5 (18%)	Estrangeiro = 4 (14%)[12]

Para a tarefa de juízo de aceitabilidade com pressão de tempo foi usada a ferramenta Gorilla Experiment Builder (www.gorilla.sc) para a criação e aplicação da experiência (Anwyl-Irvine, Massonnié, Flitton, Kirkham & Evershed, 2019). Durante a tarefa, os participantes viam por 1000ms uma cruz no centro do ecrã do computador. Em seguida, ela desaparecia e os participantes liam a frase que aparecia no mesmo ponto e onde ficava por 3000ms. Após este período, a frase desaparecia e uma escala de Likert de seis pontos (de 1 a 6) aparecia, devendo os participantes julgar a frase que acabaram de ler com um dos valores indicados, sendo que 1 representava uma frase "péssima" e 6 uma frase "ótima". Embora o intuito fosse o de replicar a tarefa sem pressão de tempo de Pereira (2023a), ajustou-se a escala para compreender seis pontos de 1 a 6 (e não seis pontos de 0 a 5 como na tarefa sem pressão de tempo). Isto justifica-se porque os dígitos de 1 a 6 se encontram lado a lado no teclado;

[12] Os participantes que indicaram não residir no Brasil no momento da recolha não habitavam um país de língua oficial portuguesa. De facto, nenhum deles tinha residido noutro pais de língua oficial portuguesa além do Brasil. Ademais, todos eram monolingues e os seus pais ou responsáveis pela sua criação não eram falantes do PE.

optando-se pela escala original, o valor 0 estaria ao lado da tecla de número 9, o que poderia ser um problema para a emissão do juízo "péssimo".

O tempo de reação para a realização do julgamento foi também contabilizado e igualmente restrito, com um limite de 3000ms. Após carregarem na tecla do teclado correspondente ao valor do julgamento que fizeram, o processo repetia-se, com outra cruz aparecendo pelo mesmo tempo, outra frase e, por fim, a escala de Likert. Se no tempo decorrido o participante não efetuasse o seu juízo, a tarefa continuava como se um juízo tivesse sido realizado (ainda que nenhum dado fosse guardado). Antes do início do teste, os participantes puderam praticar com quatro frases de treino que não incluíam clíticos. Após terem demonstrado que tinham compreendido o funcionamento da tarefa, procediam à sua execução.

A tarefa continha 92 frases que eram apresentadas aleatoriamente. Os 32 itens de teste estavam uniformemente divididos em quatro contextos sintáticos (metade de cada contexto com o clítico – *me* ou *se* – em posição pré-verbal e a outra metade com o clítico em posição pós-verbal): frases afirmativas (sem proclisadores) (10), frases negativas (com o proclisador *não*) (11), subordinadas completivas no conjuntivo (introduzidas pelo proclisador *que*) (12) e adverbiais causais (introduzidas pelo proclisador *porque*) (13). Ademais, controlou-se o número de sílabas dos itens de teste para que todos eles contivessem 13 ou 14 sílabas (M = 13,5). Note-se que as frases contidas neste estudo foram, na medida do possível, as mesmas utilizadas por Pereira (2023a). No entanto, alguns ajustes no léxico precisaram de ser feitos, nomeadamente para adequar o número de sílabas dos itens de teste que não estivessem de acordo com os limites estabelecidos.

(10) a. O professor conhece-me da faculdade.
b. As alunas se comparam muito comigo.

(11) a. O Alexandre não viu-me na estação de trens.
b. Aquele político não me engana mesmo.

(12) a. Peço que deem-me os detalhes da situação.
b. Espero que me concedam férias em janeiro.

(13) a. Ele estava feliz porque viu-me ontem.
b. Ele perdeu o jogo porque se irritou.

Dos demais 60 itens, 18 funcionaram como distratores com frases gramaticais (14), 18 como distratores com frases agramaticais (15) e 18 como distratores com frases em variação no sistema linguístico do PB (16), para que os participantes pudessem fazer uso de toda a escala. Os restantes seis itens foram itens de controlo que continham uma ordem expressa para o participante selecionar um valor específico da escala de Likert de modo que se pudesse estabelecer o quão atentos estavam durante a execução da tarefa, procedendo-se à exclusão dos participantes que selecionaram o valor incorreto em dois ou mais itens.

(14) O Rogério comprou um carro novo ontem.

(15) A borboleta verde dançou dois girafas.

(16) Ele tem chego tarde todos os dias.

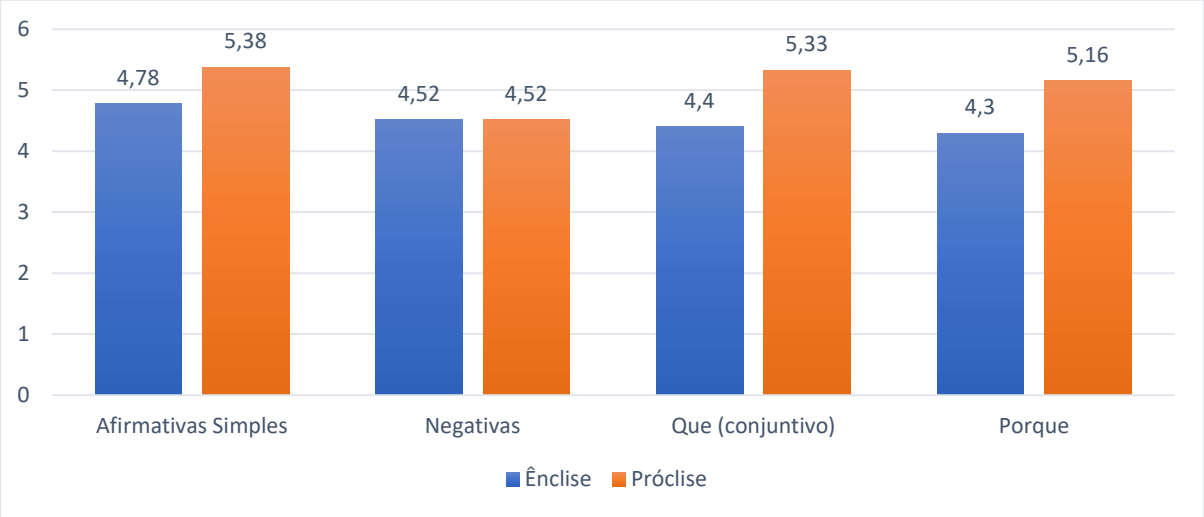
Os resultados estão descritos a seguir.

6. Resultados

A análise dos dados dos juizos aponta que, em geral, os itens que continham o clítico em posição pré-verbal foram mais bem avaliados do que aqueles que o continham em posição pós-verbal. No caso de frases afirmativas sem proclisadores, a média da ênclise foi de 4,78 (DP = 1,51) e a da próclise foi de 5,38 (DP = 1,08). No caso de orações subordinadas completivas no conjuntivo introduzidas por *que*, a média da ênclise foi de 4,40 (DP = 1,56) e a da próclise foi de 5,33 (DP = 1,18). A média da ênclise em

orações adverbiais causais introduzidas por *porque* foi de 4,30 (DP = 1,52) e a da próclise foi de 5,16 (DP = 1,27). Interessantemente, a média da ênclise e da próclise em frases negativas foi idêntica: 4,52 (DP = 1,65 e 1,64, respetivamente). O Gráfico 1 apresenta as referidas médias:

Gráfico 1
Médias dos juízos de aceitabilidade por contexto sintático e colocação pronominal



Quando comparados estes dados aos de Pereira (2023a), observa-se que a mesma tendência se mantém: os itens com próclise são mais bem avaliados do que aqueles com a ênclise, mas ainda assim estes se encontram acima do ponto central da escala (3,5):

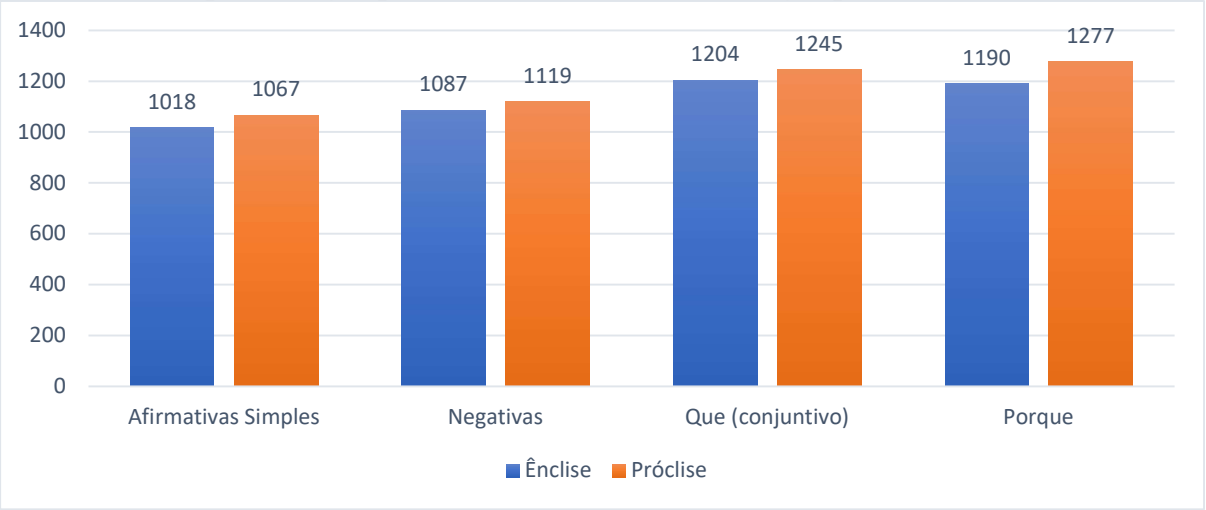
Tabela 2
Comparação entre os juízos obtidos neste estudo e por Pereira (2023a)

Contexto	Colocação	Este Estudo	Dados de Pereira (2023a)[13]
Afirmativas	Ênclise	4,78	4,67
	Próclise	5,38	5,23
Negativas	Ênclise	4,52	4,53
	Próclise	4,52	5,28
Conjuntivo	Ênclise	4,40	4,36
	Próclise	5,33	5,14
Adverbiais	Ênclise	4,30	4,20
	Próclise	5,16	5,38

A análise dos tempos de reação apontou que a emissão dos juízos dos itens que continham a ênclise em frases afirmativas tardou, em média, 1018ms (DP = 590ms) e os do que continham a próclise tardou, em média, 1067ms (DP = 564). No caso de frases negativas, observou-se um tempo de reação médio de 1087ms (DP = 579) quando o clítico estava em ênclise e de 1119ms (DP = 547) quando estava em próclise. O tempo de reação médio dos itens com a ênclise em subordinadas completivas no conjuntivo foi de 1204ms (DP = 524) e de 1245 (DP = 665) com a próclise. Por fim, a emissão dos juízos tardou 1190ms (DP = 642) no caso de itens com a ênclise em adverbiais causais e 1277ms (DP = 543) no caso de itens com a próclise. As médias de tempo de reação por contexto e colocação estão no Grafico 2:

[13] Para facilitar a comparação dos dados, alterou-se a escala de 0 a 5 de Pereira (2023a) para a escala de 1 a 6 utilizada neste estudo.

Gráfico 2
Médias dos tempo de reação por contexto sintático e colocação pronominal



A análise estatística (teste de Kruskal-Wallis) dos juízos apontou a existência de diferenças significativas entre os contextos (χ^2 = 70,396(7), p < 0,001). Observou-se, por meio do teste de Wilcoxon com correção de Holm-Bonferroni, que a diferença entre os juízos de itens com a próclise e de itens com a ênclise intracontextos são significativamente relevantes (ps ≤ 0,006), à exceção do contexto de frases negativas (p = 0,945). Na comparação da colocação enclítica intercontextos, não se apresenta diferença entre o contexto de frases afirmativas e frases negativas (p = 0,390), nem entre o contexto de frases afirmativas e orações subordinadas completivas no conjuntivo, embora, neste caso, a diferença esteja levemente acima do valor de significância (p = 0,089). Já entre o contexto de frases afirmativas e adverbiais causais se encontra diferença estatística significante (p = 0,025). Nas demais combinações não se detetou diferenças significativas (ps ≥ 0,201). Na comparação da colocação proclítica entre contextos, somente há diferenças estatísticas nas combinações que incluam o contexto de frases negativas (ps ≤ 0,006).

O teste de Kruskal-Wallis com os dados de tempo de reação indicou a existência de diferença estatística entre os grupos (χ^2 = 17,062(7), p = 0,017). No entanto, por meio do teste de Wilcoxon com correção de Holm-Bonferroni, observou-se que as comparações intracontextos não apresentavam diferença estatisticamente relevante (ps ≥ 0,498). As comparações intercontextos, as quais justificam o resultado do teste de Kruskal-Wallis, contudo, não parecem ser adequadas devido à diferente complexidade existente entre tipos de frases. Isto fica claro no Gráfico 2: os tempos de reação aumentam globalmente, isto é, independentemente da colocação pronominal. Logo, quaisquer diferenças detetadas entre dois determinados contextos enclíticos ou proclíticos provavelmente advirão não da colocação pronominal *per se*, senão da configuração sintática da oração. Todos os dados da análise estatística apresentados estão agrupados nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3
Comparação intracontextos dos juízos de aceitabilidade e dos tempos de reação

Contextos		*P*	
		Juízos	Tempos de Reação
Afirmativas – ênclise	Afirmativas - próclise	0,006	0,549
Negativas - ênclise	Negativas - próclise	0,945	0,656
Conjuntivo – ênclise	Conjuntivo – próclise	< 0,001	0,885
Adverbiais – ênclise	Adverbiais – próclise	< 0,001	0,498

Tabela 4
Comparação intercontextos dos juízos de aceitabilidade

Contextos		*P*
Afirmativas – ênclise	Negativas – ênclise	0,389
Afirmativas – ênclise	Conjuntivo - ênclise	0,089
Afirmativas – ênclise	Adverbiais - ênclise	0,025
Negativas – ênclise	Conjuntivo – ênclise	0,412
Negativas – ênclise	Adverbiais – ênclise	0,201
Conjuntivo - ênclise	Adverbiais – ênclise	0,551
Afirmativas – próclise	Negativas – próclise	< 0,001
Afirmativas – próclise	Conjuntivo – próclise	0,945
Afirmativas – próclise	Adverbiais – próclise	0,288
Negativas – próclise	Conjuntivo – próclise	< 0,001
Negativas – próclise	Adverbiais – próclise	0,006
Conjuntivo – próclise	Adverbiais - próclise	0,288

7. Discussão e conclusão

Este estudo deu continuidade ao de Pereira (2023a), que realizou uma tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo e constatou que ambas as colocações são aceites pelos falantes do PB inobstante o contexto sintático. Sem embargo, visto que as tarefas de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo possibilitam o acesso ao conhecimento explícito dos falantes, o qual é passível de ser acedido conscientemente (*cf.* Ellis, 2009a), e as regras de colocação pronominal são abordadas em sala de aula, focou-se desta vez na aplicação duma tarefa de juízos de aceitabilidade com pressão de tempo a falantes nativos do PB escolarizados com vistas a compreender a natureza do conhecimento acerca da colocação enclítica que tais falantes têm.

De maneira semelhante ao observado por Pereira (2023a), os falantes julgaram as frases com próclise com valores mais altos do que as frases com ênclise[14] (*vd.* Tabela 2), embora nominalmente os valores sejam diferentes. Apesar desta diferença, a qual foi confirmada pelos testes estatísticos, contrariamente ao que a *Hipótese 1* previa, os juízos ainda se encontram bem acima do valor central da escala (3,5), o que indica que, mesmo com a pressão de tempo, os participantes conseguem ter a mesma intuição para a emissão dos juízos do que quando a pressão não está presente.

Ainda que a comparação da próclise intercontextos não tenha apresentado diferenças (exceto nos casos envolvendo as frases negativas, *vd.* Nota 14), diferentemente daquilo observado por Pereira (2023a), neste estudo detetou-se diferenças intercontextos na colocação enclítica. Neste sentido, a comparação entre as frases afirmativas e as negativas não apresentou diferença estatisticamente significativa, ao passo que a comparação entre as frases afirmativas e o contexto de orações subordinadas completivas no conjuntivo esteve no limiar de quase significância e a comparação entre

[14] Exclui-se desta generalização o caso das frases negativas. Baseando-se nos dados de Pereira (2023a), aparentemente foram os julgamentos de frases com próclise que receberam avaliações mais baixas. Note-se que, com os dados disponíveis, não se pode determinar o porquê de ambas as colocações terem tido a mesma média.

aquelas e o contexto de adverbiais causais apontou diferença estatisticamente significativa (*cf.* Tabela 4). Contudo, reitera-se que os valores são, de todo modo, acima do valor central da escala, pelo que a ênclise não é rejeitada. Logo, a Questão 1 (*Existem diferenças na aceitabilidade da ênclise e da próclise pelos falantes nativos escolarizados do PB entre uma tarefa com pressão de tempo e uma sem pressão de tempo?*) pode ser respondida negativamente, visto que o mesmo padrão observado por Pereira (2023a) se repetiu neste estudo.

Os dados de tempo de reação mostram que, contraintuitivamente, os itens com ênclise têm sempre um tempo de reação mais baixo do que os itens de próclise intracontextos; contudo, esta diferença não é estatisticamente relevante, o que demonstra que tanto a próclise quando a ênclise foram processadas similarmente, o que vai contra a *Hipótese 2*, em que se esperavam tempos de reação mais baixos para os itens com próclise. Assim, a *Questão 2* (*Existem diferenças no processamento da próclise e da ênclise por esses falantes quando o acesso ao conhecimento explícito é dificultado?*) também pode ser respondida negativamente.

Ressalta-se que, apesar de a exposição às regras gramaticais sobre a colocação pronominal só ocorrer em períodos mais avançados da escolarização, isto não significa que os falantes não estejam expostos às diferentes possibilidades de colocação dos clíticos por meio dos materiais didáticos (ou outros materiais escritos fora da sala de aula), pelo que a aquisição poderá ter início em fases mais precoces do desenvolvimento.[15] Interessantemente, muito provavelmente devido ao seu contexto de ensino, a ênclise tende a estar associada à modalidade escrita ou a contextos mais formais e monitorizados do uso da fala. Assim sendo, os resultados obtidos na tarefa de juízos de aceitabilidade com pressão de tempo não são tão surpreendentes, visto que os estímulos foram apresentados na modalidade escrita. Estando a ênclise associada a esta modalidade, é possível que os participantes se encontrem condicionados a detetá-la mais facilmente – um efeito de *priming* da linguagem escrita (*cf.* Elkhafif, Havelka, Burke & Weighall, 2024) – o que ajudaria a explicar tanto os juízos com um padrão semelhante ao observado por Pereira (2023a), quanto os tempos de reação próximos. Neste cenário, a aproximação dos tempos de reação intracontextos especificamente dá-se por meio da *facilitação* do acesso à ênclise, com consequente diminuição do tempo de reação dos itens com esta colocação pronominal.

Por outro lado, o acesso à próclise poderá ter sido retardado se se considerar uma possível ação do controlo inibitório. Segundo Green (1998), falantes bilingues têm as suas duas (ou mais) línguas ativas constantemente. De modo que possam fazer uso da língua alvo em deteminado contexto comunicativo, o autor postula a existência de um mecanismo cognitivo que permite que a língua alvo seja utilizada sem interferência da(s) outra(s) língua(s) ao suprimi-la(s). Curiosamente, falantes bilingues não equilibrados (i.e., que têm uma das línguas dominante sobre a outra), apresentam um retardo no acesso à língua dominante após terem tido de usar a sua língua dominante (*cf.* Costa & Santesteban, 2004). Se for considerado que a aquisição das regras gramaticais por falantes do PB na escola se assemelha à aquisição duma língua segunda (Kato, 2005, 2017), não se descarta que um mecanismo semelhante condicione a inibição de determinadas variantes linguísticas. Logo, a gramática que inclui a variante pré-verbal, adquirida e usada naturalmente, será dominante, ao passo que a ênclise, adquirida mais tarde e no contexto específico da sala de aula fará parte da gramática não dominante. Neste cenário, a aproximação dos tempos de reação intracontextos dá-se por meio da *inibição* do acesso à próclise, com consequente aumento do tempo de reação dos itens com esta colocação pronominal.

Neste sentido, Pereira, Silva & Rosa (2024) detetam o mesmo fenómeno na aproximação dos tempos de reação com os pronomes acusativos de terceira pessoa clíticos (outra variante adquirida por via

[15] Contudo, somente com um estudo com foco no desenvolvimento de crianças em idade escolar que controle tal variável é que se poderá afirmar tal assunção. Como bem sugere um revisor anónimo, faz-se importante que tal estudo também considere o perfil socioeconómico e cultural das crianças.

escolar, *cf.* Kato, Cyrino & Corrêa, 2009) e os pronomes acusativos de terceira pessoa fortes (adquiridos naturalmente) por meio duma tarefa de *sentence-matching*. Crucialmente, os autores indicam que a mesma tarefa aplicada a falantes do PE demonstra uma diferença nos tempos de reação à leitura de frases com os referidos pronomes, já que os pronomes fortes em posição de objeto são agramaticais nesta variedade.

Tomados em conjunto, os dados aqui apresentados parecem sugerir que a ênclise pode ser efetivamente adquirida como parte do conhecimento implícito dos falantes. Mesmo com a pressão de tempo, os participantes conseguem emitir juízos que se assemelham àqueles que emitem quando a pressão não está presente, o que indica que não têm de, necessariamente, aceder ao seu conhecimento explícito para a emissão dos juízos, sendo estes resultados também corroborados pelos dados de tempo de reação para a tomada dos juízos.

O facto de terem tido um desempenho semelhante nos dois tipos de tarefa (com e sem pressão de tempo) parece reforçar o que Pereira (2023a) afirma: "o ensino da ênclise tem êxito na introdução da sua possibilidade, mas não desenvolve nos falantes (tal como o efeito do *input* a que estão expostos), aparentemente, o conhecimento sintático restrito a cada possibilidade de colocação dos clíticos (como ocorre com os falantes de PE)" (p. 266). Ou seja, apesar de os dados apontarem para a ênclise como parte do conhecimento implícito dos falantes, o que corrobora a hipótese de que traços morfossintáticos podem ser adquiridos com sucesso mesmo quando a idade de aquisição ocorra durante a adolescência (Long, 2007, p. 58), ela não terá, forçosamente, as mesmas restrições sintáticas que os falantes do PE têm.[16] Consequentemente, o seu eventual uso espontâneo não estará condicionado, à partida, pelas restrições sintáticas impostas pela norma, senão por fatores estilísticos, como sugere Azeredo (2008).

Assim, este estudo trouxe dados que contribuem para a descrição do resultado da escolarização na gramática dos falantes do PB. Em suma, o ensino de variantes não adquiridas pela rota natural parece ter êxito em desenvolver o conhecimento implícito dessas estruturas, embora a maneira como são representadas não seja, aparentemente, condizente com o que a norma preconiza. Contudo, pelo facto de os estímulos neste estudo terem sido apresentados na modalidade escrita, sugere-se que a mesma metodologia seja aplicada futuramente com estímulos auditivos como uma estratégia para eliminar o viés causado pela linguagem escrita, à qual a ênclise está intimamente ligada. Mais além, poderá ser igualmente interessante acompanhar o desenvolvimento do conhecimento da ênclise durante a escolarização por meio de metodologias psicolinguísticas que vão além de produções orais espontâneas ou produções escritas. Destarte, será possível compreender as estratégias usadas pelos alunos ao confrontarem diferentes variantes (o que também contribui para a discussão relativamente a como as variantes linguísticas são representadas e como interagem entre si), bem como as abordagens pedagógicas mais eficazes para o seu ensino.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL), bem como no âmbito da bolsa de doutoramento 2021.05667.BD.

[16] Veja-se Fiéis, Madeira & Teixeira (2023) para os resultados duma tarefa de juízos de aceitabilidade com pressão de tempo aplicado a um grupo de controlo de falantes nativos do PE. Resumidamente, a ênclise é aceite somente nos casos de frases afirmativas simples (o único contexto enclítico testado pelas autoras), sendo rejeitada nos contextos proclíticos.

Referências

Anwyl-Irvine, A., Massonnié, J., Flitton, A., Kirkham, N. & Evershed, J. (2019). Gorilla in our midst: An online behavioral experiment builder. *Behavior Research Methods*, pp. 1-20. doi: 10.3758/s13428-019–01237-x

Azeredo, J. C. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.* São Paulo: Publifolha.

Bialystok, E. (1981). The role of conscious strategies in second language proficiency. *Canadian Mordern Language Review, 35*, pp. 372-394.

Carneiro, Z. O. (2005). Cartas Brasileiras: Um estudo linguístico-filológico. *Tese de Doutoramento*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Carneiro, Z. O. (2016). Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In N. L. Almeida, S. S. Araújo, & E. P. Teixeira (Eds.), *Variação Linguística em Feira de Santana - Bahia.* Feira de Santana: UEFS Editora.

Castelo, A. (2012). Competência metafonológica e sistema não consonântico no português europeu: descrição, implicações e aplicações para o ensino do português como língua materna. *Tese de Doutoramento*. Universidade de Lisboa.

Cereja, W., Dias-Vianna, C. & Damien, C. (2016). *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso (livro do professor).* São Paulo: Editora Saraiva.

Costa, A. & Santesteban, M. (2004). Lexical access in bilingual speech production: Evidence from language switching in high-proficient bilinguals. *Journal of Memory and Language, 50*, 491-511.

Costa, J., Fiéis, A. & Lobo, M. (2016). A aquisição dos pronomes clíticos no português L1. In A. M. Martins, & E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 365-386). Berlin: De Gruyter.

Duarte, I., Matos, G. & Faria, I. (1995). Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In I. Faria, & M. J. Freitas (Eds.), *Studies on the acquisition of Portuguese* (pp. 129-154). Lisboa: APL/Colibri.

Duarte, M. E. (2020). Aspetos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu. In e. a. Raposo (Ed.), *Gramática do Português* (Vol. III, pp. 2732-2779). Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Elkhafif, B., Havelka, J., Burke, M. R. & Weighall, A. (2024). Are syntactic representations similar in both reading and listening? Evidence from priming in first and second languages. *Quarterly Journal of Experimental Psychology, 77*(1), 160-173. doi: 10.1177/17470218231159588

Ellis, R. (1991). Grammaticality judgements and second language acquisition. *Studies in Second Language Acquisition, 13*(2), pp. 161-186.

Ellis, R. (2009a). Implicit and explicit learning, knowledge and instruction. In R. Ellis, S. Loewen, C. Elder, R. Erlam, J. Philp, & H. Reinders (Eds.), *Implicit and Explicit Knowledge in Second Language Learning, Testing and Teaching* (pp. 3-23). Bristol: Multilingual Matters.

Ellis, R. (2009b). Measuring implicit and explicit knowledge of a second language. In R. Ellis, S. Loewen, C. Elder, R. Erlam, J. Philp, & H. Reinders (Eds.), *Implicit and Explicit Knowledge in Second Language Learning, Testing and Teaching* (pp. 31-64). Bristol: Multilingual Matters. doi: 10.21832/9781847691767-004

Fiéis, A., Madeira, A. & Teixeira, J. (2023). Colocação de clíticos em PE L2: Percurso de desenvolvimento e estado final. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística, 10*, 115-137. doi: 10.26334/2183-9077/rapln10ano2023a7

Green, D. W. (1998). Mental control of the bilingual lexico-semantic system. *Bilingualism: Language and Cognition, 1*, pp. 67-81.

Green, P. & Hecht, K. (1992). Implicit and explicit grammar: An empirical study. *Applied Linguistics, 13*, pp. 168-184.

Godfroid, A., Loewen, S., Jung, S., Park, J.-H., Gass, S. & Ellis, R. (2015). Timed and untimed grammaticality judgements measure distinct types of knowledge: Evidence from eye-movement patterns. *Studies in Second Language Acquisition*, *37*, pp. 269-297. doi: 10.1017/S0272263114000850

Kato, M. A. (2005). A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira, & A. S. Lemos (Eds.), *Ciências da Linguagem: 30 Anos de Investigação e Ensino* (pp. 131-145). Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Kato, M. A. (2017). A variação no domínio dos clíticos no Português Brasileiro. *Linguística, 33, 1*, pp. 135-152.

Kato, M., Cyrino, S., & Corrêa, V. (2009). Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*, pp. 245-272. doi: 10.1515/9783110215359.2.245

Krashen, S. D. (1981). *Second language acquistion and second language learning*. Oxford: Pergamon.

Lacerda, M. F., Lemos, M. S. & Carneiro, Z. O. (2021). A colocação dos clíticos em sentenças finitas: um estudo sócio-histórico das vertentes do PB em cartas do sertão baiano (século XX). *Confluência*, *61*, pp. 229-334. doi: 10.18364/rc.2021n61.426

Lobo, T. (2002). A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão. In R. V. Mattos e Silva, & A. V. Machado Filho (Eds.), *O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos.* Salvador: EDUFBA.

Long, M. H. (2007). *Problems in SLA.* Nova Iorque/Londres: Erlbaum.

Luís, A. R. & Kaiser, G. A. (2016). Clitic pronouns. In W. L. Wetzels, J. Costa, & S. Menuzzi (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics* (pp. 210-233). Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell. doi: 10.1002/9781118791844.ch12

Madeira, A. M. & Xavier, M. F. (2009). The acquisition of clitic pronouns in L2 European Portuguese. In A. Pires, & J. Rothman (Eds.), *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition* (pp. 273-299). Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Martins, A. M. (1994). Enclisis, VP-deletion and the nature of Sigma. *Probus, 6*, pp. 173-206.

Martins, A. M. (2013). A posição dos pronomes pessoais clíticos. In E. P. Raposo, M. F. Bacelar, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (pp. 2231-2302). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Moraes, M. A. & Ribeiro, I. (2005). Contraste da sintaxe dos clíticos no português europeu e português brasileiro. *Linha D'Água, 19*, pp. 19-47. doi: 10.11606/issn.2236-4242.v0i17p19-47

Nunes, J. M. (2015). De clítico a concordância: o caso dos acusativos de terceira pessoa em português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, pp. 61-84. doi: 10.20396/cel.v57i1.8641472

Paradis, M. (1994). Neurolinguistic aspects of implicit and explicit memory: Implications for bilingualism. In N. Ellis (Ed.), *Implicit and Explicit Learning of Second Languages* (pp. 393-419). Londres: Academic Press.

Parkin, A. J. (1990). Automatic processing. In M. W. Eysenck (Ed.), *The Blackwell Dictionary of Cognitive Psychology.* Oxford: Basil Blackwell.

Pereira, R. (2022). A aquisição de clíticos em português europeu L2 e a Hipótese de Reconfiguração dos Traços. *Diacrítica, 36*(1), pp. 108-132. doi: 10.21814/diacritica.698

Pereira, R. (2023a). (In)aceitabilidade do padrão de colocação dos pronomes clíticos no português brasileiro por falantes escolarizados. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, *10*, pp. 251-270. doi: 10.26334/2183-9077/rapln10ano2023a14

Pereira, R. (2023b). Third person accusative clitic pronouns as object agreement marks in Brazilian Portuguese: Data from an experimental study. *Revista Diadorim, 9*(1), pp. 1-29. doi: 10.35520/diadorim.2023.v25n3a59269

Pereira, R., Silva, M. & Rosa, C. (2024). Produção e processamento de variantes: o caso dos pronomes acusativos de terceira pessoa em português brasileiro. *Revista Linguíſtica, 20*(2), pp. 191-208. doi: 10.31513/linguistica.2024.v20n2a63968.

Romeo, R. P. (2019). Critérios descritivos e prescritivos na colocação dos pronomes pessoais átonos na gramaticografia da língua portuguesa durante o século XIX. In C. A. Maia, & I. A. Santos (Eds.), *Estudos de Linguística Histórica: Mudança e Estandardização* (pp. 329-352). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1756-5_10

Schmidt, R. (1990). The role of consciousness in second language learning. *Applied Linguistics, 11*, pp. 129-58.

Schütze, C. T. (1996). *The empirical base of linguistics: Grammaticality judgements and linguistics methodology.* Chicago: The University of Chicago.

Sharwood-Smith, M. (1981). Consciouness-raising and the second language learner. *Applied Linguistics, 2*, pp. 159-168.